

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL

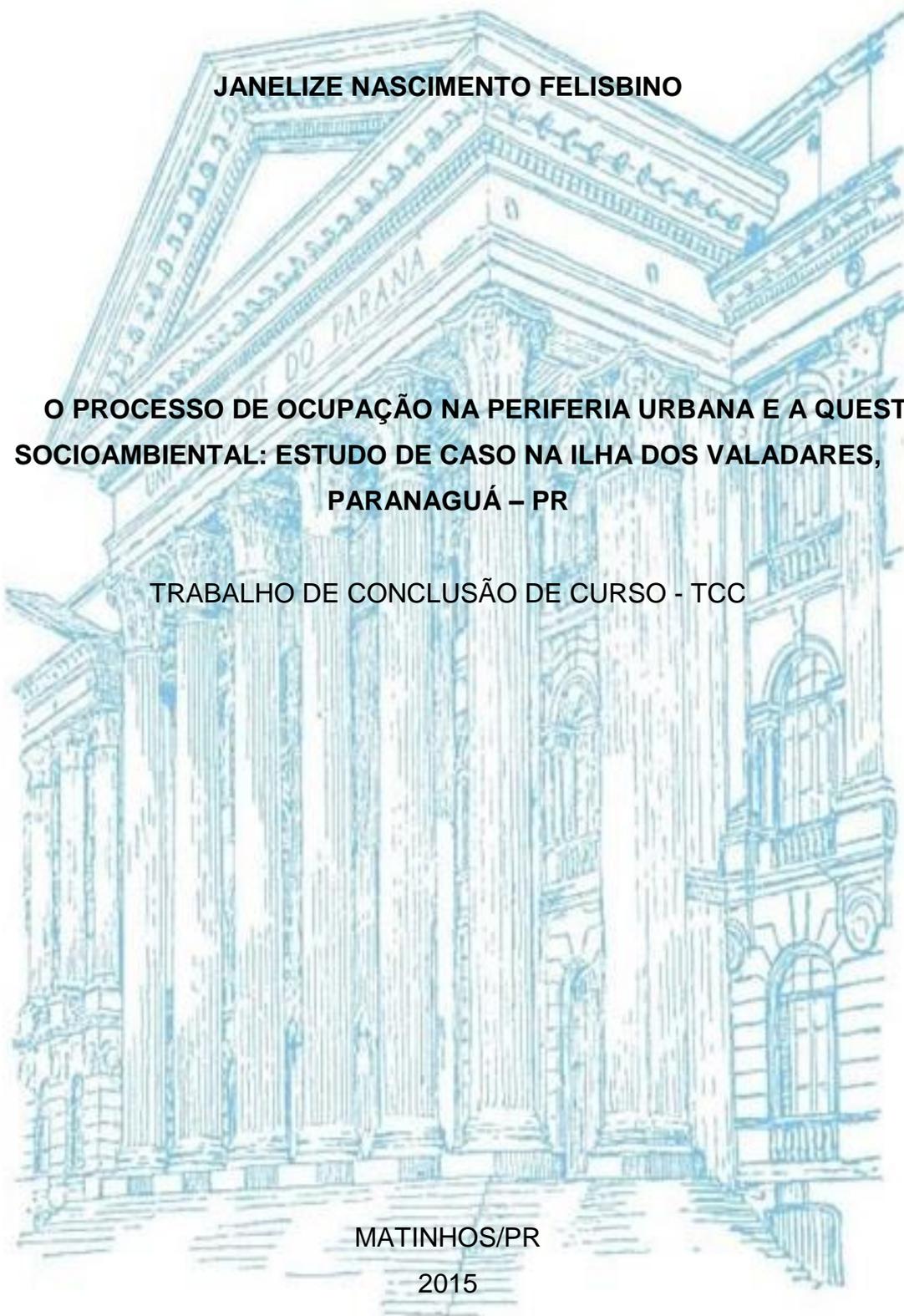
**JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO**

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA PERIFERIA URBANA E A QUESTÃO  
SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NA ILHA DOS VALADARES,  
PARANAGUÁ – PR**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

MATINHOS/PR

2015



JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA PERIFERIA URBANA E A QUESTÃO  
SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO NA ILHA DOS VALADARES,  
PARANAGUÁ - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Gestão Ambiental, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

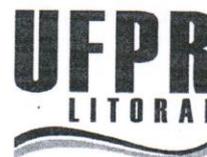
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Cinthia Maria de Sena Abrahão

MATINHOS/PR

2015



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral  
Câmara de Gestão Ambiental



### ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala 24-A do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca avaliadora composta por Liliani Marília Tiepolo e Marcos de Vasconcellos Gernet, sob a presidência da Orientadora do trabalho, Profa. Cinthia Senna Abrahão, para a avaliação do trabalho de conclusão de curso da estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental **JANELIZE NASCIMENTO FELISBINO** intitulado "O processo de ocupação na periferia urbana e a questão socioambiental: Estudo de caso na Ilha dos Valadares-PR". Após a apresentação do trabalho realizado pela estudante a banca examinadora reuniu-se e decidiu pelo conceito final APL. A estudante deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final do trabalho em formato impresso e digital via CD-ROM, no prazo máximo de 30 dias a contar desta data, para assessoria da câmara do curso de Gestão Ambiental.

Cinthia Senna Abrahão  
Professora Orientadora

Liliani Marília Tiepolo  
Membro da banca avaliadora

Marcos de Vasconcellos Gernet  
Membro da banca avaliadora

Janelize Nascimento Felisbino  
Estudante

**BACHARELADO EM  
GESTÃO AMBIENTAL**  
Coordenação do Curso  
UFPR - SETOR LITORAL

A família: avó, pai, mãe e irmãos.

A todos os irmãos (as) e mães do coração, chamados de amigos.

A comunidade da Ilha dos Valadares.

Enfim, a todos que acreditaram e confiaram que era possível chegar até aqui, a minha gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo.

Aos meus pais, pelo incentivo.

Aos meus irmãos, pelo carinho.

A todos os amigos (as) pela parceria, festas, alegrias, e essencialmente, por nunca terem deixado a 'zueira' ter fim.

A professora orientadora deste trabalho, Cinthia M. de Sena Abrahão, pela dedicação, paciência e conhecimento compartilhado. E os muitos conselhos, sorrisos e abraços.

A professora Mayra Taiza Sulzbach que sempre me apoiou, motivou e orientou na iniciação a pesquisa científica e em tudo o que faço. Pela amizade e companheirismo nas idas aos eventos acadêmicos e nas horas de descontração.

Aos professores da banca examinadora, Marcos de Vasconcellos Gernet e Liliani Marília Tiepolo, pela disponibilidade em ler e avaliar este estudo.

A todos os entrevistados moradores da Ilha dos Valadares por cederem parte do seu tempo para compartilhar de suas experiências e histórias de vida.

E a todos aqueles que de maneira direta e indireta me apoiaram e incentivaram na conquista de mais uma etapa na minha vida.

## RESUMO

A Ilha dos Valadares está localizada no município de Paranaguá, no litoral do estado do Paraná. É uma ilha fluvial fazendo parte do Complexo Estuarino de Paranaguá - CEP. O processo de ocupação antrópica da Ilha remonta ao século XIX, intensificando a partir da década de 1980 com as migrações de pessoas vindas das ilhas e campo do litoral do Paraná e de outros estados. A população em 1980 era de 4.340 pessoas saltando para 13.789 em 2010. Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral compreender o processo histórico e geográfico da ocupação da Ilha dos Valadares /PR, bem como seu adensamento recente. Como objetivos específicos elencou-se identificar fatores causais da ocupação na Ilha dos Valadares; identificar e analisar os impactos socioambientais do processo de ocupação. Para atender tais objetivos foram utilizados como instrumentos de pesquisa a observação, documentação histórica e recente, dados secundários do Censo Censitário IBGE, registros fotográficos, análise subjetiva do solo, vivência local de 85 dias consecutivos, entrevistas com moradores dentre os mais antigos da Ilha dos Valadares e uma entrevista com uma arquiteta e urbanista do Município, além da revisão bibliográfica. Os resultados mostraram a transformação dos modos de vida da população e do espaço. A população que anteriormente tinha modos de vida rural, hoje está na transição para o urbano, reflexo da sua população jovem que cresceu na cidade e foi absorvida pelo urbano. As transformações no espaço se deram pela degradação da vegetação, poluição e adensamento e neste processo quem mais sofreu com os impactos ambientais foi o elemento solo, reflexos da urbanização desordenada, evidenciando a inexistência de planejamento urbano-ambiental público. Outra mudança ocorrida foi nas construções dos domicílios, já se pode ver muitas casas de alvenaria com boas estruturas, de um ou dois pavimentos, mostrando que a população está tendo melhores condições financeiras que proporciona o investimento na habitação. A regularização fundiária na Ilha está em andamento, prevendo-se a finalização do processo em 2020. Conclui-se que muitas mudanças e impactos socioambientais ainda ocorrerão na Ilha dos Valadares após este estudo, pois não se deve deixar de considerar que o espaço vivido está em constante transformação pela sociedade, ou seja, analisasse apenas um estágio do processo da mudança, que irá continuar.

Palavras – chave: Periferia; Ocupação; Impactos; Ilha dos Valadares/PR.

## ABSTRACT

The Valadares island is located in the city of Paranaguá, in Paraná state's coast. It is a fluvial island that is part of the estuarine complex of Paranaguá - CEP. The human occupation process of the island dates back to the nineteenth century, increasing from the 1980s to the migration of people from the islands and the coast of Paraná field and other states. The population in 1980 was 4,340 people jumping to 13,789 in 2010. Based on the above, it was defined as a general objective of this work to understand the historical and geographical process of occupation of the island of Valadares / PR, as well as its recent consolidation. The specific objectives are listed out to identify causal factors of occupation in the Valadares Island; identify and analyze the social and environmental impacts of the occupation process. To meet these objectives were used as research tools the observation of the island, historical and recent documents, secondary data from the IBGE census, photographic records, subjective soil analysis, living experience in the island of 85 consecutive days, interviews with the oldest residents the Valadares island and an interview with an architect and urban planner of the Municipality, in addition to literature review. The results showed the transformation of the livelihoods of the population and space. The population that previously had mostly a rural life, is now in the transition to urban reflection of their young people who grew up in the city and was absorbed by the city. The transformations in space is given by the degradation of vegetation, pollution and crowding and in the process suffered most with environmental impacts was the ground element, reflections of unplanned urbanization, highlighting the lack of public urban and environmental planning. Another change that occurred was in the construction of homes, one can already see many brick houses with good structures of one or two floors, showing that people are having better financial conditions providing investment in housing. The land tenure on the island is in progress and is expected to finish the process in 2020. The conclusion is that many changes and environmental impacts will occur in Valadares Island after this study, since we should regard that the living space is constantly change society and it was only analyze one stage of the process of change that will continue from now on.

Key - words: Suburbs; Occupation; Impacts; Island of Valadares / PR.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Construção da passarela dos Valadares, anos 80.....	53
Figura 2. Antigo ponto das lanchas da Ilha dos Valadares, anos 80.....	54
Figura 3. Vista aérea de Paranaguá e Ilha dos Valadares (em destaque).....	56
Figura 4. Mapa da baía de Paranaguá (1653), evidenciado que a Ilha dos Valadares era um cabo.. ..	58
Figura 5. Foto aérea de uma parte da porção do Município (na parte superior da foto, pequena porção da Ilha dos Valadares).....	60
Figura 6. Foto aérea da Ilha dos Valadares. ....	61
Figura 7. Travessia pela Passarela. ....	64
Figura 8. Travessia pela balsa. ....	64
Figura 9. Local de embarque na Ilha de travessia por canoa. ....	64
Figura 10. Travessia de Canoa.. ..	64
Figura 11. Mapa Ilha dos Valadares- dimensões físicas e os círculos representando os bairros: amarelo: Itiberê, verde: Vila Bela e Laranja: Sete de Setembro.. ..	65
Figura 12. Mapa Ilha dos Valadares – Hidrologia.....	66
Figura 13. Barranco no Canal do Cidrão. ....	67
Figura 14. Lado norte, área de manguezal alagada.....	67
Figura 15. Vegetação de Restinga. ....	68
Figura 16. Vegetação do Manguezal.....	68
Figura 17. Vegetação de Eucalipto. ....	69
Figura 18. Goiabeira.....	69
Figura 19. Exemplar do <i>folder</i> de comunicação sobre a regularização fundiária na Ilha dos Valadares – Parte 1.. ..	73
Figura 20. Exemplar do <i>folder</i> de comunicação sobre a regularização fundiária na Ilha dos Valadares- Parte2.....	73
Figura 21. Pescador no rio Itiberê.. ..	76
Figura 22. Pescadores no Rio dos Correias.....	76
Figura 23. Homem do Valadares na Praça Cyro Abalem.....	78
Figura 24. Homem do Valadares as margens do Rio dos Correias.. ..	78
Figura 25. Crianças e a relação de brincar com pipa.. ..	79
Figura 26. Crianças no campo de futebol no lado norte da Ilha.. ..	79
Figura 27. Criança no banho de rio, saltando da Passarela.....	79
Figura 28. Crianças andando de bicicleta pelo relevo irregular da Ilha.. ..	79
Figura 29. Censo 1991 – Pirâmide Etária, Ilha dos Valadares.....	82
Figura 30. Roupas de crianças no varal.....	82
Figura 31. Criança e mãe pelo caminho da Ilha.. ..	82
Figura 32. Censo 2000 – Pirâmide Etária, Ilha dos Valadares.....	83
Figura 33. Censo 2010 – Pirâmide Etária, Ilha dos Valadares.....	84
Figura 34. Exemplo 1 - Terreno com duas casas na Ilha dos Valadares.. ..	87
Figura 35. Exemplo 2 - Terreno com duas casas na Ilha dos Valadares.. ..	87
Figura 36. Casebre.....	88
Figura 37. Casa de três cômodos.. ..	88
Figura 38. Casa com arquitetura antiga.. ..	89
Figura 39. Casas com arquitetura popular.. ..	89
Figura 40. Casa com dois pavimentos.. ..	89

Figura 41. Casa considerada de luxo na periferia.....	89
Figura 42. Vila dos dois postes.....	91
Figura 43. Postes com energia pública.....	91
Figura 44. Antiga bomba manual de poço -1.....	95
Figura 45. Antiga bomba manual de poço- 2.....	95
Figura 46. Obras para a tubulação do esgoto -1.....	99
Figura 47. Obras para a tubulação do esgoto-2.....	99
Figura 48. Obras para a tubulação do esgoto -3.....	99
Figura 49. Área da construção da estação de tratamento de esgoto.....	99
Figura 50. Terreno da obra da estação de tratamento esgoto, hoje, campo de futebol.....	99
Figura 51. Terreno da obra da estação de tratamento de esgoto -2.....	99
Figura 52. Mapa dos setores censitários 2010.....	100
Figura 53. Vala 1.....	100
Figura 54. Vala 2.....	100
Figura 55. Vala 3.....	100
Figura 56. Manilha da drenagem desaguando no rio Itiberê.....	101
Figura 57. Rede de Drenagem desaguando no rio Itiberê.....	101
Figura 58. Manilha da drenagem em meio ao sedimento e animais em área de manguezal.....	101
Figura 59. Manilha da drenagem desaguando em área de manguezal.....	101
Figura 60. Esgoto a céu aberto no Rio dos Correias.....	102
Figura 61. Montanha de lixo no antigo lixão.....	104
Figura 62. Crianças e animais em meio ao lixo.....	104
Figura 63. Área do Lixão- 1.....	104
Figura 64. Área do lixão.....	104
Figura 65. Lixo espalhado pelos caminhos.....	106
Figura 66. Entulho na encosta do Rio dos Correias.....	106
Figura 67. Lixo em vias públicas.....	106
Figura 68. Lixo na esquina de um campo de Futebol.....	106
Figura 69. Iniciativa do morador local na limpeza e conservação da encosta do rio dos Correias que fica em frente ao seu domicílio.....	108
Figura 70. Erosão no Barranco no Canal do Cidrão.....	110
Figura 71. Abrigo dos barcos – Rio dos Correias.....	110
Figura 72. Casas próximas a encosta (Correias).....	110
Figura 73. Casas próximas à encosta (Itiberê).....	110
Figura 74. Muro para supostamente conter a erosão e delimitar a propriedade.....	110
Figura 75. Contenção supostamente conter a erosão na encosta do rio.....	110
Figura 76. Caminho com a exposição da parte arenosa.....	112
Figura 77. Exposição da parte arenosa.....	112
Figura 78. Amostra de solo - coloração.....	113
Figura 79. Parte arenosa com coloração amarelada – Mar de Lá.....	113
Figura 80. Fragmentos de piçarra dentro do Rio dos Correias.....	113
Figura 81. Piçarra exposta na encosta do rio dos Correias.....	113
Figura 82. Caranguejo encontrado no manguezal no canal do Cidrão.....	114
Figura 83. Área de Manguezal, canal do Cidrão.....	114
Figura 84. Área de manguezal, lado norte.....	114

Figura 85. Área de Manguezal com habitação, lado norte.....	114
Figura 86. Fragmentos cascalho de concha.....	115
Figura 87. Fragmentos de pedra.....	115
Figura 88. Fragmentos de material de construção.....	115
Figura 89. Adição de aterro.....	115
Figura 90. Bloquetes em meio a areia.....	116
Figura 91. Bloquetes soltando-se do solo. Fonte.....	116
Figura 92. Mapa de uso e ocupação do solo.....	117
Figura 93. Terreno de Chácara.....	118
Figura 94. Área de Chácara.....	118
Figura 95. Sepultamento em covas.....	120
Figura 96. Sepultamento em covas próximas as casas.....	120

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Áreas da Ilha dos Valadares concedidas pela União ao Município de Paranaguá.....	71
Quadro 2 Estimativa de Crescimento Demográfico na Ilha dos Valadares 1985 - 2015.....	75
Quadro 3. Tipo de concessão dos domicílios particulares permanentes entre 1991 a 2010.....	88
Quadro 4 Tipo de abastecimento de água nos domicílios permanentes particulares na Ilha dos Valadares, 1991-2010.....	94
Quadro 5. Tipo de esgotamento sanitário por domicílio particular permanente na Ilha dos Valadares, 1991- 2010.....	97
Quadro 6. Atendimento do serviço de coleta de lixo na Ilha dos Valadares, 1991-2010.....	103

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	13
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	18
1.1 Observação.....	20
1.1.1 Observação espontânea .....	20
1.1.2 Observação Participante .....	21
1.2 Análise documental .....	22
1.3 Análise de dados secundários.....	23
1.4 Registros fotográficos .....	24
1.5 Análise do solo .....	24
1.6 Entrevistas com moradores antigos.....	24
1.6.1 Os entrevistados, quem são? .....	26
1.6.1.1 Nivaldo Luiz .....	26
1.6.1.2 Nelson Pedroso e Adir Pedroso (Dica) .....	27
1.6.1.3 Ataliba do Carmo.....	27
1.6.1.4 Neide Pires Cordeiro .....	28
1.6.1.5 Manoel Miranda das Neves.....	28
1.6.1.6 Waldemar Barbosa Cordeiro e Benedita Vidal Cordeiro .....	29
1.6.1.7 Fabiana Galesi .....	29
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	30
2.1 Considerações de Milton Santos sobre a Natureza do Espaço Geográfico .....	30
2.2 O Processo de Ocupação do Espaço Urbano e a Segregação Socioespacial....	34
2.3 O Lugar da Natureza no Espaço Urbano.....	40
2.4 Os Impactos Ambientais Urbanos Decorrentes da Ocupação em Áreas Irregulares.....	45
2.5 Políticas Públicas para o Planejamento urbano-ambiental: Da Habitação a Proteção do Meio Ambiente .....	48

CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO NA ILHA DOS VALADARES - PARANAGUÁ/PR.....	52
3.1 Vede Vede a Ilha dos Valadares .....	52
CAPITULO 4: ANÁLISE DO PROCESSO DE ADENSAMENTO DA ILHA DOS VALADARES-PARANAGUÁ/PR E SEUS EFEITOS SOBRE O MEIO AMBIENTE FÍSICO .....	63
4.1 Características gerais da Ilha dos Valadares .....	64
4.2 Aspectos legais sobre o uso e ocupação do solo .....	69
4.3 Aspectos da população .....	74
4.3.1 Aspectos culturais e modo de vida .....	77
4.3.2 Pirâmide etária da Ilha dos Valadares.....	81
4.4 Características das habitações na Ilha dos Valadares .....	85
4.4.1Energia elétrica .....	90
4.5 Saneamento Básico na Ilha dos Valadares .....	91
4.5.1 Abastecimento de água potável .....	93
4.5.2 Esgotamento sanitário .....	97
4.5.3 Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.....	103
4.6 Solo: características, uso e ocupação .....	108
4.6.1Características do solo e os impactos ambientais.....	109
4.6.2 Uso e Ocupação do solo e os impactos socioambientais.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS .....	130

## APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é o resultado de 3 (três) anos de pesquisa no bairro da Ilha dos Valadares, localizada no município de Paranaguá – PR. Este tempo foi essencial para descobrir o que fazia o coração vibrar e a mente ficar inquieta.

Estudar e estar na Ilha dos Valadares me fez crescer em experiência. Assim, todo o conhecimento adquirido, na medida em que as palavras iam surgindo, transcrevi-as no papel, tendo como resultado este trabalho. Sinto que ainda me faltaram palavras para expressar o vivido, o sentido, o observado.

Morei por vinte e três anos em Paranaguá, sou natural do lugar. Nunca tive o interesse de estar na Ilha dos Valadares. Lembro-me vagamente de um dia, na adolescência, ter atravessado para a Ilha à noite. Nada recordo deste momento. Depois de longos anos a minha curiosidade nos uniu. A realidade estava ali, bastava observá-la, vivenciá-la, para assim, conhecê-la.

A busca pelo conhecimento me fez correr atrás dela, nenhum lugar me atraía mais que Valadares, ela era a mais pura expressão de beleza e da desigualdade socioespacial no espaço urbano que eu conhecia. Uma periferia, lugar de gente humilde e na grande maioria pobre.

O tempo passou. Chegou o momento de mostrar o fruto da minha curiosidade através deste trabalho, nele deixo registrado tudo o que meus olhos viram, os ouvidos escutaram, além das infinitas horas de leituras, análises e reflexões.

Janelize Nascimento Felisbino

*“Você sabe que o pobre é sempre pobre, nunca, eu se sou rico, eu não morava aqui, eu morava num prédio, mas eu sou pobre tenho que morar aqui onde é o lugar do pobre, então tenho que me conformar com o pobre, eu sou pobre, entende. Aonde que eu nasci? Nasci também na pobreza, então eu me acostumo com a pobreza, eu me acostumo. Se eu comer o peixe, comi o peixe, se eu comer o marisco, comi o marisco porque eu me criei com isso, se eu comer a farinha, eu me dou com a farinha porque eu me criei com a farinha, me criei com caça, me criei com marisco, eu não estranho, compreende?! Agora se eu nascesse num lar do “tutu” aí eu não me acostumava, aí eu tinha que comer coisinha de rico, vestir roupinha de rico, andar de carro. Eu não, eu ando aqui oh, ando de bicicleta, minha esposa, e somos felizes, sabe por quê? Porque encontramos nossos amigos pobres, que nos cumprimenta” (ATALIBA DO CARMO, 2012).*

## INTRODUÇÃO

*“Quando eu cheguei aqui era tudo mato isso aí, ó. Lá, lá pra cima, cortava araçá, agora nem isso nós temo mais, tomaram conta”. [...] “agora é só casa”.*

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada na Ilha dos Valadares, situada na baía de Paranaguá, município de Paranaguá/PR. Os relatos acima são de dois moradores que chegaram a Ilha, antes do crescimento acelerado, e do adensamento habitacional por volta de 1980, quando o cenário era outro: poucos habitantes, muita vegetação, ambiente calmo, sem luz elétrica e abastecimento de água potável, inexistência da violência urbana.

A população que se instalou antes dos anos 1980, tinha um modo de vida rural, de origem vinda principalmente das ilhas próximas e das áreas rurais. Estavam habitando um espaço de área ambientalmente frágil, na periferia da cidade. Com o aumento acelerado da população, aos poucos, chegaram os serviços públicos básicos e infraestrutura, mas, muito mais rápido, os impactos socioambientais no lugar. Hoje a Ilha apresenta diversos problemas socioambientais, reflexos da ocupação (agressiva), devido a falta de planejamento e ações efetivas.

A pesquisa traz como abordagem os problemas socioambientais que envolvem o lugar, numa perceptiva histórica. Desta forma, para dar direcionamento na pesquisa, definiram-se como objetivos:

**Geral:** Compreender o processo histórico e geográfico da ocupação da Ilha dos Valadares /PR, bem como seu adensamento recente, desde 1980, com foco nos impactos socioambientais.

**Específicos:** Identificar fatores causais que levaram a ocupação da Ilha dos Valadares; Analisar os impactos socioambientais, resultado do processo de ocupação e; Realizar o resgate da memória local.

Foram realizados três anos de pesquisas para a elaboração deste estudo, interligando os métodos quantitativos e qualitativos, os quais oportunizaram a análise através do empirismo, com um toque de objetividade. Desse modo, os instrumentos de pesquisa utilizados consistiram em: observação espontânea e

participativa, análise documental histórica recente, dados secundários do Censo Censitário (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE) dos anos 1980 (In: CONSENTINO, 1982), 1991, 2000 e 2010, registros fotográficos, análise subjetiva do solo e entrevistas com 08 (oito) moradores antigos da Ilha dos Valadares, além de uma entrevista com uma arquiteta e urbanista do Município.

Os resultados que configuram o presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foram organizados em quatro capítulos, considerações finais, além desta Introdução.

O **primeiro capítulo** descreve os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para a elaboração do estudo de caso. Antônio Carlos Gil (2009) e Augusto N.S. Trivinõs (2006) apoiaram na escolha e construção dos instrumentos de pesquisa. Todo o processo de coleta de dados foi devidamente detalhado de forma a dar autenticidade à pesquisa e a contribuir para estudos futuros.

No **segundo capítulo** apresenta-se a fundamentação teórica, abordando assuntos da ordem social, ambiental, econômica e política, visto que, não seria possível discutir ocupação antrópica nas periferias, sem analisar a interconexão de todos estes fatores. Para refletir sobre a ocupação do espaço buscou-se aporte teórico no geógrafo Milton Santos (2006, 2007, 2012, 2014), trazendo para a discussão Raquel Rolnik (1989), Ermínia Maricato (2010), Antônio Carlos Robert Moraes & Wanderley Messias da Costa (1999). Vários outros autores foram chamados para enriquecer este capítulo, com assuntos relacionados a impactos ambientais urbanos, o lugar da natureza na cidade, a distribuição da natureza conforme a classe social, a segregação socioespacial e as injustiças ambientais.

O **terceiro capítulo** teve como foco descrever a formação histórica e a transformação do espaço da Ilha dos Valadares. Os historiadores Nascimento Júnior (1980), Manoel Viana (1976) e Evangelista (1978) contribuíram na construção deste capítulo, já que são uns dos poucos que registraram os aspectos ambientais e sociais daquela porção de terra que ficava ‘do lado de lá’ do continente. Como o processo de ocupação da Ilha está vinculado com o crescimento econômico do município, através do desenvolvimento das atividades portuárias, veio para contribuir Abrahão (2011a, 2011b).

Chegando ao **quarto capítulo**, são colocadas para discussão, todas as informações coletadas ao longo do trabalho de campo para a realização da análise do processo de adensamento recente (1980-mai/2015) da Ilha dos Valadares e seus efeitos sobre o meio ambiente físico. Através de dados secundários, entrevistas e processo de observação, foi possível identificar os impactos socioambientais, os quais estão analisados, descritos e ilustrados neste capítulo. Impactos estes, que estão relacionados às questões do saneamento básico, uso e ocupação do solo, densidade habitacional em diversas áreas, crescimento populacional em ritmo acelerado e as ações públicas para a regularização fundiária, serviços básicos e infraestrutura.

Por fim, as considerações finais do trabalho, reconhecendo as constantes transformações identificadas na Ilha dos Valadares, durante o período de análise.

## CAPÍTULO 1: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do tipo de pesquisa constitui um dos passos mais importante, senão o mais importante, para a realização de um estudo. Não é uma tarefa fácil para pesquisadores iniciantes, envolve muitas leituras a respeito de metodologias e métodos científicos. Definir o tipo de pesquisa auxiliará o pesquisador(a) a tomar decisões sobre a escolha dos instrumentos, para a coleta de dados, conforme o objetivo do trabalho.

Para o presente trabalho, a preocupação consistiu em encontrar uma metodologia que, fornecesse maior flexibilidade e liberdade na busca e análise dos dados e materiais, associando o qualitativo com apoio do quantitativo.

Na pesquisa qualitativa a “informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise” (DALFOVO, LANA, SILVEIRA, 2008, p. 9), ou seja, dá-se mais importância a outros instrumentos de pesquisa, como à observação, fotografias antigas, documentos, relatos de vida. O inverso ocorre na pesquisa quantitativa, onde os números são usados para analisar uma determinada realidade. Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p.9) explicam que na pesquisa quantitativa “a coleta de dados geralmente é realizada nestes estudos, por questionários e entrevistas que apresentam variáveis distintas e relevantes para pesquisa, que em análise, é geralmente apresentado por tabelas e gráficos”.

Triviños (2006, p.118) ressalta que “toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa”. Em meio à pesquisa na literatura, o tipo de pesquisa escolhida foi o Estudo de Caso. Gil (2009, p.10) destaca que “o estudo de caso é, pois, um delineamento pluralista. Ele não se opõe aos outros delineamentos, mas os complementa”. Portanto, a pesquisa pode estar circunscrita tanto na estatística como na subjetividade, a utilização destes dois meios de coleta de dados proporciona atingir profundidade na análise.

O Estudo de Caso de acordo com Triviños (2006, p.133) é um tipo de pesquisa qualitativa. Gil (2009, p.3-4) menciona que Estudo de Caso não é pesquisa qualitativa, mesmo que “adote uma abordagem qualitativa, podem ser identificados estudos de caso eminentemente quantitativos”. Não se vê um consenso, mas o

importante é capturar a ideia da diversidade de métodos que o estudo de caso proporciona.

O que é um estudo de caso? O estudo de caso, como Gil (2009) sugere, é o estudo de uma unidade, ou seja, de um objeto. Segue alguns conceitos:

“Merriam (1998, p.16 *apud* GIL, 2009, p.7) define estudo de caso qualitativo como: Uma intensiva e holística descrição e análise de uma simples entidade, fenômeno ou unidade social”. Triviños (2006, p.134) menciona que “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analise profundamente”. Compreender o conceito faz com que o pesquisador (a) não tente “abraçar o mundo”, mas foque em um objeto.

Gil (2009, p.29) elucida que, “[...] os estudos de caso são reconhecidos como detentores de potencial para o estudo do processo de mudança e adequados para a realização de pesquisas sob o enfoque dialético”. A escolha em utilizar o Estudo de Caso torna-se benéfico ao pesquisador interessado em aprofundar seus estudos nos limites de uma realidade, explorando, fazendo análises, descrevendo-a. A maneira de como fazer vai depender do planejamento, e como já citado, do objetivo do estudo.

Seis características fundamentais no Estudo de Caso são evidenciadas por Gil (2009, p.7):

a) é um delineamento de pesquisa; b) Preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado; c) Investiga um fenômeno contemporâneo- o objeto de estudo é um fenômeno cuja ocorrência se dá no momento em que se realiza a pesquisa; d) Não se separa o fenômeno do seu contexto; e) é um estudo em profundidade; e f) Requer a utilização de múltiplos procedimentos de coleta de dados.

Os instrumentos de pesquisa (métodos) são o segundo fator mais importante para a execução da pesquisa. No estudo de caso qualitativo empregam-se como técnicas de coleta de dados, entrevistas, observações e análise de documentação. Estas técnicas podem ser trabalhadas em conjunto ou se o pesquisador(a) decidir, escolher a que atende ao seu estudo.

Como forma de complementação de dados no estudo de caso qualitativo, fica a critério do pesquisador (a) apoiar-se em análises dos aspectos fisiográficos, como o relevo, hidrografia e solo.

A redação do relatório do estudo é importante. “[...] diz-se que um estudo de caso tem credibilidade ou validade [...] quando seus resultados correspondem a alguma realidade reconhecida pelos próprios participantes, e não apenas a uma interpretação do pesquisador” (GIL, 2009, p.37).

Diante do exposto, a presente pesquisa na Ilha dos Valadares teve como metodologia de pesquisa o Estudo de Caso, já que o mesmo é indicado para analisar um processo de mudança em uma unidade (local). Buscou-se agrupar um misto de informações para analisar e avaliar o processo de ocupação do lugar. Assim, a pesquisa teve como métodos de coleta de materiais e informação: 1) observação e vivência de moradia local; 2) análise documental; 3) análise de dados secundários; 4) registros fotográficos; 5) análise do solo; e 6) entrevistas aos moradores antigos. Para cada procedimento de coleta de dados utilizou-se diferentes formas de abordagem, explicadas detalhadamente nos subitens subsequentes.

## **1.1 Observação**

Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se a observação, tanto a espontânea como participativa. Para Gil (2009, p. 71) a observação “representa uma das mais importantes estratégias para obtenção de dados na investigação científica”. O contato direto do pesquisador (a) como o objeto de pesquisa, através da observação, contribui na análise e interpretação do fenômeno.

### **1.1.1 Observação espontânea**

Entre muitas idas a campo, percorreu-se a Ilha por terra e água buscando uma visão holística do território, explorando dentro das possibilidades cada canto da

sua extensão. O processo da descoberta foi muito importante no estágio inicial da pesquisa, já que a pesquisadora, neste caso, se colocou como expectadora, observando de forma espontânea os acontecimentos e problemáticas do local.

A utilização da observação espontânea é adequada aos estudos de caso exploratórios. É útil para promover a aproximação do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Com base nessas observações, ele poderá obter uma compreensão mais precisa do problema e também construir hipóteses. (GIL, 2009, p. 72)

A observação em campo contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento, análise dos objetos e da população local, reflexão e compreensão sobre a realidade pesquisada. A Ilha era até então uma “desconhecida”. A primeira caminhada para reconhecimento local foi acompanhada pelo morador Mauro Fernandes, que gentilmente nos apresentou: Prazer, sou a pesquisadora. A realidade estava sendo posta ao alcance dos olhos. Ao longo do processo, a relação da pesquisadora com o lugar tornou-se familiar.

Para a coleta de dados neste processo, foram levados como material de apoio, a câmera fotográfica, como forma de registrar fragmentos do que observava. Há cada encontro com Valadares sobrevinha uma nova descoberta. O caderno de anotações foi fundamental para descrever o tangível e o intangível: o que tocava, olhava, sentia.

### **1.1.2 Observação Participante**

Para promover uma compreensão mais aprofundada do fenômeno analisado, objetivou-se realizar a observação participante, através da vivência de moradia local.

Para Gil (2009, p. 74):

“A observação participante consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como uma técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir de seu próprio interior”.

A vivência de morar na Ilha dos Valadares foi realizada durante o período de 06 de dezembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, totalizando 85 dias consecutivos. O objetivo foi conhecer e vivenciar o cotidiano da população da Ilha dos Valadares, já que a percepção sobre o espaço de um morador (nativo) é diferente de um visitante (TUAN, 1980), e neste caso, para Gil (2009, p. 75) uma das vantagens da observação participante “é permitir a percepção da realidade do ponto de vista das pessoas pesquisadas e não de um ponto de vista externo”.

Com este método, foi possível realizar observações e interpretações, mais detalhadas, sobre os problemas locais, já que a pesquisadora estava sendo afetada pelo processo, na mesma intensidade, como os demais moradores locais.

## **1.2 Análise documental**

A coleta da documentação e sua utilização na pesquisa foram fundamentais para subsidiar os resultados empíricos obtidos, proporcionando cruzamento de informações, identificação de problemas pouco conhecidos, formulação de hipóteses e as conclusões sobre o processo de mudança da Ilha dos Valadares.

Gil (2009, p.76) menciona que, para a realização de um estudo de caso, é indispensável à consulta a fontes documentais, classificando os documentos como: pessoais, administrativos, material publicado em jornais ou revistas, publicações de organizações, disponibilizados pela internet, registros cursivos e artefatos físicos e vestígios. “O mais importante uso da documentação num estudo de caso, no entanto, é o do fornecimento de informações específicas, com vistas a corroborar resultados obtidos mediante outros procedimentos” (Gil, 2009, p.76).

Os documentos têm a função de auxiliar na coleta de dados e análise, complementar informação, dar objetividade a pesquisa. Também são registros de processos de mudança (organizacional/estrutural) e da história do lugar, auxiliando o pesquisador(a) a compreender as ações (passado e presente) da sociedade, nas ordens: política, ambiental, cultural e econômico.

Toda documentação levantada para a presente pesquisa tem caráter histórico e da história recente.

A documentação histórica refere-se a textos de cronistas que retrataram o ambiente, história, costumes dos ilhéus, como: Caetano Evangelista (1976), Manoel Viana (1976) e Vicente Nascimento Júnior (1980). Foi encontrada na oportunidade, uma pesquisa intitulada a “Ilha dos Valadares (Baía de Paranaguá)” cujo trabalho, pertence a estudantes da Universidade Federal do Paraná do ano de 1982, publicada em formato de livro. Único exemplar localizado na Universidade Estadual do Paraná (antiga denominação: FAFIPAR), campus Paranaguá. No Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGP) em formato digital foi adquirido o “Estudo de Urbanização da Ilha dos Valadares” de 1988; na mesma fonte também foram obtidas imagens fotográficas antigas.

As documentações da história recente foram de jornal local “Folha do Litoral”, e notícias na internet, obtidos entre os anos de 2014 a 2015. Além de estudos sobre a Ilha dos Valadares realizado por Floréz (2005) e Hindi (2003).

### **1.3 Análise de dados secundários**

Para complementar as informações utilizou-se de dados secundários por setor censitário do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), anos 1991, 2000 e 2010. Os dados censitários de 1980 o IBGE não tinha para disponibilizar, de 1991 foram fornecidos pela coordenação do IBGE Paranaguá, os demais, 2000 e 2010, no site IBGE.

Os dados utilizados foram referentes ao total da população residente, faixa etária, cor ou raça, habitação, energia elétrica e saneamento básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e limpeza urbana e manejo dos resíduos.

Além disso, solicitou-se a Copel em 22 de setembro de 2014, o número de Unidades Consumidoras de energia elétrica na Ilha dos Valadares.

#### **1.4 Registros fotográficos**

Todas as idas para a Ilha dos Valadares foram fotografadas. O acervo próprio reuniu mais de 500 registros fotográficos. As imagens retratam o cotidiano da população, os aspectos ambientais e urbanísticos, sendo utilizadas para análise e interpretação.

#### **1.5 Análise do solo**

A análise dos impactos e caracterização do solo para este estudo se deu através da observação, atrelada com estudos geomorfológicos e literatura sobre o assunto.

#### **1.6 Entrevistas com moradores antigos**

Escutar história de quem faz a história. Aquelas histórias que não são contadas em livros, jornais, revistas, somente contadas no “olho no olho”, sentados ao redor da mesa, no sofá da sala, na varanda, em pé numa roda de conversa. Uma conversa com caráter informal, mas com fins científicos. A entrevista, segundo Gil (2009, p.63) “nos estudos de caso, tem sido indubitavelmente a técnica mais utilizada”. Fornecendo ao pesquisador(a) informações peculiares que não encontraria descrito em documentos oficiais.

Nas gravações das entrevistas, para obter bons resultados, faz-se necessário não intimidar o público alvo, buscando maneiras que os deixem mais tranquilos e confortáveis. Conhecer o público é essencial para adquirir bons resultados. Com o tempo, o pesquisador(a) vai adquirindo experiência de como lidar, comportar-se nas entrevistas. Saber a hora de perguntar é fundamental!

O público entrevistado da presente pesquisa estava entre a faixa etária de 64 (sessenta e quatro) a 91 (noventa e um) anos e residindo há mais de 30 (trinta) anos na Ilha dos Valadares. As entrevistas ocorreram na residência dos

entrevistados, exceto uma. Algumas marcadas com antecedência outras não. No final deste processo, totalizaram-se 06 entrevistas com os moradores antigos, sendo 02 delas realizadas em conjunto (marido e esposa). O número de entrevistas seguiu o critério de saturação, que conforme Deslandes (2013, p.48) é “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”, ou seja, quando as narrativas ficam repetitivas, não apresentando mais progresso. No texto, a referência aos entrevistados moradores antigos se fez de 1 a 8.

Um roteiro com perguntas semiestruturadas (abertas) foi elaborado para realizar as entrevistas com os moradores antigos (Anexo 01), mas só serviram como base. As perguntas não ocorreram na sequência como planejadas. Uma observação: todos entrevistados tinham mais de 60 anos e as lembranças não estavam tão vivas na memória. Então, a função da pesquisadora foi guiar a conversa não deixando o entrevistado fugir do assunto e instigá-lo a recordar os momentos passados e presente.

Gil (2009) classifica as entrevistas em cinco modalidades: estruturadas, abertas, guiadas, por pautas e informais. Para a presente pesquisa, com moradores antigos, primeiro ocorreu a tentativa de realizar a entrevista guiada, mas o público alvo não respondeu positivamente a esta técnica, mudando para a entrevista por pauta:

O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar diretamente, à medida que se refere às pautas assinaladas. Mas, à medida que vai se afastando da pauta, o entrevistador vai intervindo de maneira sutil, dando prosseguimento à entrevista (GIL, 2009, p. 64).

As primeiras entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, então, se percebeu certa timidez dos entrevistados. Retirou-se o vídeo, ficando o áudio gravado por um gravador de voz digital. Com a troca da forma da coleta das entrevistas, os entrevistados ficaram mais desenvoltos e desinibidos.

Os conteúdos das entrevistas passaram por transcrição integral. Somente uma entrevista teve duração inferior a 30 (trinta) minutos. Não foi estipulado um tempo limite para a duração ou término da entrevista, tudo dependeu da disponibilidade de tempo do entrevistado e andamento da conversa.

Excepcionalmente, entrevistou-se por e-mail, com perguntas abertas, uma arquiteta da Secretária Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários – SEMHAF do município de Paranaguá. No anexo 02, seguem as perguntas realizadas.

### **1.6.1 Os entrevistados, quem são?**

Apresentar ou não os entrevistados? Por que não? Foram eles que fizeram a história e são os corações que dão vida a Ilha dos Valadares. Estes que foram os protagonistas do processo de transformação do lugar. Sim, definitivamente eles tinham que ser citados como forma de homenageá-los e lembrá-los futuramente. Como processos metodológicos serão abaixo, apresentados todos os entrevistados desta pesquisa.

#### **1.6.1.1 Nivaldo Luiz**

Nivaldo Luiz, 64 anos, nascido no Município de Guaraqueçaba, no dia 3 de abril de 1948. Entrevistado no dia 28 de maio de 2012, na sua residência localizada na Rua 31, Vila Bela. Homem simples de pouca fala que vivia uma vida modesta, residindo em um pequeno cômodo no terreno de parentes. Em seu quarto uma cama, roupas e os produtos do seu trabalho: as redes (tarrafa) de pesca e pequenas miniaturas de canoas de madeira que vendia pela cidade, seu meio de adquirir recursos financeiros. A entrevista com seu Nivaldo foi marcada com antecedência, estando o mesmo, esperando para a conversa. Seu Nivaldo, somente respondia sucintamente o que se perguntava, ficando em seguida calado e observando, esperando a próxima pergunta.

### **1.6.1.2 Nelson Pedroso e Adir Pedroso (Dica)**

Nelson Pedroso, 73 anos, nascido no ano de 1939 em Guaraqueçaba. Adir Pedroso, conhecida como Dona Dica, 71 anos, nascida em 1941, na Ilha da Cotinga-Paranaguá. Residência localizada na Rua 47, Vila Sete de Setembro. Em meio ao olhar desconfiado, Dona Dica atendeu no portão, no primeiro momento recusou-se a conversar e chamar o esposo, mas em meio à conversa cedeu espaço abrindo as portas da sua residência. A partir deste momento, iniciou-se uma longa conversa dentro da sua farinheira artesanal, localizada na parte externa da casa. A entrevista foi realizada no dia 1º de junho de 2012. A residência familiar de alvenaria aparentava dar a família, o conforto “necessário” para viver. A farinheira não apresentava boas condições na estrutura física, estando em reformas. Com o recurso financeiro apertado a obra caminhava lentamente. Ao longo da conversa, toda aquela rigidez, transformou-se em risos e contos de fatos sobre a vida e a Ilha dos Valadares.

### **1.6.1.3 Ataliba do Carmo**

Ataliba do Carmo, 91 anos, nascido no município de Guaraqueçaba no dia 30 de agosto de 1921. Morava em casa de alvenaria num terreno com muitas árvores frutíferas. Na casa residia ele e a esposa Irene. A residência localizava-se na Rua 33, no bairro Vila Bela, local onde no dia 13 de setembro de 2012 realizou-se a entrevista. De forte personalidade, Seu Ataliba caracterizado como o homem que não tem medo de dizer a verdade, sempre vai à busca do melhor para o seu bairro. Sem cerimônias, sem rodeios, começou a falar. Desenrolou a conversa entre sua história de vida, a Ilha dos Valadares, suas reflexões e ideologias.

#### **1.6.1.4 Neide Pires Cordeiro**

Neide Pires Cordeiro, 66 anos, nascida no dia 1 de dezembro de 1947 na Ilha da Cotíngia. Moradora numa rua s/ número, paralela com a rua número 8, no bairro Itiberê. A entrevista aconteceu no dia 23 de janeiro de 2013. O primeiro contato com Dona Neide ocorreu na UFPR Litoral onde estava se apresentando com o Grupo de Fandango Pés de Ouro, em novembro de 2012. Sobre Dona Neide: não tem como não se encantar pelo jeito doce e carinhoso como atendeu ao convite e a hospitalidade em seu lar. Residia sozinha numa pequena casa de três cômodos, da qual se sentia “envergonhada” pela simplicidade. A organização era impecável, enfeites cobriam sua parede. Em sua cama havia uma colcha confeccionada de retalhos e o enfeite de duas pequenas bonecas, encostadas em almofadas. Na cabeceira da cama, um terço. Sentadas ao redor da mesa da cozinha, iniciamos uma longa conversa.

#### **1.6.1.5 Manoel Miranda das Neves**

Manoel Miranda das Neves, 62 anos, nascido na comunidade do Maciel, em Pontal do Paraná. Residia na Rua 44 no bairro Sete de Setembro na Ilha dos Valadares. Homem dos sorrisos espontâneos, as dificuldades da vida não lhe roubaram a beleza do ser. Com a esposa debilitada pela ocorrência de um derrame, com dedicação, dividia seu tempo aos cuidados da amada e o trabalho no cemitério da Ilha. Com seu jeito humilde e risonho foi o mesmo quem abordou para uma conversa na beira do rio dos Correias no dia 22 de março de 2013, onde estava alimentando os peixes e siris com os restos das vísceras, sobra dos peixes que havia limpado, para consumir no almoço.

#### **1.6.1.6 Waldemar Barbosa Cordeiro e Benedita Vidal Cordeiro**

Waldemar Barbosa Cordeiro, 72 anos, nascido no Maciel no ano de 1942. Benedita Vidal Cordeiro, 66 anos, nascida em 28 de março de 1948 na região chamada Costeirinha. Em 28 de fevereiro de 2015 o casal completou 50 anos de união. Residem em uma casa de alvenaria na Rua 135, na vila sete de setembro. Entrevista realizada em 13 de setembro de 2014, em um dia ensolarado. Com um enorme sorriso e fraternal abraço, fui recepcionada por dona Benedita. Sua expressão era de alegria, apresentou os filhos por meio de fotos. Seu Waldemar sentou-se conosco na varanda da casa trazendo sua viola. Proseamos por mais de uma hora.

#### **1.6.1.7 Fabiana Galesi**

Fabiana Galesi - arquiteta na Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários – SEMHAF pela Prefeitura Municipal de Paranaguá. Diferente das demais entrevistas, nossa conversa se deu por meio de envio de perguntas e resposta via endereço eletrônico – e-mail. Sempre solícita, representando a SEMHAF, não hesitou em responder questões sobre a regularização fundiária da Ilha dos Valadares. O contato com Galesi ocorreu entre novembro e dezembro de 2014.

## CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Considerações de Milton Santos sobre a Natureza do Espaço Geográfico

Discutir sobre o processo de ocupação na Ilha dos Valadares remete a reflexões sobre a produção e reprodução dos espaços geográficos, através do método dialético. O espaço geográfico é modificado de acordo com cada período histórico vivido e percebido pelas sociedades que operam sobre ele. As sociedades realizam alterações na paisagem, através da técnica, entendidas como o “conjunto de meios instrumentais e sociais” (SANTOS, 2012, p.29).

As técnicas foram fundamentais para a transformação do espaço e reprodução da vida humana através dos tempos, com a inserção de novos objetos<sup>1</sup> através do trabalho, dessa forma, para Santos (2012, p.62) “[...] espaço reúne a materialidade e a vida que a anima”.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2012, p. 63).

Para compreender o processo histórico do espaço geográfico, Santos (2012, p.235) o divide em três fases: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. O meio natural é considerado por Santos (2012, p. 235-236) como o período em que o homem e a natureza viviam em equilíbrio, onde o trabalho e a técnica não eram agressivos ao meio. As técnicas que os homens manipulavam na natureza eram para a sobrevivência, como a domesticação das plantas e animais,

---

<sup>1</sup> “Antes da instalação do homem, os objetos naturais respondiam às questões de outros objetos naturais, mediante troca de energia em estado bruto. Pode-se dizer que os sistemas naturais se constituíam sem finalidade. Os primeiros objetos sociais (e, mesmo, os objetos mecânicos) retiravam sua finalidade da ação humana. O mesmo se pode dizer da “socialização” dos objetos naturais. Esses objetos polivalentes constituíam um sistema a partir de sua disponibilidade para um uso social”. (SANTOS, 2012, p.220)

assim, a relação homem-natureza era harmoniosa e respeitosa, no processo de criação de uma nova natureza. Com a evolução das técnicas, o meio antes natural, foi tornando-se meio técnico, um espaço mecanizado, com a inserção de objetos técnicos, substituindo os objetos naturais e culturais. O homem começou a criar objetos que deram ritmos mais acelerados ao trabalho, Santos (2012, p.237), refere que “os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais” dessa forma, alterando a percepção do homem em relação ao meio, “as técnicas participam na produção da percepção do espaço e também da percepção do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo imaginário” (SANTOS, 2012, p.55).

Santos (2012) cita que o meio técnico foi o período onde ocorreu o crescimento do componente internacional da divisão do trabalho, logo, o aumento das trocas para sobrevivência dos grupos cresceu e movimentos diferentes das lógicas locais a partir da expansão internacional do comércio. O espaço natural começou a sentir os impactos “agressivos” resultado da produção e implantação dos objetos técnicos, cada vez mais avançado em técnica, e o espaço urbano ficando cada vez mais urbanizado, logo, problemático. Neste período, Santos (2012, p.237) menciona que “a poluição e outras ofensas ambientais ainda não tinham esse nome, mas já são [eram] largamente notadas [...]” já existindo na época um movimento dos “antimaquinistas” para o “combate social contra os miasmas urbanos”. O período técnico não se deu de forma generalizada, “eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se” (SANTOS, 2012, p.237).

O meio técnico-científico-informacional, na visão de Santos (2012, p.238), iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial e expandiu-se a partir dos anos 70, com a inclusão dos países do Terceiro Mundo. Este período é caracterizado não somente pela evolução da técnica, mas da intensa interação da técnica com a ciência, “essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global” (SANTOS, 2012, p. 238). Santos explica que os objetos técnicos já têm a tendência de surgirem como informação, já que a informação é necessária à ação realizada sobre as coisas e objetos técnicos que formam o espaço (SANTOS, 2012, p. 239). Toda essa evolução, modernização da técnica e da ciência atrelada à informação, produz uma

nova forma de produção, utilização e funcionamento do espaço geográfico, aumentando a circulação, distribuição e consumo de mercadorias, fenômeno este, não mais visto somente nas grandes cidades, mas estendendo-se no espaço agrário. “O meio técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização” (SANTOS, 2012, p. 239), dessa forma, “[...] tende a ser universal” (SANTOS, 2012, p. 240). A universalização somente ainda não ocorreu devido ao ritmo da difusão das técnicas nas regiões, nos lugares, resultado do capital, que valoriza de maneira desigual os territórios.

Na teoria de Santos, é notório perceber que a técnica impulsionou a transformação do espaço natural para o geográfico, com a inserção de objetos, um conjunto de fixos e de fluxos em interação. De modo que o espaço tornou-se artificializado, ficando a cada período histórico, menos natural. Já que o que é natural torna-se social quando utilizadas pelo homem (SANTOS, 2012). No caso de Paranaguá, um exemplo foi à utilização do rio Itiberê para circulação de barcos e canoas da Ilha para o Continente, de um espaço natural e cultural, tornou-se um espaço artificial, com o aumento das necessidades humanas criadas, implantou-se um objeto fixo: a Passarela. E hoje, já se objetiva a construção de uma Ponte para “melhor atender a população”, com a passagem de seus objetos de fluxos: carros.

Santos (2012, p.72), ressalta que “para os geógrafos, os objetos é tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou”. Acrescentando o pensamento de Santos (2012, p.75) em que cita que “[...] o espaço geográfico é um dado social”, onde os sistemas de objetos e os sistemas de ações são indissociáveis. “O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente” (SANTOS, 2012, p.100). Ou seja, analisar os processos de ocupação e utilização do espaço, por meio da análise do tempo histórico, através da categoria da paisagem<sup>2</sup> e seus objetos técnicos que revelam a relação do homem-natureza na configuração territorial do espaço, do lugar. “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (SANTOS, 2012, p.109).

---

<sup>2</sup> Para Santos (2012, p.104): “A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”.

A essência do espaço geográfico é a apreensão da sua totalidade, que é resultado da soma das suas partes (região e lugar), que agem de formas distintas. Assim, compreender a totalidade é analisar o movimento das partes, e como estas, se relacionam com o todo. Nas palavras de Santos (2012, p. 115): “Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes”. A relação e as funções da totalidade com os lugares mudam, no mesmo tempo em que a sociedade muda, já que a sociedade é responsável pela criação e transformações do espaço geográfico, estando o espaço nunca na situação estática, mais sempre em movimento. Nunca completo, sempre tentando se completar, na definição de Santos (2012, p.119): totalizar-se.

A transformação nos lugares e/ou regiões se dá em ritmos desiguais, mesmo no período presente “técnico-científico-informacional”, assim, alguns são considerados desenvolvidos outros, subdesenvolvidos. Isso gera lugares desiguais, atuando dentro do espaço geográfico, “os atores hegemônicos da vida econômica, social e política podem escolher os melhores lugares para sua atuação e, em consequência, a localização dos demais atores é condenada a ser residual” (SANTOS, 2012, p.204), esse processo de ocupação do espaço geográfico é característico do modo de produção capitalista e da valorização do espaço pelo capital. Um exemplo é a cidade, o espaço urbano, dividida em bairros com infraestrutura, para os que podem pagar pela ocupação daquela porção do solo, classe superior, empresas e instituições, e as porções de solo distantes ou sem valor de mercado, destinada a população de baixa renda. “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada uma” (SANTOS, 2012, p. 317).

Por vezes o mercado imobiliário ocupa-se dos espaços dos pobres, para transformá-lo em lugares para moradia das classes superiores ou empresas, fazendo que a população de baixa renda, busquem outros espaços (sem estrutura) para habitar. Sobre este processo Santos (2012, p.225) enfatiza que “cada lugar é, assim, a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização, em que as exigências de natureza global têm um papel fundamental”.

Através das considerações de Milton Santos sobre o espaço geográfico, fica evidente que na medida em que os espaços foram evoluindo em técnica, ciência e informação, artificializando-se, mais desiguais se tornaram. Inicialmente os espaços eram para todos e a natureza um “bem comum”. No período atual com a maximização da valorização do espaço, na dimensão econômica, os espaços pertencem aqueles que podem pagar e os objetos fixos, distribuídos de forma desigual no espaço cotidiano onde vivem os ricos de um lado e a população de baixa renda, no outro. Conseqüentemente, as problemáticas e desigualdades socioambientais tornam-se mais intensas e extensas no espaço produzido.

## **2.2 O Processo de Ocupação do Espaço Urbano e a Segregação Socioespacial**

Como visto anteriormente, o espaço geográfico é social. Espaço produzido pelo trabalho do homem, com a inserção de técnicas e implantação de objetos técnicos no espaço vivido. Mas, Santos (2007, p.59) reflete que “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos”, intensificando a cada período histórico de cada sociedade, conforme suas dinâmicas socioeconômicas, interagindo com os fatores ambientais e culturais, diretamente ligada ao modo de produção da sociedade no seu tempo-espaço<sup>3</sup>.

O modo de produção é a forma pela qual cada sociedade se organiza e se produz e reproduz no espaço, sabido que o modo capitalista constituído pela exploração do trabalho e valorização desigual dos lugares conduz a exclusão, desigualdade e segregação. Separa a sociedade em classes sociais, conforme a renda, alocando cada qual, em espaços diferenciados. Na visão de Silva (1991, p.54), “seja qual for a sociedade, ela está dividida em classes, é alimentada pelo trabalho alienado”. A construção do espaço é resultado do trabalho, seja no período capitalista ou não.

---

<sup>3</sup> Para Santos (2008, p.29) “Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

No período feudal, a segregação social era evidente, o servo tinha o direito de garantir sua subsistência através do trabalho na terra, mas não era proprietário da mesma, o domínio era absoluto do seu senhor que lucrava com o arrendamento das suas terras (ROLNIK, 1989, p.31). Dessa maneira, muitos camponeses migravam do campo para a vila. Na vila medieval, “a terra urbana era simplesmente ocupada pelos moradores, à medida que ali iam se instalando” (ROLNIK, 1989, p.32).

Rolnik (1989, p.39-40), divide em três fases a transformação da vila medieval em cidade capital de um Estado moderno, em suas palavras:

O primeiro elemento que entra em jogo é a questão da mercantilização do espaço, ou seja, a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria – que se compra e vende como um lote de bois, um sapato, uma carroça ou um punhado de ouro.

Em segundo lugar, a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; do outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos. Entre os dois estão os artesãos independentes, donos de seu próprio negócio, que oscilam entre identificar-se com os demais proprietários ou aliar-se com os que estão com eles, alijados do poder.

Finalmente, um poder centralizado e despótico ali se instala; um poder de novo tipo, que interfere diretamente na condução do destino da vida cotidiana dos cidadãos.

O senhor feudal perdeu seu poder para os capitalistas, a riqueza dos feudos era investir em propriedade nas cidades que dominavam. Já os capitalistas, “enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura”, aumentavam suas relações comerciais investindo em outras cidades, criando redes, ligadas vias terrestres e aquáticas. (LEFEBVRE, 2011, p.12-13). Resultado: o feudalismo extinguiu-se.

No caso brasileiro, a segregação socioespacial inicia-se no período pós-escravista. No período colonial, o modo de produção capitalista consistiu “de um empreendimento cuja viabilidade se deu através da combinação entre grandes porções de terra, que originaram o latifúndio; a mão-de-obra escrava; e, a produção de bens para exportação [...]” (ABRAHÃO, 2011a, p.118). Os senhores compravam como mercadoria, homens negros e mulheres negras, vindos de diversos países do continente africano, e os considerava sua “propriedade”, usando-os como mão-de-obra escrava. Os escravos trabalhavam dia-a-dia somente recebendo comida e

abrigo, que se localizavam dentro da propriedade do seu dono, tanto na área rural como urbana. Dessa forma, esse tipo de comportamento não era considerado de segregação social, mais sim, escravocrata. A existência do trabalho escravo marcava a paisagem urbana no Brasil Colonial de forma peculiar. “Todo o trabalho, da produção doméstica ao transporte de cargas, dos ofícios aos serviços gerais, era a ele [escravo] entregue” (ROLNICK, 1989, p.45).

Maricato (2010, p.17/18) descreve que:

Os escravos, dentre muitas outras funções, eliminavam os dejetos (carregando barris cheios de fezes, que no Rio de Janeiro, por exemplo, eram jogados nas praias), abasteciam as casas de água, uma vez que a canalização era inexistente, abasteciam de lenha a cozinha, eliminavam o lixo.

Neste período os senhores e escravos dividiam os mesmos espaços na cidade colonial, segundo a autora Rolnick, as distâncias entre o senhor e o escravo eram expressas através do “modo de vestir, na gestualidade, na atitude arrogante ou submissa e, [...] na própria cor da pele” (ROLNICK, 1989, p.46).

A segregação socioespacial urbana começa entre o período de 1822 e 1889 conforme data Vasconcelos (2004, p.267), onde os escravos libertos tinham que buscar lugares ilegais para morar, já que o Estado não oferecia assistência. Com a abolição, muitos escravos vieram do campo para cidade, após o declínio do café, em busca de trabalho, habitando as periferias, morros e várzeas junto com os brancos pobres e migrantes (MARICATO, 2010, p.19). Para Abrahão (2011a, 119), “a inacessibilidade da terra aos trabalhadores, antes e depois do término do estatuto da escravidão, bem como a desvalorização do trabalho manual, típica da sociedade escravista, fez crescer a cidade como válvula de escape”.

De acordo com Vasconcelos (2004, p. 268), no Brasil república, “com o fim da escravidão a questão habitacional não seria mais da responsabilidade dos proprietários de escravos”, aumentando os problemas de habitação dos pobres na cidade. Vasconcelos (2004, p. 269) menciona que os problemas atuais são reflexos do passado, “ficará a cargo da maior parte da população pobre, resolver a sua questão habitacional, assim como a do acesso às terras urbanas”. Com os baixos salários pagos pela força de trabalho dos assalariados, adquirir um lote em áreas centrais, tornava-se impossível, restando a estes, a habitação em cortiços, casa de

cômodo, loteamentos populares regulares ou ilegais, invasões e ocupações de terrenos, imóveis de aluguel, ampliação dos imóveis existentes “puxadinhos”, ou morar de favor (VASCONCELOS, 2004, p. 269).

Na atual literatura geográfica sobre as questões urbanas brasileiras, utiliza-se sobretudo o conceito de “segregação socioespacial”, devido às grandes desigualdades socioeconômicas existentes e seus reflexos no espaço urbano, tendo em vista a ausência de uma linha de cor da grande mestiçagem e da presença de pobres “brancos”. Em áreas precárias, como favelas, num fluxo e refluxo, seguindo as crises econômicas. (VASCONCELOS, 2004, p.264)

As mudanças ocorridas na política e modo de produção brasileiro no passado têm mostrado seus efeitos no presente, na questão segregação socioespacial urbana, - nosso objeto de estudo-, cada vez mais, [...] tem-se localizações diferenciadas gerando lugares mais ou menos valorizados em função de sua disposição no tecido urbano (MORAES & COSTA, 1999, p.127). O capital valorizando o solo urbano de forma desigual, impondo a divisão da cidade entre centro e periferia<sup>4</sup>, e também a divisão da periferia em duas formas: “aquelas que se destinam aos destituídos e as que são ocupadas pelas classes privilegiadas” (PAVIANI, 2006, p.186).

A força de trabalho “pobre” assalariada ocupando-se das periferias desurbanizadas e os centros e as periferias urbanizadas, a classe privilegiada. Como citou Vasconcelos (2004), a segregação atual não se dá pela cor da pele, e sim, pela classe econômica em que o sujeito está inserido na sociedade. Nos tempos atuais, os “brancos” também ocupam as periferias e favelas no Brasil. Esse cenário é visto na Ilha dos Valadares, onde mais de 60% da população foi classificada como branca (CENSO, 2010). De acordo com Corrêa (1997, p.132) “em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo

---

<sup>4</sup> “O termo “periferia” explicita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro. Todavia, atualmente, muitas áreas afastadas dos centros das cidades não são entendidas como periféricas. O termo absorveu uma conotação sociológica, redefinindo-se. Dessa forma, “periferia” hoje significa também aquelas áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o lócus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda” (SERPA, 2011, p.11-12).

de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista”.

A segregação urbana brasileira é ditada pelo quanto o indivíduo pode pagar para morar, recortando a em classes e provocando um crescimento desordenado das áreas urbanas, “o fenômeno é antigo, mas na medida em que a aglomeração evolui, aparece cada vez mais nítido” (SANTOS, 2007, p.110). Sendo neste caso, o mercado imobiliário o organizador da cidade, construindo bairros urbanizados em áreas privilegiadas e deixando a população de baixa renda, sua fixação nos lugares em que não os interessa, implicando em produção do espaço de urbanização popular, de crescimento espontâneo. Santos (2007, p.111) explica que:

[...] pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo é condenado a permanecer num bairro desprovido de serviços e onde, pelo fato de ser um bairro pobre, os produtos e bens são comprados a preços mais altos, tudo isso contribuindo para que a sua pobreza seja ainda maior e sua capacidade de mobilidade dentro da cidade seja igualmente menor.

A forma da construção dos bairros desenvolve-se de acordo com a classe que o habita, e “[...] a fronteira entre um bairro popular e um bairro chique pode ser uma rua, uma ponte, ou simplesmente não ser nada muito atraente, mas somente uma imagem, um ponto, uma esquina” (ROLNIK, 1989, p.41). O espaço da população de baixa renda, tem como resultado um espaço construído na ilegalidade, com traçados desordenados, com habitações modestas, terrenos com habitações múltiplas, construções com poucos recursos materiais, a partir da autoconstrução, ineficiência de infraestrutura e equipamentos públicos. O espaço dos ricos é o avesso dos pobres. Moraes & Costa (1999, p.126) reforçam que “[...] as construções espaciais expressam os conteúdos das relações sociais que as engendraram”. Nas palavras de Rolnik (1989, p.17) “o desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de contar a experiência daqueles que os construíram, denota o seu mundo”. O espaço construído é resultado da classe social que o reside, que o produz.

Nos lugares periféricos da população de baixa renda, o setor público vai intervir com melhorias quando isso lhe for favorável ou quando o Ministério Público Federal intervier em favor da população, mesmo assim, este não dá conta de

atender a tamanha necessidade, da força de trabalho assalariada que vive incorporada as margens da cidade formal e excluída “invisivelmente” das ações de desenvolvimento, mesmo estando contemplados nas políticas públicas fundiárias, ambientais, econômicas, dentre outras, as ações destas políticas atinge somente uma parcela desta população de baixa renda. O espaço urbano é o lugar das lutas sociais pelo direito a cidade, ao direito a cidadania plena para todos (CORRÊA, 1997, p. 151).

Santos (2007, p.110) ressalta que não podemos explicar a ocupação no espaço somente pelo fator renda, pois os momentos sociais não se dão de forma homogênea:

[...] generalizações podem ser arriscadas, pelo fato de que as pessoas não são automaticamente atingidas pelo momento social e os seus reflexos no espaço. É assim que encontramos um número considerável de pessoas de renda alta em bairros que evidentemente empobrecem, da mesma forma que, em áreas em processo de “melhoria”, encontram-se pobres residuais.

No primeiro caso, temos bairros sendo desvalorizados pelo mercado imobiliário, pois deixaram de ser atrativos para investimentos, entrando em inércia, já que não apresenta mais uma dinâmica econômica, ficando acessível para a entrada da população de baixa renda. No segundo caso, a melhoria no bairro, valorizando o espaço, a população baixa renda residuais, aos poucos vão sendo “expulsos” para outras áreas. Corrêa (1997, p.135) caracterizou este fenômeno de invasão-sucessão, ou seja, os bairros sendo sucessivamente sendo invadidos por uma classe social superior. Além destes fenômenos, temos em algumas cidades brasileiras, como Salvador (BA), as ilhotas da população de baixa renda dentro dos centros. Espaços pequenos, onde se concentram um grupo, resistindo às forças do mercado imobiliário e do Estado. Prédios de luxo dividindo a paisagem com as casas de tijolo, mal acabadas, encaixotadas uma em cima da outra. A comunidade da periferia dos pobres dividindo os espaços públicos com os ricos. Considerados intrusos, por onde passam e observados com olhares discriminatórios. Para Paviani (2006, p.183), “independente do “lugar” geográfico em que os periferizados se encontrem, o essencial é enfrentar o desafio de desmontar as estruturas que mantêm a pobreza”. Acabar com as fronteiras que separam as classes sociais, que vai além da econômica, está presente no acesso a moradia, a educação, a

ocupação nos postos de trabalho, a cidadania plena pela qual se conquista o direito igualitário à cidade. É uma violência à dignidade dos pobres condená-los a morar em uma periferia desprovida de serviços básicos com qualidade.

O espaço urbano apresenta um cenário, segundo Corrêa (1997, p.147), fragmentado e simultaneamente articulado, com variadas intensidades. Um espaço segregador, o centro e a periferia dos ricos com melhores infraestruturas e serviços e a periferia dos pobres debilitada de atenção pública. Como curar a esquizofrenia do espaço urbano? Dar condições para a população de baixa renda adquirir moradia, proporcionar saneamento básico para todos, oportunidades de empregos e trabalho, incentivar o acesso à cultura, espaços públicos de lazer, aumento das áreas verdes, educação de qualidade, este, seria um começo para dar início a diminuição da desigualdade social e segregação socioespacial.

Imaginamos o espaço urbano como ele poderia ser: a ocupação do espaço de maneira sustentável. Na uniformidade, com estrutura e infraestrutura de serviços igualitários para os ricos e para os baixa renda, em todos os lugares da cidade, nos centros e nas periferias. E as periferias não seriam mais retratos da pobreza. Seria utopia ou uma realidade que no futuro poderá se realizar nas cidades brasileiras?

### **2.3 O Lugar da Natureza no Espaço Urbano**

Desde o aparecimento do homem na Terra, este tem causado alterações no meio onde vive com a aplicação das suas técnicas cada vez mais avançadas em tecnologia, como já foi apontado anteriormente. O espaço foi pouco a pouco sendo modificado: de meio natural para meio técnico e atualmente meio técnico-científico-informacional, como foi caracterizado por Milton Santos.

No início os indivíduos se instalavam nos lugares naturais e iam modificando conforme suas necessidades e do grupo, hoje o espaço é alterado conforme a necessidade do capital, onde tudo se transforma em mercadoria, o [...] homem é sujeito, enquanto a terra é objeto (SANTOS, 2014, p. 98). O ecossistema não mais visto como um atributo da natureza, mas como recurso para consumo e produção de bens. O que antes era considerado infinito, agora é finito. Os elementos renováveis

da natureza não conseguem se renovar na mesma intensidade que é consumida, “antes da instalação do homem, os objetos naturais respondiam às questões de outros objetos naturais, mediante troca de energia em estado bruto” (SANTOS, 2012, p.220). “A formação dos diversos tipos de vegetação, do relevo, dos minerais, do solo, enfim de todos os chamados elementos da natureza se dá no tempo natural que escapa ao relógio dos homens” (SILVA, 1991, p.40).

Arlete Rodrigues (s/d, p. 14) explica:

[...] foram necessários 500 mil anos para formar a floresta tropical; 500 milhões de anos para formar os combustíveis fósseis; 2 bilhões de anos para formar a camada de ozônio. Estes tempos de constituição ou de reconstituição na história da natureza não correspondem, obviamente, à rapidez com que o homem pode e tem utilizado/destruído.

O tempo de cada indivíduo na terra é curto, comparado à vida de muitas espécies da natureza. Assim, durante o seu tempo na terra faz de tudo para ter uma vida “melhor”, desenvolver, criar. Habita um espaço e se territorializa, enraizando-se de cultura, ideologia, materialidade. A cultura do homem urbano não está atrelada com a valorização da natureza. Diante das problemáticas ambientais atuais nas cidades, os indivíduos estão amedrontados e buscam medidas para mudar o cenário. Em São Paulo, a água, neste início do século XXI<sup>5</sup>, já está sendo um recurso escasso. Como sobreviver com a falta contínua da água nas torneiras de casa? A população tem que ir se adaptando.

As problemáticas ambientais vividas são consequências da separação do indivíduo da natureza durante seu processo de evolução. Deixou de valorizar os elementos naturais e todos seus atributos para valorizar os bens materiais (duráveis e não duráveis). Apropriou-se do espaço natural “impondo suas próprias formas à natureza” com a implantação da técnica fazendo com que ela ganhasse novas

---

<sup>5</sup> “O vice-presidente do Banco Mundial, em relatório sobre o uso sustentável de recursos hídricos, afirma que no século XXI as guerras não terão como objeto de disputa o petróleo ou a política, mas sim as águas, já que sua escassez está fazendo surgir inclusive uma política das águas” (ARLETE RODRIGUES, s/d, p. 19).

formas ou objetos artificiais através dos tempos (SANTOS, 2014, p.97). Eis que neste processo ocorreu a socialização da natureza<sup>6</sup>.

Henrique (2009, p.97) faz uma reflexão à ação do homem na natureza:

A ação humana sobre a natureza é uma necessidade. É um engano acreditar que o homem primitivo dispunha do que necessitava livremente na natureza. Este homem primitivo sofria perante as condições colocadas pela natureza o que dificultava sua existência e resultava em uma luta constante contra a natureza.

A natureza selvagem não era um lugar seguro para se viver, o indivíduo primitivo teve que buscar alternativas para proteger-se dos perigos e das ações da natureza sobre o espaço. Mas o indivíduo diante da sua racionalidade avançou em técnica, aprimorou seus conhecimentos através da ciência e desta maneira, passou a dominar a natureza, não mais o inverso. Como proprietário do espaço, o transformou em mercadoria e aqueles que tinham mais poder, dominaram os espaços privilegiados ricos em vegetação, solo fértil com nascente de águas. Para Carvalho (2003, p.27) “se no chamado mundo primitivo não havia um lugar específico para a natureza e outro para os homens, pois todos faziam parte de uma mesma trama social e espacial, o mesmo não se pode dizer de uma sociedade de classes”. Com a privatização do espaço pelo capital, a sociedade tornou-se dividida em classes sociais. Ter um espaço na área central da cidade era somente para quem poderia pagar por esse privilégio. Os desprovidos de lugares para morar na cidade formal, começaram a habitar os lugares desvalorizados nas periferias (áreas distantes, alagadiças, insalubres, desurbanizadas) e nos morros, como foi o caso do Rio de Janeiro<sup>7</sup> e Salvador. Aí está à nítida separação das classes, fundada na desigualdade socioespacial na ocupação dos lugares na cidade (CARVALHO, 2003).

---

<sup>6</sup> Não há mais natureza intacta, aquela que ainda não foi descoberta pelo homem, de alguma forma, o homem demarcou toda a área da terra chegando ao espaço sideral. Arlete Rodrigues (s/d, p. 25) explica que “os ares estão demarcados como espaços aéreos territoriais, os mares também o estão, as florestas mesmo tendo trechos não pesquisados diretamente, recebem a interferência da circulação atmosférica, das águas e de demarcação territorial. Trata-se da socialização da natureza, que é ao mesmo tempo sua desnaturalização”.

<sup>7</sup> O Morro da Providência foi a 1ª favela do Rio de Janeiro, criada em 1897, por combatentes da Guerra de Canudos e ex-escravos que se concentravam na cidade com a abolição da escravidão. Segundo Janaína Carvalho (2015), “hoje, são cerca de 763 (favelas) segundo dados do Instituto Pereira Passos”.

Nas áreas das periferias desurbanizadas, a natureza se extingue ou se esforça para viver em meio à poluição, pela falta de infraestrutura e serviços destinados a eles. Para Henrique (2009, p.118) “na maioria dos bairros da periferia social e de ocupação popular, altamente adensados, são inexistentes áreas públicas verdes e de lazer”. Cabe refletir aqui que os pobres, nas áreas de ocupação irregular, não são os culpados pela devastação das áreas verdes na cidade, eles são vítimas do processo de valorização do espaço pelo capital e pela falta de investimento nos seus bairros, a problemática ambiental (e social) vivida hoje nas cidades, deixa evidente esta questão.

Como está caracterizada a natureza no espaço urbano?

Na maioria das cidades, apesar do apelo estético e econômico sobre a presença da Natureza, contata-se que apenas alguns elementos naturais são valorizados, como a vegetação (transformando em área verde). Ainda assistimos a grandes obras que aterram ou canalizam córregos e rios. (HENRIQUE, 2009, p. 22)

A natureza está na cidade através de jardins, praças e Unidades de Conservação (UC) como os parques nacionais, estaduais e municipais delimitados pelo poder público, exemplo o Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, Parque Estadual Rio da Onça em Matinhos/PR e o Parque Natural Municipal Tanguá, Curitiba/PR.

Henrique (2009, p.20) menciona que “a demanda pela proteção da natureza, bem como a busca pela proximidade com a natureza nas cidades, tornou-se onipresente em todos os planos de governos, planos diretores e outros instrumentos de planejamento”. Mas a existência destes vários instrumentos, no planejamento da cidade, garante a proteção da natureza vista somente nos documentos, ora, falta à operacionalização das ações. Diminuindo, cada vez mais, os espaços públicos de/com áreas verdes como bem comum de todos.

Nas construções habitacionais nas cidades grandes e médias, as pessoas estão cada vez mais morando encaixotadas em seus apartamentos, com pequenos jardins comuns para embelezar o local. Nos bairros próximos ao centro, destinados mais a classe média, todo o terreno vira concreto, ter natureza gera despesa, mas

por vezes, se vê algumas árvores sombreando o quintal, atitude esta, que depende de como o indivíduo se relaciona com a natureza.

Nos bairros das periferias, de urbanização precária, é raro ter ruas arborizadas com praças com flores e diversas árvores nativas. E se tem, são poucas que sombreiam a população nos dias quentes de verão. Enquanto isso seu solo se degrada pela erosão, seus rios e córregos ficam poluídos com o esgotamento sanitário.

Longe da periferia da população de baixa renda, reside à classe rica, com seus terrenos enfeitados com árvores, flores, lagos, etc. Henrique (2009, p. 125) menciona que os agentes imobiliários “utilizam da natureza para valorização dos seus loteamentos e prédios construídos” nos condomínios de luxo.

A problemática ambiental no espaço urbano é culpa de quem?

É preciso, assim, ter cuidado para não ocultar a existência e as contradições de classes sociais para compreender a problemática ambiental em sua complexidade, pois os problemas ambientais dizem respeito às formas como o homem em sociedade apropria-se da natureza. (Arlete Rodrigues, s/d, p.8)

Refletir sobre a problemática ambiental trás muitas indagações em relação ao processo da apropriação do espaço pela sociedade de classes, que são heranças do passado.

Os problemas vividos hoje pela população de baixa renda são reflexos principalmente da segregação socioespacial atrelada à falta de investimento em moradia e regularização fundiária (dentre outros fatores). Sem alternativa, esta população invade áreas inapropriadas / irregulares, suprime a vegetação que antes havia naquele espaço e com seu pequeno recurso financeiro disponível constrói a moradia da família.

Assim, os autores Acselrad, Mello & Bezerra (2009, p. 76) analisam que “[...] a pobreza não é um estado, mas um efeito, fruto de um processo social determinado e com características próprias”, afetando diretamente a natureza. Enquanto não ocorrer uma mudança na estrutura política e econômica para inclusão da população de baixa renda e carente, que garanta a estes, o direito a cidade formal e a natureza, o problema não terá remediação, pois “não se pode enfrentar a crise

ambiental sem promover a justiça social” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 77), embora esta seja uma utopia moderna.

## **2.4 Os Impactos Ambientais Urbanos Decorrentes da Ocupação em Áreas Irregulares**

Os impactos ambientais podem ser classificados como positivos ou negativos, e, estão intrinsecamente ligados à forma de ocupação do espaço e as condições socioeconômicas da população. Nas áreas irregulares onde a população de baixa renda habita quase sempre na ilegalidade e vezes em áreas ambientalmente frágeis, os impactos negativos tendem a serem maiores do que os positivos, influenciando diretamente na qualidade ambiental urbana e de vida. A problemática dos impactos ambientais urbanos vai da questão ambiental à questão social e política (COELHO, 2012), pautado na esfera da desigualdade social das classes.

Os impactos ambientais negativos são todos aqueles que de alguma forma interferem na qualidade do meio ambiente urbano, como: inundações, poluição do ar, poluição sonora, poluição da água subterrânea, erosão do solo, deslizamento de morros, disposição inadequada do esgoto sanitário e lixo, ausência de vegetação e fauna, impermeabilidade do solo, dentre outros. Quanto mais adensado é o lugar, maiores são os níveis destes impactos, ficando muitos indivíduos sem a possibilidade de trocar de lugar (para um bairro mais urbanizado), já que a mobilidade é relativamente baixa em virtude das restrições econômicas. Todavia, deve-se lembrar de que pode ocorrer o deslocamento da população de baixa renda tanto de bairro para bairro, como de cidade para cidade e não é pequeno esse movimento.

Compartilhando da visão de Coelho (2012, p, 27) “Os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas”.

A população de baixa renda é empurrada para as áreas ambientalmente vulneráveis “[...] caracterizada por lugares com topografia e condições geográficas menos vantajosas ou com restrições ambientais para a ocupação regular [...]” (PEREIRA, 2004, p.2-3). Estas ocupações irregulares do espaço, sem planejamento do uso do solo e infraestrutura, originam os lugares desurbanizadas.

A ocupação irregular nos espaços naturais tem como impacto primário a alteração da cobertura vegetal primária. Em áreas ambientalmente vulneráveis a retirada total desta cobertura significa o desequilíbrio do ambiente, já que segundo Pereira (2004, p.18) “representa o equilíbrio da interação climática com as características do solo de uma determinada área, sendo o elemento fixador do solo e estabilizador das condições climáticas e hidrológicas”. O grande problema das erosões nas cidades é consequente à retirada da vegetação das encostas dos morros e rios.

Com a retirada total da vegetação sobrevém o desequilíbrio da dinâmica natural do ambiente, provocando deterioração das condições do ambiente, estas, imprescindíveis para a qualidade ambiental e da vida.

A vegetação tem um papel fundamental no ambiente:

A presença da vegetação, especialmente em áreas urbanas ou de expansão urbana, além de promover a estabilização das condições físicas, proporciona conforto ambiental decorrente de vários fatores, tais como o equilíbrio da umidade e da temperatura, movimentação de ar e radiação solar, aumento da permeabilidade do terreno, controle da erosão, entre outros (CUNHA E GUERRA *op cit. apud* PEREIRA, p.19, 2004.).

Nos planos diretores das cidades, a vegetação deveria estar presente não só como fator estético colocadas nas praças, mas como elemento de preservação do meio físico e da qualidade de vida da população de todas as classes sociais, sem distinção, denominado por Acselrad, Mello & Bezerra (2009), como justiça ambiental<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> “A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas”. (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 16).

As periferias desurbanizadas não sofrem com impactos ambientais isolados, uma problemática está ligada a outra. Portanto, não resolve a autoridade municipal tratá-los desintegrados.

Diante do impacto ambiental negativo, não se pode ignorar também, que a população residente tem uma parcela de “culpa” neste processo quando fica omissa diante de tal situação colocando-se no papel de vítima e não como protagonista do processo, é questão de percepção e atitude. Como menciona Tuan (1980, p.1), “sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos”. Como um cidadão protagonista, devem-se buscar alternativas práticas, nos planos individual e coletivo, para resolver pequenos impactos ambientais negativos e torná-los benéficos, sem ficar esperando que o município solucione todos os problemas. Um exemplo, se a fossa está próxima do poço da água, isole-a; a erosão está avançando, plante vegetação e/ou coloque barras de contenção; as altas temperaturas estão prejudicando a saúde: plante árvores, de preferência nativas do lugar; a encosta do rio está com acúmulo de lixo, realize a limpeza, e conscientize seus vizinhos a manter a assiduidade do lugar.

Para a sustentabilidade urbana, Jacob (2004, p.182) pondera que:

Embora em geral a população mostre pouca predisposição para as práticas comunitárias, é preciso enfatizar os estímulos às mudanças de comportamento, corresponsabilização e colaboração através de um agente nucleados - a ação governamental-, mostrando a existência de um potencial para ampliar sua dinâmica interativa com o poder público.

A necessidade de interação entre a população afetada pelo impacto ambiental negativo, moradoras em áreas irregulares, com o poder público é essencial para se alcançar os objetivos de melhoras do ambiente vivido. A população não pode se excluir desse processo, já que são muitas vezes excluídas pelo poder público que governa em determinado período o município.

## **2.5 Políticas Públicas para o Planejamento urbano-ambiental: Da Habitação a Proteção do Meio Ambiente**

Com o crescimento populacional e o aumento dos desequilíbrios ambientais na cidade, planejamentos são essenciais para organizar a cidade e atender a constante demanda da população. As políticas públicas entram neste cenário para assegurar o direito à cidade e natureza a todos os cidadãos, ressaltando que estes direitos não são dados efetivamente de forma igual a todos. As implementações das políticas públicas não garantem que todos os cidadãos usufruíram de tal benefício e direitos, descrito em lei.

Quando uma lei não atende uma pessoa e/ou uma parcela da população que necessita, a dignidade deste povo está sendo violentada já que estes têm direitos, e cumprem com seus deveres constitucionais. Como cita Barbosa (2011, p.63) “[...] a dignidade é como a água, como o sol e, além da teoria, deveria ser para todos”. A efetivação da dignidade da pessoa humana se faz através da igualdade de direitos, neste caso, cabe ao Estado planejar as ações que devem atender a questões urbanas, ambientais, culturais, econômicas e sociais.

Os problemas ambientais urbanos estão ligados ao planejamento inadequado e/ou sua inexistência e também a omissão do poder público, fato que atinge diretamente as áreas de moradia da população de baixa renda de recursos financeiros.

Vale lembrar que as cidades foram criadas tendo como base uma economia capitalista, oriundas de um planejamento desordenado e desigual, que levou em conta o poder aquisitivo dos moradores e o descaso do governo em relação à questão da moradia. (BARBOSA, 2011, p. 68)

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRF/88) foi observada pela primeira vez a questão do direito a moradia, como direito de propriedade e para atender a função social, e o termo “meio ambiente” (BARBOSA, 2011). Há estes dois temas foram destinados capítulos que descrevem direitos e normas de uso do território.

No capítulo II sobre a política urbana, artigos 182 e 183 da CRF/88 são estabelecidas diretrizes para a questão urbana. No referido texto, o desenvolvimento

urbano fica a cargo do poder municipal garantindo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes. Como instrumento de planejamento, o município com mais de 20 mil habitantes teria a obrigatoriedade de elaborar o Plano Diretor visando o desenvolvimento e expansão urbana. Ficam definidas também normas de propriedade da moradia para apropriação e desapropriação.

Coelho (2012, p.23) cita que o “meio ambiente é social e historicamente construído”, o meio ambiente entendido como o habitat das espécies. No capítulo VI, Artigo 225, fica garantido que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*. A palavra urbana não aparece no capítulo VI do meio ambiente, mas fica subentendido que a proteção do meio ambiente, que envolve o manejo ecológico das espécies e a preservação e restauração do ecossistema, abrangem a área urbana. Barbosa (2011, p. 69) menciona que “o ser humano só pode viver de uma maneira sadia e com qualidade de vida se estiver em consonância com um meio ambiente equilibrado, não poluído”.

Apesar da Constituição Federal (BRASIL, 1988) garantir os direitos à população, “[...] poucos habitantes de nossa cidade [brasileiras] desfrutam do direito à vida segura e vivem em habitações dignas” (DIAS, 2012, p.3) e tem acesso ao meio ambiente sadio. Muitos moradores das periferias nas cidades vivem em meio à poluição ambiental devido principalmente à falta de saneamento básico.

Em 2001, foi sancionada a Lei Federal nº 10.257 (BRASIL, 2001), regulamentando os artigos nº 182 e nº 183 da CEF/88. Esta Lei ficou denominada como o Estatuto das Cidades.

O Estatuto da Cidade é, nesse momento, a esperança de mudança positiva no cenário urbano, pois reforça a atuação do poder público local com poderosos instrumentos que, se utilizados com responsabilidade, permitem ações conseqüentes para a solução ou minimização dos graves problemas observados nas cidades brasileiras. (OLIVEIRA, 2001, p. 4)

No artigo 2º do Estatuto das Cidades, estabelece-se como primeira diretriz a garantia do direito a cidades sustentáveis, *“entendido como o direito à terra urbana,*

*à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações*". Na VI diretriz do art. 2º, menciona-se sobre a ordenação e controle do uso do solo necessário para evitar *"a deterioração das áreas urbanizadas, a poluição e a degradação ambiental, e a exposição da população a riscos de desastres"*.

No total estabeleceu-se 17 (dezesete) diretrizes no Estatuto da Cidade, que englobam desde a participação popular, a proteção e recuperação do meio ambiente natural e construído até a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas pela população de baixa renda. O desafio é de se fazer implantar todas as diretrizes e normas do Estatuto da Cidade de forma que se construam as tais cidades sustentáveis oferecendo condições dignas de moradia, saneamento e mobilidade, [...] onde a lei é aplicada parcialmente, não há democracia, e com sua ausência a justiça não é possível. (BARBOSA, 2011, p. 64).

Mais de uma década da publicação do Estatuto das Cidades, as cidades continuam acumulando os mesmos problemas relacionados à moradia, problemas ambientais, infraestrutura e serviços. As ações realizadas, como ditas anteriormente, ainda não atendem a toda população de forma igual. Como cita Oliveira (2001, p.4) *"a lei sozinha, é claro, não resolverá os históricos problemas urbanos"*. É fundamental a participação do município para que se faça cumprir a Lei.

Para Dias (2012, p.5) *"[...] a implementação dos direitos sociais está diretamente relacionada à viabilidade orçamentária e à responsabilidade que o Estado tem de planejar o desenvolvimento nacional e de efetivar condições para o exercício dos direitos sociais pelos cidadãos"*.

A questão orçamentária é o grande desafio do Estado para dar possibilidade às regiões e municípios efetivarem serviços de infraestrutura nas cidades, pois tudo depende do quanto é arrecadado e da parcela destinada a tais serviços, o que vai depender de cada política de governo. Os gestores municipais têm a obrigação de buscar investimento para as obras de infraestrutura na cidade, para todas as áreas sem distinção entre o centro e periferia, e aplicá-los de maneira correta, sem desvios para outros fins.

A política pública se faz para todos, mas a classe rica acaba sendo a mais beneficiada pelos governos locais, regionais. E diante da desigualdade *"[...] os*

pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades” (SANTOS, 2006, p.132) para sobreviver dia-a-dia nesta sociedade de classes de privilégios diferenciados, onde quem tem recurso para pagar “mais” habita em moradias com estruturas mais confortáveis, em bairros com qualidade ambiental, infraestrutura e serviços decentes, fazendo-se cumprir a lei.

Na contramão da sustentabilidade urbana, temos os desprovidos que constroem suas próprias casas, que não desfrutam dos mesmos privilégios “básicos” que a classe privilegiada, descumprindo-se o artigo 5º da Constituição onde todos têm direitos iguais perante a lei. “A moradia possui relação direta com a dignidade da pessoa humana, assim também com a preservação do meio ambiente, os três princípios se completam mutuamente e se um deles falhar a justiça não será possível”, afirma Barbosa (2011, p. 71).

## CAPÍTULO 3: FORMAÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO NA ILHA DOS VALADARES - PARANAGUÁ/PR

### 3.1 Vede Vede a Ilha dos Valadares

Fins do século XIX escreveu o poeta Manoel Candido Fernandes:

Tomara que hoje não chova  
E amanhã faça luar;  
Eu quero dar um passeio.  
Pras bandas do Valadar.

Quem dera que uma ponte,  
Que no futuro se vê,  
Me desse e ao meu bem passagem,  
Sôbre o Rio Itiberê.

Por essa ponte eu e ela,  
Numa noite de luar,  
Fariamos um passeio,  
Na ilha do Valadar.

“Virá um dia a se concretizar o sonho do fígaro “parnaguara”? Por que não, se todo o pensamento é ação tendente a materializar-se” (NASCIMENTO JÚNIOR, 1980, p.301).

Eis que o sonho do poeta se realizou na última década do século XX. Inaugurada em 1991. Este não viveu para passear com sua amada sobre a passarela que liga o Continente a Ilha. Não imaginava que sua ideia, vista como utópica na época, “porque partira de um barbeiro muito popular [...] que, em horas vagas dedicava-se à poesia, escrevendo quadrinhas com rima, mas sem “metro” e

sem rumo, cantando as vantagens de uma ponte para a ilha fronteiriça”. (NASCIMENTO JÚNIOR, 1980, p.298), hoje, beneficia a todos os que ali residem, e os visitantes, que vão “dar uma banda” lá no Valadares. Observa-se na Figura 01, a construção da passarela iniciada nos anos 80.



Figura 1. Construção da passarela dos Valadares, anos 80.  
Fonte: Jorge Fujita. Arquivo digital: Prof<sup>o</sup>. Wistuba.

Um dos antigos moradores entrevistados na Ilha dos Valadares relatou um trecho da sua experiência no dia da inauguração da passarela:

*[...] essa passarela, foi do tempo do José Vicente Elias [prefeito], ele que inaugurou, inclusive até no dia que nos ia até almoçar pra lá, fomos lá, não deu para atravessar, do povo e a ponte fazia assim. A ponte até balançou de tanta gente, não dava para passar pra lá. (ENTREVISTADO 03)*

A construção da Passarela “Antônio José Sant’Anna Lobo”, que infelizmente não leva o nome do poeta sonhador, trouxe benefícios aos ilhéus que ali residiam há anos e realizavam a travessia através de pequenas embarcações. Sobre as travessias de canoa antes de ter a passarela, dois entrevistados lembraram que:

*Não tinha nem a ponte. Na época, quando vim aqui trabalhar na prefeitura, fazia passagem para defender um troquinho a mais, eu fazia passagem numa canoa assim para atravessar o pessoal pra outro lado sabe, a remo. Largava do serviço cinco (17h) horas no caso, trabalhava até meia noite aí,*

*daí ia embora, muitos tinham batera<sup>9</sup> naquela época, e um pouco fazia de canoa assim, 3 a 4 pessoas, naquela época não sei quanto que cobrava a passagem (ENTREVISTADO 05).*

*Não tinha ponte, era batera, depois chegou uma lancha, uma lanchinha (ENTREVISTADO 06).*

Como se vê na Figura 02, na Ilha havia um ponto de lancha (trapiche) nos anos 1980, para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

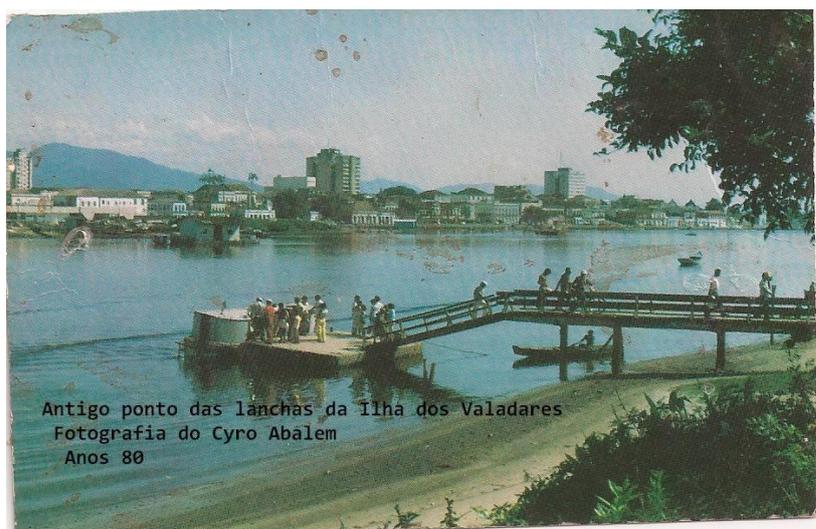


Figura 2. Antigo ponto das lanchas da Ilha dos Valadares, anos 80.  
Fonte: Cyro Abalem.

A formação e transformação do espaço da Ilha dos Valadares estão diretamente conectados com o progresso econômico do município de Paranaguá.

A expansão do território de Paranaguá está relacionada com a principal atividade econômica do município, a portuária. Desde o início da ocupação do território parnanguara, a atividade de importação e exportação de carga ocorria às margens do rio Itiberê<sup>10</sup> (GODOY, 1998 *apud* ABRAHÃO, 2011b, p.38). Conforme Abrahão (2011a, p.125) “a atividade portuária assumiu desde o início uma posição de centralidade na economia e na definição da organização do espaço urbano de Paranaguá”. Com o desenvolvimento da atividade portuária, na década de 1950,

<sup>9</sup> Na Ilha dos Valadares os pescadores denominam suas embarcações de “batera” os barcos motorizados a diesel.

<sup>10</sup> O rio Itiberê era denominado como Taquaré, conforme observado nos escritos de Nascimento Júnior (1980).

muitas pessoas migraram para Paranaguá, vindas principalmente das ilhas e da área rural dos municípios do litoral do Paraná, e começaram assim, a ocupar as áreas ambientalmente vulneráveis (ABRAHÃO, 2011b).

A porção territorial de Paranaguá era uma área cercada por manguezais, um ecossistema frágil e típico deste tipo de ambiente de baía. Estas áreas por serem ambientalmente vulneráveis, não eram valorizadas, sendo propícias para a ocupação da população de baixa renda. Em todo o município os manguezais foram degradados pela ocupação antrópica e indústrias, atualmente, restam fragmentos deste ecossistema no contorno do território.

Abrahão (2011b, p.42) destaca que através do crescimento da atividade portuária e as migrações, “[...] a própria atração de novos trabalhadores gerou demandas relacionadas ao crescimento da população, resultando em desequilíbrios sociais e novas pressões urbanas, em termos de serviços públicos e moradia”. As primeiras partes a serem ocupadas irregularmente foram próximas ao porto e centro, como foi o caso da Ilha dos Valadares. Entretanto, o município não estava preparado em infraestrutura para atender a população que crescia aceleradamente, estendendo-se a ocupar todo o território ao longo das décadas subsequentes.

Mas nos anos 1960, o porto de Paranaguá passou por novas organizações na atividade portuária, reduzindo a necessidade de mão-de-obra, em especial a não qualificada (ABRAHÃO, 2011b, p.44), um dos entrevistados da Ilha mencionou: “*Eu entrei no serviço lá em 62, no cais*” (ENTREVISTADO 02).

Contudo, o emprego diminuiu, mas a migração continuou, trabalhadores vinham para Paranaguá atrás de oportunidade, com o sonho de melhorar de vida, a fala do entrevistado 02 mostra essa visão quando perguntado o motivo que o fez migrar: “*Procura um serviço pra mim. Lá na Costeirinha onde morava, lá não tinha futuro e pra cá tinha futuro, e já que vim pra cá, já entrei no serviço, pra um futuro pra minha vida, pra uma hora desse tá com a mão no bolso assim oh (risos)*”.

Nas décadas subsequentes o porto continuou não absorvendo toda a mão-de-obra disponível no mercado e a população de baixa renda continuou ocupando a periferia da cidade, pois com o crescimento econômico de Paranaguá, os lotes nas áreas centrais urbanizadas, foram sendo valorizados economicamente. Em entrevista ao morador antigo (Entrevistado 02), foi perguntado o porquê escolheu

morar na Ilha dos Valadares: “*ah é que, já digo o tutu no bolso, então só merecia pra cá mesmo, porque pra lá já tinha que ter mais dinheiro [...]*”.

A Ilha dos Valadares foi uma destas áreas ambientalmente vulneráveis que recebeu uma parte da mão-de-obra migrante vindas residir em Paranaguá. O adensamento do solo acelerado no Valadares ficou também interligado ao anúncio da construção da passarela, logo, as moradias multiplicaram-se.

Em momento de conversa com um dos entrevistados (01), perguntou-se como era a Ilha quando ele chegou para morar:

*É, quando eu vim pra cá não tinha ponte, era poca casa assim, era mais mato assim, as casas poraqui era poco, não tinha muito, agora que tem bastante casa, primeiro não tinha, era bem pouca casa, era mato nesse lado por aí (Itiberê). Era tudo mato.*

O entrevistado 01, ao ser questionado se depois da construção da ponte, aumentou o número de casas, o mesmo afirmou que “*aumentou mais ainda, depois aumentou mais, muita casa aí*”.

Na Ilha dos Valadares, antes onde habitavam em equilíbrio o homem e a natureza no espaço (colhendo e plantando) hoje o que se vê é um aglomerado de casas, em meio às poucas áreas verdes que ainda restam no lugar, como se vê na figura 03.



Figura 3. Vista aérea de Paranaguá e Ilha dos Valadares (em destaque). Fotografia Aérea. Fonte: Studio Master Vídeo e Foto, 2012.

Originalmente, segundo Nascimento Junior, a atual Ilha dos Valadares consistia em porção de terra ligada ao continente, sendo considerada um Cabo<sup>11</sup>.

À margem direita, a atual ilha do Valadares, mas não figurando como tal e sim ligada ao continente, pois nesse mapa o rio Taquaré mostra as suas cabeceiras um pouco a montante da Vila, não misturando como atualmente, as suas águas com as do rio dos Correias, mas confirmando a tradição de não ter sido o Valadares, antigamente, uma ilha sofrendo essa transformação por um corte feito por mineradores ou sitiante das cabeceiras dos rios dos Correias e dos Almeidas, afim de abreviarem a distancia e as viagens para a Vila, evitando a descida desses cursos fluviais até à fóz e depois ganharem a embocadura do Taquaré, abicando ao porto. Esse corte ou canal operado nos tempos coloniais alargou, nenhum vestígio deixando da sua origem artificial, mas transformando em ilha —a paradisíaca Ilha dos Valadares—o rincão verdejante que formava uma península entre a baía de Paranaguá e os rios Taquaré e Correias, certo dia separada do continente pelo canal que os colonizadores talharam entre os dois rios. (NASCIMENTO JÚNIOR, 1980, p.297).

Em trabalho realizado por Consentino *et al.* (1982), estes descrevem também o processo do corte do Cabo, transformando numa pequena porção, em forma de Ilha.

[...] os habitantes da margem direita do Rio dos Correias precisavam deslocar suas mercadorias até Paranaguá, descendo o mesmo até o mar e subindo pelo Rio Itiberê. Como esse percurso era muito longo, esses habitantes abriram uma vala nos períodos de baixa-mar, ligando o Rio dos Correias ao Rio Itiberê, ao Sul da Ilha, rumo a Paranaguá, para ser utilizado nos períodos de preiamar. Com a erosão eluvial, esta vala transformou-se num canal hoje denominado Canal do Cidrão, que acabou por separar o cabo do continente, transformando-o em ilha como ela se apresenta atualmente. (CONSENTINO *et al.*, 1982, p.9)

O mapa da baía de Paranaguá de 1653, mostrado na figura 04, evidencia que a Ilha dos Valadares era um cabo, sendo mais tarde, aberta uma vala transformando-se uma ilha. Com o corte realizado, originou um canal conhecido como Cidrão.

---

<sup>11</sup> Porção de terra estreita que se estende pelo rio.

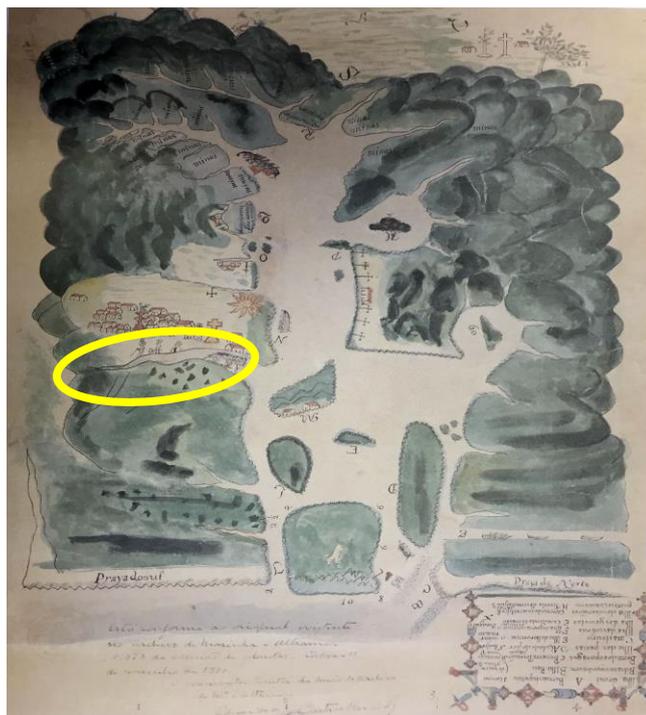


Figura 4. Mapa da baía de Paranaguá (1653), evidenciado que a Ilha dos Valadares era um cabo. O círculo amarelo, localiza a Ilha dos Valadares. Fonte: SOARES & LANA (2009, p. 19).

Sobre o surgimento do nome de Valadares atribuído à Ilha, dois grandes historiadores de Paranaguá, Nascimento Júnior (1980) e Manoel Viana (1976), apontam que até o começo do século XIX não existia na lista dos homens de maior influência da cidade ninguém com o sobrenome Valadares, mas Manoel Viana (1976, p.83) afirma que “nessa ilha, era sabido, morava uma família, muito antiga, de sobrenome “Valadares”. Gente de posses. Os homens, porém, não tinham grande notoriedade; devido se prestarem a esse vergonhoso comércio”, o comércio de escravos<sup>12</sup>. “Só depois da extinção total do tráfico negreiro é que a família “Valadares” saiu de PARANAGUÁ, deixando a ilha que, não tendo alcunha, já era conhecida e chamada por esse nome: “VALADARES”” (MANOEL VIANA, 1976, p.83).

<sup>12</sup> Paranaguá, enquanto cidade portuária desde o século XIX interligou-se com um grupo de cidades brasileiras e latino-americanas que se uniram em “função dos fluxos de exportação, bem como do tráfico de escravos” (ABRAHÃO, 2011b, p.36). Em pesquisas de Abrahão (2011b, p. 49 *apud* Leandro, 2003, p. 30-44) “o porto de Paranaguá terminou por se constituir, entre 1830 e 1850, como entreposto para o comércio negreiro”. Dando veracidade a história de que a Ilha dos Valadares era lugar de abrigo e comércio de escravos.

Um fato que comprova esta história advém da declaração do professor e também Secretário da Loja Maçônica da "PERSEVERANÇA", Alfredo Alves da Silva<sup>13</sup>, que interessado em descobrir a denominação Valadares, relatou que, quando criança escutava os antigos dizendo que a Ilha era ponto de comércio negreiro, os encarregados pelas transações pertenciam à família Valadares. O mesmo ainda relata que no ano de 1888 ou 1889, esteve na cidade o coronel Henrique Valadares<sup>14</sup>, Secretário Geral do Grande Oriente do Brasil, e dele ouviu uma palestra em que disse “que tinha muito prazer em visitar a terra de seus avós” (NASCIMENTO JÚNIOR, 1980, p. 113 a 116).

Segundo Santos Filho (1967) o acesso à Ilha era bastante difícil, e se dava somente através de embarcações que atravessavam o rio Itiberê, profundo com e de águas agitadas, “indomável na sua correnteza”. Tais características tornam provável que a Ilha não fosse um lugar cobiçado, interessante para se morar, mas que chamou atenção dos comerciantes de escravos por apresentar vegetação densa (dificultando as fiscalizações), próxima à cidade (facilitando a comercialização dos escravos) e fácil acesso para chegada e saída das embarcações pelo mar aberto.

Outro fato que faz menção a ocupação da Ilha, é que nela habitou o padre chamado Antônio Gonçalves de Belém, após sua morte, em 1821 seu sítio foi escolhido para a construção de um depósito de pólvora. Neste período Paranaguá estava convertida em praça de Guerra da Cisplatina (anexação do Uruguai) e preparada para resistir a qualquer eventual ataque dos corsários da Confederação das Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina. Nascimento Júnior (1980, p.115) cita que “após essa época a Ilha voltou à situação de abandono e de residência de pescadores e trabalhadores braçais [...]”.

Na obra de Antônio Vieira dos Santos (2001), intitulada “Memórias Históricas de Paranaguá”, de 1850, ele cita a Ilha dos Valadares como o 14º distrito do município de Paranaguá, com 41 casas habitadas e 141 almas (população residente), estimativa da população do ano de 1849. Nesta época, Santos (2001, p. 269 vol. II) menciona que, “Na Ilha dos Valadares, que está em frente da Cidade,

---

<sup>13</sup> Alfredo Alves da Silva, segundo Manoel Viana, foi professor do historiador Vicente Nascimento Júnior. (1976, 83)

<sup>14</sup> Henrique Valadares (1852-1903) foi considerado um dos grandes maçons do Brasil, ganhando o maior dos postos maçônicos como secretário geral.

tem as chácaras do Comendador Manoel Francisco Correia Júnior, e a do falecido Leandro José da Costa, também com boas casas”.

Nascimento Junior (1980, p.113-114) menciona que a vegetação em Valadares apresentava verde vivo exuberante que se alastrava por toda sua extensão. Era arejada e salubre e de solo enxuto, por tal razão o autor considerava que “poderiam se erguer lindas e graciosas vivendas de gente abastada, de homens do comércio e funcionários, se houvesse facilidade de comunicação, luz elétrica e água canalizada [...]”. De acordo com as lembranças de do entrevistado 02 *“pra sair por aí tinha que leva uma luz na mão, um lampião”*.

O entrevistado 01 relata que na Ilha *“era tudo escuro né, a água quase não tinha. A luz não tinha, mais numa parte lá pra baixo, às vezes tinha luz. Estas partes não tinha luz, era só um carrero. De noite era só escuro aqui”*.

Os registros de imagem da cidade de Paranaguá, em especial aqueles que documentam o centro da cidade em vista aérea também trazem indicadores sobre a ocupação na Ilha. Como se vê na figura 05 existiam poucas ocupações na década de 1930<sup>15</sup>, demarcadas por alguns pontos brancos que indicam edificações, em meio a uma vasta cobertura vegetal.



Figura 5. Foto aérea, na parte superior, pequena porção da Ilha dos Valadares). Autor: Desconhecido. Fonte: Acervo IHGP, 1930.

<sup>15</sup> A data da foto ainda está em discussão, pressupõe-se que é anterior a 1940. Segundo comentário do morador Luiz Roberto Pinho, a casa da sua avó foi construída em 1940/1941 e a mesma não aparece na foto “quase no centro da foto, o terreno estreito (esquina Júlia da Costa c/ Correia de Freitas), onde mais tarde foi construída, na esquina, a casa do Sr. Caco Silva, seguida pelo Hotel Líder e da casa da minha avó”.

Na Figura 06 (imagem capturada da Ilha para o continente) também é possível ter uma noção dos locais ocupados pelas moradias dos ilhéus, pressupõe-se que esta figura retrate o cenário do ambiente aproximadamente da metade do Século XX. Observa-se na figura que a concentração majoritária dos moradores era próxima as margens do Rio Itiberê.

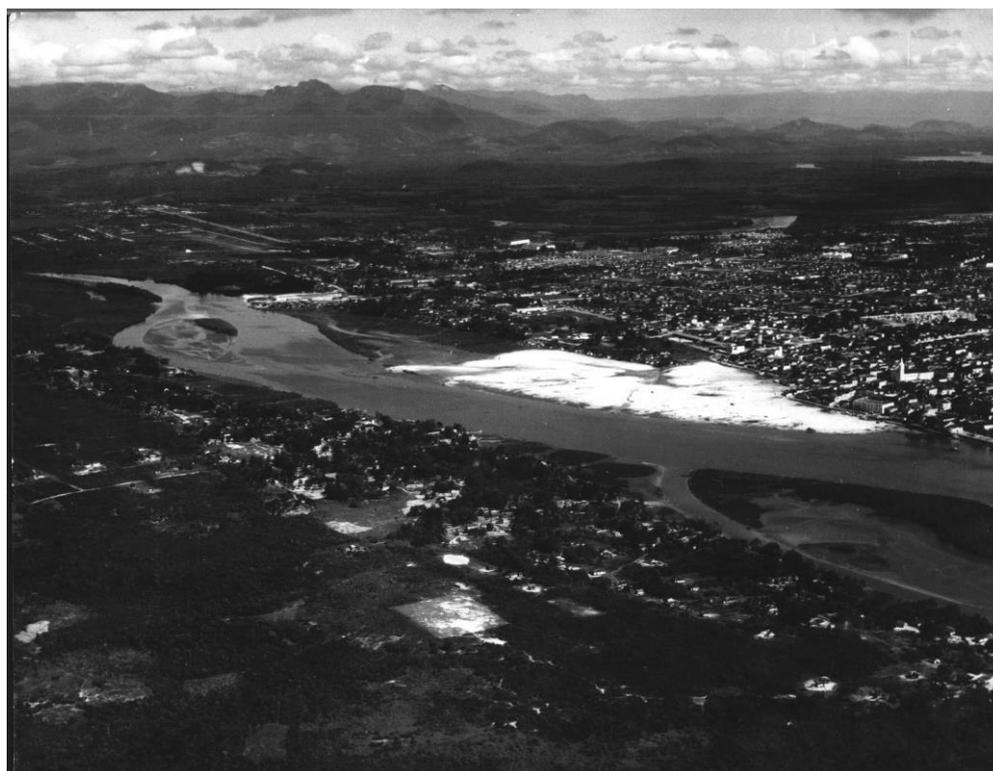


Figura 6. Foto aérea da Ilha dos Valadares, sem data. Autor: Desconhecido. Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGP). Ano: s/d.

Segundo Nascimento Júnior (1980, p.113), Valadares era um dos bairros menos conhecido de Paranaguá, e muitos velhos parnanguaras nunca haviam “colocado os pés na Ilha”. “O mundo do indiferentismo de uns habitantes pelos outros, que não se estimam porque não se conhecem [...]. Incrível mas verdadeiro: A maioria dos parnanguaras da cidade não dá pela existência da Ilha. Não conhece e nem se interessa por conhecê-la” (EVANGELISTA, 1953, p.76).

E como previu Caetano Evangelista em 1953, sobre as consequências geradas a partir da construção da ponte:

Quando ela vier, adeus sossego, adeus tranquilidade. Será então a Ilha tragada pelo progresso, como está sendo Paranaguá, cujas terras se valorizam do sai para a noite [...]. Mas isso é efeito de uma lei fatal: a lei da evolução social. O pobre será expulso do perímetro urbanizado para distante [...]. Logo depois da Ponte construída, aparecerão os novos habitantes: o responsável senhor Imposto, os Senhores Tributos e as Senhoras Taxas, a Exma. Saúde Pública, Dona Instrução Primária já reside há muito tempo no Valadares, hoje em sua casa própria e bem instalada (EVANGELISTA 1953, p.77, 1978).

Assim como o poeta barbeiro imaginou uma ponte que ligasse o Continente a Ilha dos Valadares nos fins do século XIX, Evangelista já descrevia o futuro da Ilha dos Valadares, nos anos 50. E esse futuro, com a chegada da regularização fundiária, pode tornar-se realidade, como já citado aqui no início deste capítulo “todo pensamento é ação tendente a materializar-se”, segundo Nascimento Júnior (1980).

## **CAPITULO 4: ANÁLISE DO PROCESSO DE ADENSAMENTO DA ILHA DOS VALADARES-PARANAGUÁ/PR E SEUS EFEITOS SOBRE MEIO AMBIENTE FÍSICO**

Freitas (2008, p.200) caracteriza uma Ilha como:

[...] uma porção de terra que se eleva acima das águas e por elas está cercada. Tal porção de terra, para caracterizar-se como ilha, deve ter estabilidade e firmeza. Quando surge no mar, chama-se marítima; quando em rio público ou lago, é fluvial, respectivamente.

Considera-se ilha um espaço frágil, com um ecossistema de baixo grau de abundância. Nas ilhas os impactos socioambientais tendem a ser mais severos, um dos motivos à densidade demográfica e urbanização precária, quando não acompanhadas pelo poder público, ficando vulneráveis a níveis elevados de degradação.

A ocupação antrópica em espaços naturais representa sérios danos à natureza do lugar, se não for planejado, para atender a nova população residente. Entretanto, o planejamento urbano-ambiental é essencial no caso da urbanização acelerada, quando há uma densidade muito elevada no espaço, e assim, quando, o preço da terra passa por um efeito especulativo.

Analisando o cenário do objeto de estudo, o crescimento do meio urbano na Ilha dos Valadares desenvolveu-se através de uma urbanização acelerada nas últimas quatro décadas, sem considerar as características e a diversidade do meio físico-biótico. A delonga de intervenção pública no uso e ocupação do solo acarretou problemas socioambientais.

Para compreender as mudanças ocorridas na Ilha dos Valadares no período de 1980 a maio de 2015, elencaram-se seis indicadores para analisar o processo de ocupação da Ilha dos Valadares e as consequências socioambientais no ambiente, para isto, utilizaram-se os instrumentos de pesquisa conforme descritos nos procedimentos metodológicos. Os indicadores são: 1) características gerais da Ilha dos Valadares; 2) aspectos legais sobre o uso e ocupação do solo; 3) aspectos da população; 4) habitação; 5) saneamento básico; e 6) uso e ocupação do solo.

#### 4.1 Características gerais da Ilha dos Valadares

A Ilha dos Valadares está localizada no município de Paranaguá, no litoral do estado do Paraná. É uma ilha fluvial fazendo parte do Complexo Estuarino de Paranaguá - CEP. Considerada um dos maiores bairros do Município, e de modo não oficial, está dividida em três sub-bairros: Itiberê, Vila Bela e Sete de Setembro.

A travessia até a Ilha pode ser realizada caminhando pela passarela (Figura 09), balsa (Figura 08) e canoas (Figuras 09 e 10). Carros oficiais, ambulâncias, táxis são autorizados a atravessar pela passarela. Também são autorizados carros dos moradores locais, quando a balsa está desativada por problemas na estrutura.



Figura 7. Travessia pela Passarela.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 8. Travessia pela balsa.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 9. Local de embarque na Ilha de travessia por canoa. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 10. Travessia de Canoa. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Ago./2014.

Conforme detalhes da figura 11, a Ilha está há aproximadamente 290 m (1) do continente, quando calculado pelas extremidades da passarela. De forma alongada e relevo irregular, a Ilha possui aproximadamente 4,2 Km (2) de comprimento. A largura varia de 0,5 km (4), 0,8 km (3) e 2 km (5) considerando a área de manguezal.

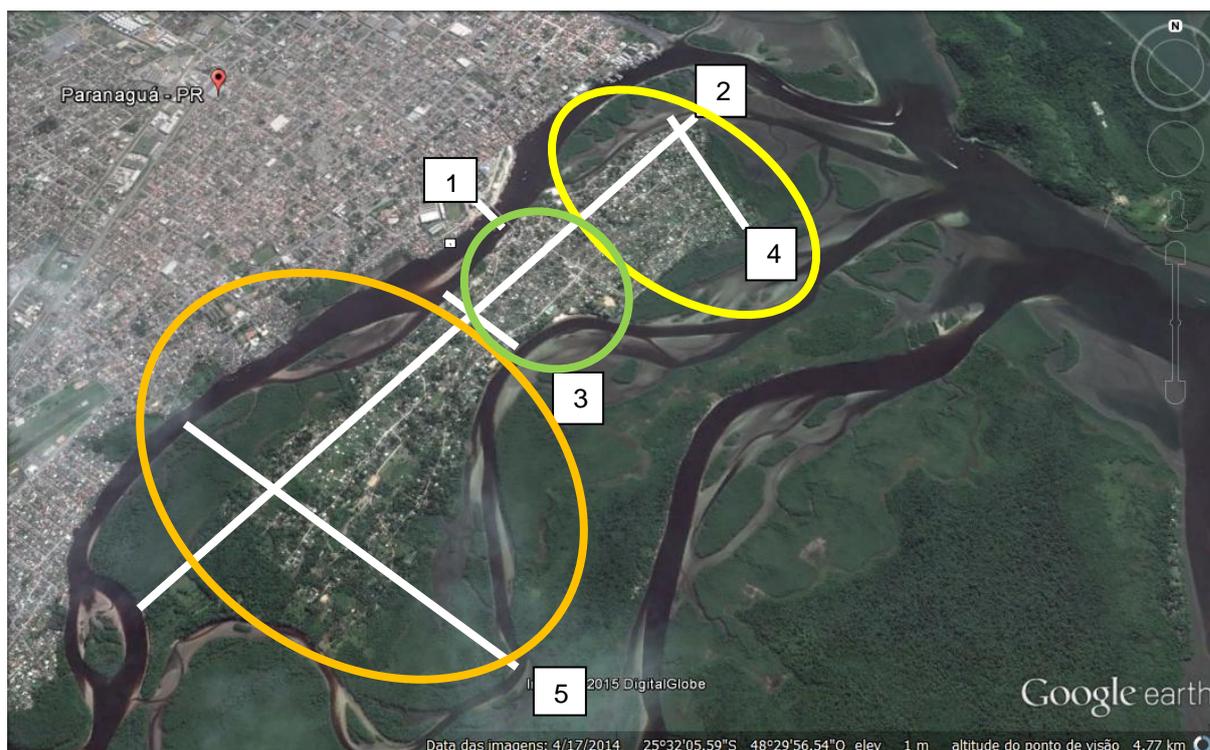


Figura 11. Mapa Ilha dos Valadares- dimensões físicas e os círculos representando os bairros: amarelo: Itiberê, verde: Vila Bela e Laranja: Sete de Setembro. Fonte: *Google Earth*. Organizado pela autora. Ano 2015.

Como visto na figura 12, o Rio Itiberê fica localizado à margem direita e o Rio dos Correias na margem esquerda. O lado norte da Ilha fica em frente à Ilha da Cotinga e no extremo Sul, o canal do Cidrão. Flórez menciona que (2005, p.11) “Esses rios são canais estuarinos, com profundidades variando de menos de 1m até cerca de 5m”.



Figura 12. Mapa Ilha dos Valadares – Hidrologia. Fonte: *Google Earth*. Organizado pela autora. Ano: 2015.

De acordo com Flórez (2005, p. 11), “estes canais estão submetidos a influência das marés, sendo afetados pela maré de salinidade, o que origina o fluxo e refluxo das águas e a inundação das áreas marginais da Ilha”.

O lado sul da Ilha, o canal do Cidrão tem altura de aproximadamente 5 metros em relação ao rio (Figura 13). As áreas que mais sofrem com as inundações são as localizadas no lado norte, onde alguns terrenos estão no nível do rio. As casas que foram construídas nestas áreas, que são de manguezais, são impactadas pela influência das marés (Figura 14).

Segundo relatos de duas entrevistadas, na parte interna da Ilha tinham pequenos rios: “*Nós morava ali né [Itiberê]? Daquele lado lá era só coisa verde, e nos morava ali perto desse riozinho, era só mato aqui, só mato... ele passava aqui e corria pra cá... era larguinho assim sabe? Acabou tudo, secou tudo*”. (ENTREVISTADA 04). Outra entrevistada 07 mencionou que atrás da sua residência que fica no começo do bairro Sete de Setembro passava um rio “*Mas tinha antes,*

*aqui era um rio que tinha aqui, passava canoa até a dentro, agora não tem mais, foi aterrado, agora colocaram manilha e fizeram casa já, tá tudo cheio de casa já”.*

Há 33 anos, Consentino *et al.* (1982, p. 9-10) descreveu o ambiente da Ilha:

Visto do continente, seu relevo é irregular, sendo um pouco elevado no centro, onde estão localizadas a maioria das habitações, e as extremidades, tanto sul quanto norte, apresentam um pequeno caimento em direção à água, ao sul, o terreno é relativamente firme de marés, exceto nas margens, porém a noroeste notamos que devido à pouca elevação e ao fluxo e refluxo do mar, toda a vegetação é semi-aquática.



Figura 13. Barranco no Canal do Cidrão.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 14. Lado norte, área de manguezal alagada. Fonte: Pesquisa de campo. Ano Jan./2015.

Voltando a observar a figura 12, verifica-se que a vegetação foi suprimida para dar lugar as moradias. Floréz (2005, p. 15) calculou que “cerca de 90% da vegetação natural da parte emersa foi destruída pelo processo de ocupação da Ilha”. A área que hoje abriga o remanescente da vegetação fica no lado sul, canal do Cidrão. O entrevistado 07 descreveu como era a Ilha dos Valadares no lugar denominado Sete de Setembro, lado sul:

*[...] ali pra cima era lotado de araçá, nós pegava cestada de araçá pra vender no mercado. Hoje você vai pra lá não tem um pé de araçá mais, cortaram tudo. [...] agora não tem mais caju aqui, mas antigamente...[...] Era só roça. Minha mãe chegou a roçar aqui, minha mãe aposentou-se na lavoura, ela fazia farinha. [...] agora acabou porque roçaram tudo, tá tudo cheio de casa.*

A vegetação da Ilha também serviu como lenha para o cozimento dos alimentos, já que famílias utilizavam fogão à lenha.

*Naquela época, as crianças eram pequenas, não tinha fogão a gás, eu tinha pilhas e pilhas de lenha em casa... tudo que pega lá pro sete [ de setembro]. Cortado com foice, machado... nós ia eu Dica, Glorinha cortar lenha lá pra fazer fogo em casa... agora você vai lá e não encontra um pauzinho. Só casa, só casa (ENTREVISTADA 04).*

A vegetação remanescente é constituída por espécies frutíferas (goiabeiras, araçazeiros, jaqueiras, cajueiros, abacateiro), eucalipto (só há uma área com esta espécie), figueira, sete-copas. Também pela presença de vegetação de mangue e restinga, conforme ilustrado nas figuras 15 a 18. As árvores frutíferas são cultivadas nos terrenos dos moradores com maior área, mas são em poucos terrenos: *“Todo ano eu planto caju aí, tem uns pezinho ali ó”* (ENTREVISTADO 06).

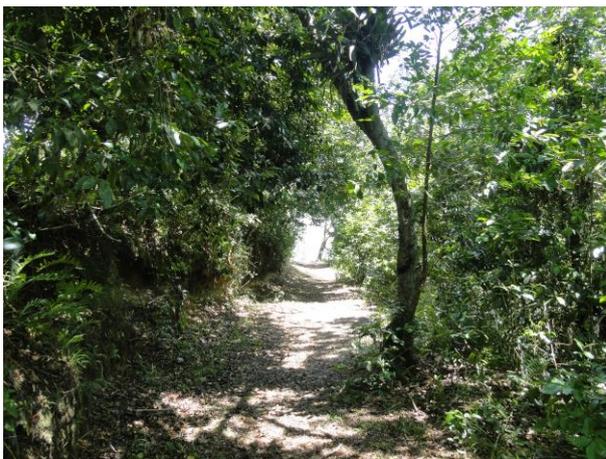


Figura 15. Vegetação de Restinga. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 16. Vegetação do Manguezal. Fonte: Pesquisa de campo. Ano Mar./2013.



Figura 17. Vegetação de Eucalipto.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Jan./2015.



Figura 18. Goiabeira. Fonte: Pesquisa de campo.  
Ano Fev./2015.

#### 4.2 Aspectos legais sobre o uso e ocupação do solo

Na Constituição Federal de 1988, declara-se que são bens da União (Art. 20º–I) todos os bens que já lhe pertenciam e os que vierem a pertencer (Decreto-Lei 9.760/1946 (BRASIL) – dispõe sobre os bens imóveis da União). As ilhas são bens da União, como o caso da Ilha dos Valadares localizada na baía de Paranaguá.

Valadares desde o século XIX tinha ocupação antrópica com baixa densidade, mas devido ao crescimento da sua população, a partir dos anos 1950, ocasionando o aumento das demandas por infraestrutura e serviços no local, além da regularização fundiária, começou-se a discutir a questão de quem era a responsabilidade em atender o povo ilhéu, da União ou do município de Paranaguá?

Consta em estudos de Consentino *et al* (1982, p.11) que o “primeiro projeto para urbanização da Ilha foi elaborado em agosto de 1966 na gestão do Prefeito Nelson de Freitas Barbosa”, mas nada poderia ser feito enquanto não fosse passado o direito de propriedade para o Município.

Em 1998, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 9.636 (BRASIL, 1998), dispondo sobre regularização, administração, aforamento e alienação dos bens imóveis da União. A Secretária do Patrimônio da União – SPU ficou responsável pelos bens da União junto com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

como descrito no Art. 1º. Ficou sobre responsabilidade de SPU a regularização dos imóveis com assentamentos informais de baixa renda, “podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem”.

A inscrição de ocupação de terrenos da União (Art.7º) faz-se mediante:

§ 2º A comprovação do efetivo aproveitamento será dispensada nos casos de assentamentos informais definidos pelo Município como área ou zona especial de interesse social, nos termos do seu plano diretor ou outro instrumento legal que garanta a função social da área [...].

A Ilha dos Valadares, no Plano Diretor de Paranaguá de 2007, foi determinada como Zona Urbanística de Interesse Especial (ZUIE) através da Lei Complementar nº062/2007(MUNICÍPIO). Em 2014 aprovou-se o Decreto nº 1406 (MUNICÍPIO) tornando a Ilha dos Valadares em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), tendo como escopo (Art. 2º) “promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental, garantindo aos atuais ocupantes o direito à moradia legal”.

O evento inicial referente à regularização fundiária na Ilha dos Valadares ocorreu quando a União repassou ao município de Paranaguá, a primeira parte da autorização de concessão de dois imóveis por regime de aforamento, processo nº 04936.003627/2009-69, no dia 05 de fevereiro de 2010, através da Portaria Interministerial nº 39 (BRASIL).

Art. 1º Autorizar a cessão em condições especiais, sob o regime de aforamento, ao Município de Paranaguá, Estado do Paraná, de dois imóveis de propriedade da União com área de 1.195.466,404m<sup>2</sup> e 880.497,75m<sup>2</sup>, ambos localizados na Ilha dos Valadares naquele Município, com as características e confrontações constantes das Matrículas nºs 55.120 e 55.121 do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, respectivamente.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária, através da implantação de projeto de loteamento e urbanização, o que beneficiará cerca de 4.000 famílias de baixa renda ocupantes do local.

O contrato da concessão de uso foi assinado em 15 de abril de 2010, entre o Sr. Dinarte Antônio Vaz, Superintendente do Patrimônio da União (SPU) no Estado do Paraná representando a União e José Baka Filho, antigo Prefeito Municipal, representando o Município de Paranaguá.

Logo, em 3 de maio de 2011, a prefeitura de Paranaguá e a SPU assinaram um Convênio de Cooperação Técnica com o objetivo de realizar os trabalhos de cadastramento e transferência do aforamento dos imóveis da União localizados na Ilha.

No ano de 2011, outras duas áreas da Ilha dos Valadares entraram em processo de aforamento, sob os processos nº 04936.009519/2011-14 e nº 04936.009520/2011-49. Na Portaria Interministerial nº 298 (BRASIL), de 4 de julho de 2012, as áreas são repassadas ao município.

Art. 1º Autorizar a cessão, sob o regime de aforamento em condições especiais, ao Município de Paranaguá, Estado do Paraná, de dois imóveis de propriedade da União, classificados como nacional interior e terreno de marinha e acrescidos, com área total de 2.437.263,36m<sup>2</sup>, localizados na Ilha dos Valadares, naquele Município, sendo:

I - área 3 com 405.791,00m<sup>2</sup>, caracterizado como nacional interior, RIP 7745 00212.500-8, inscrito na Matrícula nº 56.514, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca; e

II - área 4 com 2.031.472,36m<sup>2</sup>, caracterizado como terreno de marinha e acrescidos, RIP 7745 00210.500-7, inscrito na Matrícula nº 56.459 do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária, através da implantação do projeto de loteamento e urbanização, o que beneficiará cerca de 5.000 famílias predominantemente de baixa renda ocupantes do local.

Desta forma, com a concessão das 04 áreas (Quadro 01), a União repassou ao município um total em áreas de 4.513.227, 51 m<sup>2</sup>. Ou seja, toda a Ilha dos Valadares passou a ser responsabilidade do município de Paranaguá. De acordo com informação vinda da Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação e Assuntos Fundiários (SEMhaf) a aprovação para a unificação das matrículas já ocorreu.

Quadro 1. Áreas da Ilha dos Valadares concedidas pela União ao Município de Paranaguá

Ano	Portarias	Quant.	Tamanho das áreas m <sup>2</sup>
2010	nº 40	1	1.195.466,40
		2	880.497,75
2012	nº 298	3	405.791,00
		4	2.031.472,36
<b>Total da área</b>			<b>4.513.227,51</b>

Fonte: Portarias nº 40/298- Organizado pela autora.

Em entrevista com a representante da SEMHAF (2014), foi questionado sobre como era analisada pela SEMHAF a questão da densidade populacional na Ilha, respondendo que a responsabilidade pelas ocupações na Ilha dos Valadares pertencia à União antes do processo de aforamento. Dessa forma, entende-se que mesmo a Prefeitura sendo responsável pela administração daquele bairro e pela disponibilização da infraestrutura e serviços no período antecedente ao aforamento, o planejamento de uso e ocupação do solo era de responsabilidade da União.

A respeito da regularização fundiária na Ilha dos Valadares, obtiveram-se as seguintes informações junto a SEMHAF (2014) citadas abaixo:

Sobre o Uso e ocupação do solo:

- A definição dos lotes estava em fase de estudos;
- A Planta Genérica de Valores encontrava-se em fase de análise e discussões;
- Buscando recursos para realização de estudo técnico ambiental para o zoneamento territorial da Ilha;
- Nenhum sub-bairro está oficializado, estando em processo de estudo. A divisão será baseada em conteúdo composicional, interacional e simbólico;
- Os prazos para finalização do Plano Diretor específico da Ilha estavam dependendo do orçamento para realização dos estudos técnicos específicos;
- Em 24 de novembro de 2014, foi aprovada a Lei Municipal nº 3.040, dispondo sobre denominação e descrição das ruas do anel de mobilidade;
- Planejamento de obras para a criação de um Parque Municipal na Ilha e uma casa do Fandango; e
- As áreas para implantação de atividades institucionais estavam em fase de estudo, já que é um trabalho difícil e complexo, uma vez que várias áreas da Ilha que poderiam ser usadas para tal encontravam-se atualmente ocupadas por famílias. Demais áreas são ambientalmente bastante frágeis.



conviveram com o medo de um dia serem expulsos de suas casas “ninguém tem terreno próprio aqui. Mas se chegar um tempo da Marinha chegar aqui, e por acaso reclamar isso aqui, o cara não tem apresentação de nada, de nada, porque não tem ligação” (ENTREVISTADO 03).

### 4.3 Aspectos da população

A população da Ilha dos Valadares teve crescimento significativo de 1980 a 2010. Em 1980 a população, de acordo com o Censo Demográfico (CONSENTINO,1982), era de 4.340 pessoas. No ano de 1991, a população era de 7.619 pessoas (IBGE). No início do século XXI, o Censo do IBGE registrou 11.471 habitantes. Logo no Censo de 2010, a Ilha era um bairro de morada para 13.798 pessoas (IBGE).

A Prefeitura questionou os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referente à população total da Ilha dos Valadares. Conforme as informações obtidas junto a representante da SEMHAF, a Prefeitura utilizava os dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, finalizado no ano de 2010. O PLHIS estimou uma população de 25 mil habitantes, calculado com base no número de residências multiplicado pelo número médio de habitantes por família (considerando-se 04 indivíduos).

Para confrontar os dados do IBGE e PLHIS, buscou-se o número das Unidades consumidoras de energia elétrica junto a COPEL. Domicílios que recebiam energia elétrica formal, em set./2014, eram 5.224, considerando 04 moradores por domicílio chegou-se a um número de 20.896 pessoas.

Do ano de 1988, obteve-se um estudo de Urbanização realizado pela empresa DIEDRO Construção e Empreendimento, no qual consta uma estimativa de crescimento demográfico para a Ilha dos Valadares do ano de 1985 até 2015. Nesta estimativa mostraram três cenários possíveis de acordo com o planejamento proposto na época: 1 Situação normal (vegetativa); 2 com reassentamento populacional; e 3 com a implantação do programa habitacional.

Conforme dados do Quadro 02, observando a (1) situação normal (vegetativa), a população da Ilha estaria em 2010 com 24.738 habitantes, alcançando em 2015 o total de 30.098 habitantes. As situações de reassentamento e implantação de programa habitacional não ocorreram na Ilha até a finalização deste trabalho, desta forma, o crescimento demográfico acelerado foi se dando espontaneamente, nas últimas 04 décadas, sem o devido planejamento urbano-ambiental local, como medida de minimizar a degradação das áreas ambientalmente vulneráveis na Ilha.

Quadro 2 Estimativa de Crescimento Demográfico na Ilha dos Valadares 1985/2015

<b>Ano</b>	<b>1 Situação</b>	<b>2 Situação</b>	<b>3 Situação</b>
<b>1985</b>	9.280	9.280	9.260
<b>1990</b>	11.291	11.789	11.844
<b>1995</b>	13.737	14.733	15.116
<b>2000</b>	16.713	18.297	19.292
<b>2005</b>	20.334	22.326	24.623
<b>2010</b>	24.738	27.228	31.425
<b>2015</b>	30.098	33.086	40.107

Fonte: DIEDRO Construção e Empreendimento Estudo de Urbanização, 1988, p. 28. Organizado pela autora.

Com o desacordo nos dados demográficos, não se pode afirmar qual o número total de habitantes no Valadares, na presente pesquisa considerou-se os dados do IBGE.

Seja a população de 13 ou 30 mil habitantes aproximadamente, concorda-se que é muita gente dividindo um espaço de 4,2 km sem infraestrutura e urbanização decente, a densidade populacional é equivalente a aproximadamente 3.365 moradores por quilômetro quadrado, considerando a população de 13.798 habitantes. Vale ressaltar que a população habita os espaços de forma desigual. Há lugares na Ilha que são mais adensados que outros.

O crescimento demográfico no Valadares se deu através do processo de migração da população que habitavam outras ilhas da baía de Paranaguá e Guaraqueçaba e das áreas rurais do litoral do Paraná, além de pessoas vindas de

outros estados. Nos escritos do historiador Manoel Viana (1976) identifica-se que originalmente a Ilha era habitada por praiheiros e pescadores. (Figuras 21 e 22).



Figura 21. Pescador no rio Itiberê. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 22. Pescadores no Rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Jan/2015.

Em pesquisa de Consentino *et al.* (p.12) na Ilha dos Valadares em 1982, entrevistaram 519 habitantes, sobre a origem destes, constataram que:

[...] 33,2% nasceram em Paranaguá; 25,2% em Guaraqueçaba; 20,1% na Ilha dos Valadares, e os outros 21,5% nasceram em Antonina, Curitiba, Ilha do Mel, Tambarutaca, Ilha Rasa, Barra do Guaraguaçu, Morretes, Arapiraca e, além destas localidades paranaenses, encontramos pessoas vindas dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, como também espanhóis e outros.

O movimento de migração continua acontecendo, durante o processo de observação local, verificou-se a ampliação desse raio de procedência: Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Também foi observado fluxo de pessoas que tinham vindo recentemente de Guaraqueçaba morar em Paranaguá, fixando residência na Ilha dos Valadares. A migração é resultado das pessoas saírem dos seus lugares de origem em busca de melhores oportunidades em Paranaguá. As ilhas e áreas rurais do litoral paranaense são lugares que oferecem pouco e/ou inexistência de oportunidade e estrutura para os cidadãos.

Não há uma única hipótese para explicar o crescimento demográfico na Ilha. Para esse fenômeno considerou-se algumas possibilidades de explicação, tais como: 1) fato da Ilha se localizar próxima ao centro, portanto, pela proximidade do

local de trabalho de muitos, facilitando o deslocamento; 2) o baixo preço dos aluguéis e terrenos em relação a outras partes da cidade; 3) ter familiares residentes no bairro; 4) a construção da passarela; 5) a existência de infraestrutura e serviços, mesmo que não regular; 6) pela proximidade com o mar; 7) sentimento de familiaridade com o lugar; e 8) a quantidade de filhos que cada casal teve. Em entrevista, verificou-se nas falas que grande parte dos entrevistados teve mais de 04 filhos. Ou seja, o indivíduo chegava solteiro ou com a esposa (a) e constituíam família, e muitos dos filhos, continuaram morando na Ilha e formaram família.

Outro aspecto da população analisado foi a cor ou raça. Comparado os dados dos setores censitários (IBGE, 2010) da Ilha com a totalidade do município de Paranaguá, verificou-se que os dados de cor ou raça da população da Ilha não destoam com a média do município.

No bairro Ilha dos Valadares 61,40% declaram-se brancos. Verificado os dados de Paranaguá, 64,90 % declaram ser de cor ou raça branca. Os pardos representavam 35,73% na Ilha e 31,75% em Paranaguá. Pessoas da cor preta somavam-se 2,46% na Ilha e 3,01% em Paranaguá. Consideradas pessoas de cor ou raça amarela: 0,30% na Ilha e 0,79%, Paranaguá. Poucas pessoas indígenas habitavam na Ilha dos Valadares, somente 0,11% do total, o que equivalia a 11 pessoas, o que não difere da média da totalidade do Município, 0,79% (215).

#### **4.3.1 Aspectos culturais e modo de vida**

Encontra-se na Ilha dos Valadares muitos pescadores, caiçaras, que vieram de seu lugar de origem e encontraram na Ilha um bom lugar para continuar realizando sua atividade econômica, pela facilidade de ter onde abrigar a embarcação e saída para o mar. No processo de observação, verificou-se que estes pescadores continuam vivendo uma vida simples com características rurais e com pouco recurso financeiro. Por que migraram para a Ilha? A explicação é que por mais precária que seja a vida na cidade se tem acesso mais fácil a serviços básicos, emprego e trabalho. Caminhando pelas ruas da Ilha, sempre é possível cruzar com

um típico caiçara, aquele senhor de estatura baixa, pele queimada do sol, com chapéu/ boné, calça social e camisa, e chinelo (Figuras 23 e 24).



Figura 23. Homem do Valadares na Praça Cyro Abalem. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 24. Homem do Valadares as margens do Rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.

Esse povo humilde que foi habitar a Ilha encontrou no lugar a oportunidade de se “sentir em casa”, já que consideravam (e continuam considerando) a Ilha um sítio “*pois é, a gente morava no sítio, aqui também é sítio*” (ENTREVISTADO 06), tanto que sete dos entrevistados, relataram ter trabalhado com farinha ou seus pais. Já que o solo arenoso era propício para a plantação de mandioca.

Os tempos mudaram, hoje, a Ilha é um misto da cultura tradicional remanescente dos antigos moradores com a cultura globalizada, da população jovem. Do fandango ao sertanejo universitário. Da brincadeira de rua a jogos digitais. Da exibição da pipa (papagaio) mais bonita a exibição do celular mais moderno.

Pelas ruas, crianças brincam. Diferente dos bairros urbanizados onde as crianças ficam confinadas dentro de suas casas, na Ilha dos Valadares a rua é palco de diversão e brincadeiras. Pelo Censo (IBGE) de 2010, a Ilha tinha 2.925 crianças considerando os indivíduos de 05 a 14 anos. Estas crianças divertem-se realizando brincadeiras populares como soltar pipa (Figura 25), futebol na rua ou no campo (Figura 26), banho nos rios (Figura 27), andar de bicicleta (Figura 28), correr pela Praça Cyro Abalem, brincar de boneca na calçada de casa, vender pulseirinhas, jogar bolinha de gude.



Figura 25. Crianças e a relação de brincar com pipa. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Nov./2012.



Figura 26. Crianças no campo de futebol no lado norte da ilha. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 27. Criança no banho de rio, saltando da Passarela. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 28. Crianças andando de bicicleta pelo relevo irregular da Ilha. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.

O bairro Ilha dos Valadares cresceu em população nas últimas quatro décadas, e este crescimento veio atrelado com algumas doenças sociais como a violência atrelada as drogas, consumidas principalmente pelos jovens, e que vêm amedrontando a população. Os moradores antigos entrevistados lembram que a violência não existia na Ilha, mas que hoje, tem muito “nóia”, termo utilizado para se referir ao usuário de drogas.

O relato de experiência da entrevistada 06 com a violência na Ilha dos Valadares:

*Um dia eu tava aqui fazendo crochê e ouvi tiros, fui ver tinham matado um homem tava lá o corpo metade na água e metade na terra. [...]. A gente anda com medo, já pensou levar uma bala na cara? A gente fica inseguro. Faz pouco tempo isso, até um tempo desse aí a ilha era tranquila. Dá medo de andar pra lá, é só nóia, só nóia! Se continuar assim é daqui pra pior, não dá mais pra consertar não! Eles pegam as coisas na cara dura! Eu tinha uma caixa de cebola ali na frente, não carregaram na cara dura? Eles entram na cara dura, se você brigar capaz de levar uma cacetada ainda!*

Quanto à cultura remanescente dos antigos moradores, os filhos da população caiçara estão tomando rumos diferentes. Já que não cresceram na mesma realidade de seus pais, não viveram em um ambiente rural, ou seja, estes jovens foram afetados diretamente pela cultura urbana. Esta nova população jovem faz parte de outra realidade. Diferente dos moradores antigos que chegaram à Ilha nos anos 50, 60 e 70, eles já nasceram no ambiente urbano, não realizaram a migração do rural para o urbano, e fazem parte do processo de transição rural-urbano que vem ocorrendo na Ilha dos Valadares.

Os jovens não se interessam mais em pescar, aprender a render a rede de pesca, tocar fandango, dançar o fandango, fabricar a farinha. A entrevistada 07 relatou sua experiência com o Fandango<sup>16</sup>: *“eu conheci o fandango com meus pais, meu pai e minha mãe dançavam, eu comecei a dançar quando tinha 10 anos, com 10 anos minha mãe dançava, me levava e eu já ia pra dançar, e dançava”*. Questionada se seus filhos se interessavam ou sabiam tocar ou dançar a moda do Fandango:

*Esse negócio de bailado eles dançam, agora batida já não. Não aprenderam a tocar nada. É porque eles já arrumou serviço cedo também, né? Então não se envolveram muito nesse negócio de tocar, essas coisas. Cada um pende pra um lado né? Cada um vai pro seu lado.*

---

<sup>16</sup> O Fandango é uma manifestação cultural que chegou ao litoral do Paraná através dos açorianos por volta do século XVIII. As comunidades caiçaras do litoral do Paraná, moradoras nas ilhas e área rural, incorporaram o Fandango no seu modo de vida. Na Ilha dos Valadares segundo entrevistado 06, que chegou à Ilha há 50 anos, relata que: *“quando nós chegemo aqui ninguém sabia, não tinha nada de fandango, agora tá tudo mais encaminhado”*. O fandango é manifestado da seguinte forma, como cita Gonçalves (s/p, 2011) *“os versos são cantados ao som de violas e rabecas. A dança pode acontecer em pares ou através dos chamados batidos, quando os homens usam tamancos de madeira, intercalando palmas e batidas no assoalho”*. Na Ilha existem pelo menos três grupos de Fandango conhecidos: Mandicuera, Pés de Ouro e Mestre Romão.

O entrevistado 02 conta a história do seu pai quando foi morar na Ilha dos Valadares: *“Ele veio aqui não trabalhou em nada, só na mandioca aqui, fazer farinha que ele fazia e aposentou-se pela lavoura mesmo”*. Todos os objetos que pertenceram ao pai na fabricação da farinha, o entrevistado 02 preserva e continua utilizando na produção, não por necessidade, mas para manter vivo o conhecimento que o pai o ensinou *“sou uma pessoa que não quer que caía as coisas do meu pai. Quando morre eu quero que meus filhos também continuem”*.

Perguntado ao entrevistado 02 se todos os filhos sabiam produzir a farinha, ele respondeu que não, mas todos sabiam “seiva”. No dia da visita, a esposa e a nora do entrevistado 02 estavam preparando a mandioca para produzir a farinha. Esta família era a única que tinha uma casa de farinha ativa.

Estas pessoas antigas dos Valadares que ainda carregam e reproduzem os costumes e manifestações culturais, quando não estiverem mais presente em vida, conseqüentemente a tendência é o fandango e a produção da farinha de mandioca irem desaparecendo gradativamente na Ilha dos Valadares, já que seus herdeiros não têm o interesse nestas atividades culturais dos seus pais e avós, ou se tornará somente um produto turístico, o que não é ruim, para a memória da história local.

#### **4.3.2 Pirâmide etária da Ilha dos Valadares**

Em 1991, Valadares tinha uma população de 7.619 habitantes, dos quais 3.632 eram mulheres e 3.987, homens. Conforme a figura 29 observa-se que a faixa etária de 0 a 4 anos era maior, comparada a outras faixas etárias, 1.078 crianças. Isso significa que nos últimos quatro anos correntes, a natalidade foi significativa entre a população de mulheres em idade reprodutiva. O nascimento de homens e mulheres foi proporcional.

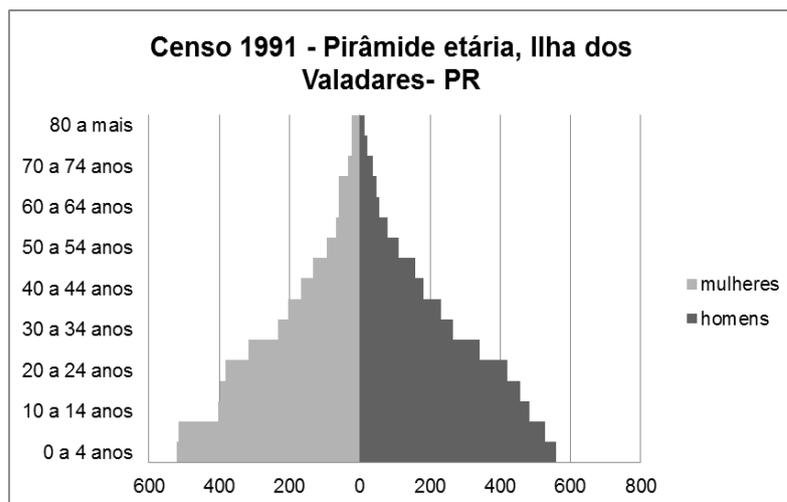


Figura 29. Censo 1991 – Pirâmide Etária, Ilha dos Valadares.  
Fonte de dados: IGBE. Organizado pela autora.

O elevado número de crianças já demonstrava a necessidade de investimento em escolas, creches e postos de saúde no bairro (Figuras 30 e 31).



Figura 30. Roupas de crianças no varal.  
Fonte: Pesquisa em campo. Ano: Mar./2013.



Figura 31. Criança e mãe pelo caminho da Ilha.  
Fonte: Pesquisa em campo. Ano: Mar./2013.

Verifica-se na pirâmide de 1991 (Figura 29) o afunilamento de baixo para cima, principalmente a partir do grupo etário dos 30 a 34 anos, adultos. O que ocorre na mesma proporção quando observada a distribuição por sexo. Calculou-se que 3.501 pessoas entre a faixa etária de 20 a 64 anos, considerados nesta pesquisa, como aptos a estarem no grupo da População Economicamente Ativa (PEA), ou

seja, pessoas em idade produtiva para o mercado de trabalho. O grupo etário de 70 a 80 anos a mais, considerada envelhecida somou no referido Censo, 257 pessoas. No grupo etário de 80 a mais, o número de idosos chegou a 37 pessoas, sendo que 23 eram mulheres.

Avalia-se que os resultados da pirâmide etária de 1991 mostraram um bairro em crescimento populacional acelerado já que quase duplicou sua população em uma década, em percentual o crescimento foi de 43,04% em relação a 1980, reflexos da natalidade e migrações. Portanto, neste período já é possível constar a crescente demanda por implantação efetiva de infraestrutura e serviços para a população que ali residia, além da regularização fundiária e o plano de ordenamento e ocupação do solo.

Vejamos a pirâmide etária do Censo de 2000 (Figura 32). O desenho da pirâmide apresenta semelhança com o ano anterior, mas, percebe-se uma pequena diferença na configuração populacional.

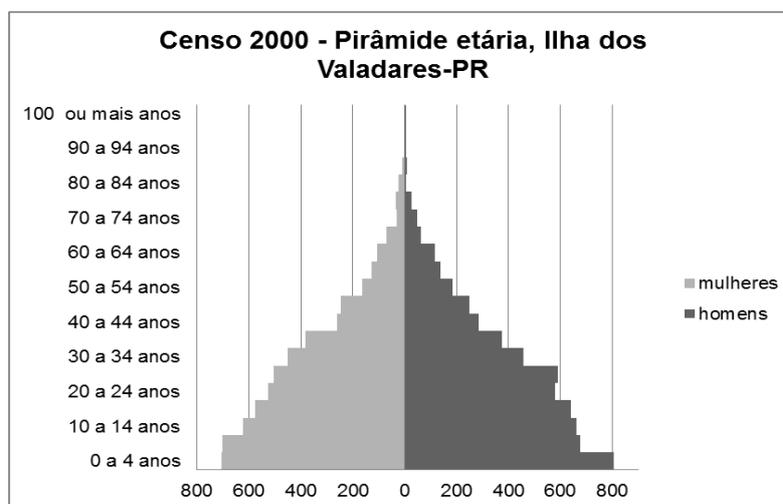


Figura 32. Censo 2000 – Pirâmide Etária, Ilha dos Valadares. Fonte de dados: IBGE. Organizado pela autora.

Valadares, no ano 2000 (Figura 32), abrigava uma população de 11.471 pessoas, sendo que 5.550 eram mulheres e 5.921 homens (IBGE). A faixa etária de 0 a 4 anos continuava sendo a maior dentre todas, só que o número de homens era maior que as mulheres, uma diferença de 103 indivíduos. A população jovem aumentou, evidenciado pelo engordamento da pirâmide, que vai da faixa etária dos

10 a 14 anos até 25 a 29 anos. A população entre 10 a 14 anos e 15 a 19 anos cresceu em relação ao Censo de 1991 em ritmos simétricos. A população idosa também apresentou crescimento, calculou-se 57 pessoas com mais de 80 anos.

Avaliou-se que o crescimento populacional foi 10% menor que o Censo de 1991, mesmo assim, a população permaneceu com a mesma estrutura piramidal etária, com pequenas nuances, e seu crescimento atrelado a natalidade e migrações.

Agora, observemos a pirâmide com os dados do Censo de 2010 (Figura 33). A pirâmide ganha nova forma, demonstrando que a estrutura de crescimento da população está se modificando.

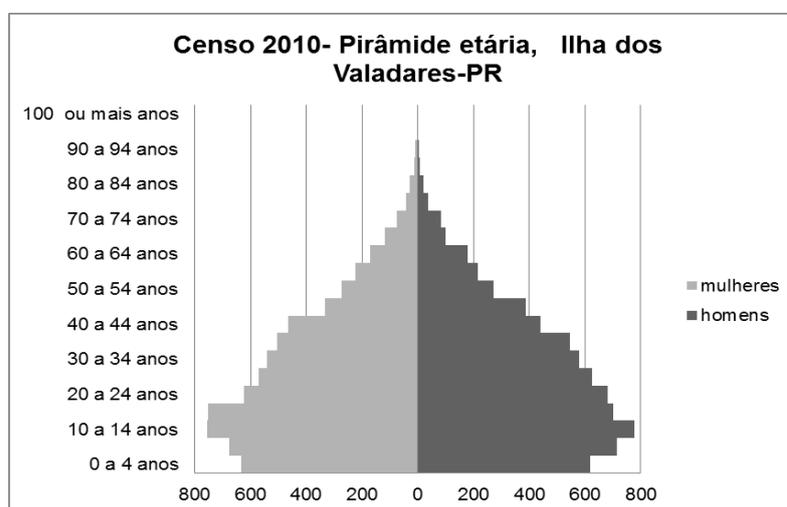


Figura 33. Censo 2010 – Pirâmide Etária, Ilha dos Valadares. Fonte de dados: IBGE. Organizado pela autora.

A população da Ilha dos Valadares em 2010 chegou a 13.798 habitantes. Destes, 6.805 eram mulheres e 6.993 homens (IBGE). Analisando a pirâmide etária (2010 (Figura 33)) percebeu-se que o crescimento populacional foi menor que o da última década, aumento de 16, 86%. Estando este movimento diretamente ligado a diminuição de nascimento e migrações. O número de crianças de 0 a 4 anos apresentou-se menor na estrutura da pirâmide. Este fato tem como hipótese de que as jovens mulheres estão priorizando o crescimento profissional e planejando para ter filhos a partir dos 25 a 30 anos, estimou-se um total de 1.706 mulheres em idade reprodutiva na Ilha, entre a idade de 20 a 44 anos. Outro fato da diminuição da

natalidade é o custo de formar uma família ou também fruto da contagem errada do IBGE.

A faixa etária com maior número populacional foi das crianças entre 10 a 14 anos, com 1.533 indivíduos. A partir dessa faixa etária, a pirâmide vai estreitar-se gradativamente. Em relação a população idosa dos Valadares, em 2010 o Censo mencionou a existência de 78 pessoas com mais de 80 anos.

Analisou-se que no Censo de 2010 a população da Ilha dos Valadares cresceu pouco comparado com as últimas duas décadas analisadas, devido a diminuição da natalidade, aumento da idade da fecundidade, diminuição das migrações fixas. Caracterizando a estabilização da população neste período.

Por fim, comparando as três décadas (1991, 2000 e 2010) verificou-se que o número de homens foi sempre maior do que mulheres que residiam o lugar. Cenário que não ocorre na distribuição por sexo quando observado o Censo de 2010 (IBGE) do município de Paranaguá, do estado do Paraná e do Brasil, onde o número de mulheres é maior do que homens<sup>17</sup>, porque no urbano os homens morrem mais, particularmente os mais jovens, reflexo da violência urbana.

Neste contexto, pode-se considerar que a Ilha dos Valadares mostra um estágio de transição entre o rural e o urbano. Provavelmente, o próximo Censo Demográfico em 2020, irá apontar a consumação dessa inversão, já que a Ilha vem sendo modificada pelo modo de vida urbano.

#### **4.4 Características das habitações na Ilha dos Valadares**

Morar, ter uma casa para habitar é uma necessidade básica humana e um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL), como já mencionado. A moradia é o lugar que propicia às famílias proteção e segurança. Quanto maior a renda, mais conforto a casa apresentará.

---

<sup>17</sup> No Censo Demográfico de 2010, Paranaguá apresentou uma população total de mulheres de 71.163 e de homens 69.306. No estado do Paraná, o total de mulheres foi de 5.313.532 e homens, 5.130.994. No cenário nacional, as mulheres representavam 97.348.809 da população, e os homens 93.406.990. Os dados demonstram o número de mulheres maior, comparado ao total de homens.

Para a população de baixa renda é muito mais difícil adquirir uma moradia, principalmente na formalidade, devido aos altos preços do solo na cidade formal consequência da exploração do mercado imobiliário. Assim, são obrigados a ocupar na irregularidade as áreas marginais da cidade. Áreas que não interessam para a exploração imobiliária. Mediante a essa problemática da desigualdade socioeconômica, as periferias sociais aumentaram nas cidades ocupando, majoritariamente, áreas ambientais vulneráveis.

A Ilha dos Valadares passou por esse processo de ocupação, um espaço natural que se transformou em uma periferia social da população de baixa renda. Os moradores que chegaram por volta da década de 1950 vieram dos sítios e ilhas para a cidade e observaram na Ilha um lugar seguro e barato para habitar e com características do campo, segundo Abrahão (2011a, p.132) “a periferia de Paranaguá traz indícios bastante interessantes da interpenetração do urbano e rural”.

Os primeiros a chegarem à Ilha, escolheram o tamanho do terreno, pois não havia ações efetivas de uso e ocupação da área pela prefeitura, destacando que a Ilha pertencia a União. A população era pequena, conforme evidências vistas na história e fotografias antigas da Ilha. A ocupação da área foi dando-se timidamente até o anúncio da construção da passarela, obra esta, que facilitaria a mobilidade até o continente, assim, não demorou muito tempo para a população crescer e adensar o solo com o aumento das habitações.

Em 1980, Consentino *et al.* (1982, p.11) indica que existiam na Ilha 836 domicílios. A população cresceu em ritmo acelerado, chegando há 1.692 domicílios particulares permanentes em uma década (IBGE).

No ano de 2000 o adensamento do solo já era notório, contabilizou o Censo, 2.872 domicílios. Mesmo com a redução do ritmo de crescimento populacional pela contagem do Censo em 2010, o número de domicílios particulares permanentes foi significativo, 814. O equivalente a 2,85 pessoas por novos domicílios. É possível deduzir que a população jovem estava “casando” e continuando morando no mesmo bairro, e muitos, no mesmo terreno dos pais ou familiar, prática de colônia rural. Há muitos terrenos na Ilha com mais de uma casa no terreno, ou seja, habitações múltiplas em um único lote. (Figuras 34 e 35), verificado em observação local. Há

casos em que o pai ou familiar parcela em mais um lote o terreno para doar ao filho (a).



Figura 34. Exemplo 1 - Terreno com duas casas na Ilha dos Valadares. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 35. Exemplo 2 - Terreno com duas casas na Ilha dos Valadares. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.

Na observação local ficou evidente que a cultura rural é presente na Ilha quando também analisados os terrenos dos domicílios. Dentro dos terrenos verificou-se um ambiente característico do campo, com plantas, flores, árvores frutíferas, além da presença de galinhas e gansos. Terrenos sem calçamento somente com areia e grama, propriedades sem muros de alvenaria ou pequenos muros. Entretanto, pode se ver uma casa com características do rural e ao lado, uma propriedade de característica urbana, com muros tão altos que ficava difícil ver a forma da casa dentro do terreno.

Sobre o tipo da concessão dos domicílios particulares permanentes (Quadro 03) verificou-se que durante os anos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE), mais de 90% declararam que a casa era própria. Em 2010, 172 pessoas mencionaram morar em casa alugada na Ilha dos Valadares.

Quadro 3. Tipo de concessão dos domicílios particulares permanentes entre 1991 a 2010

Tipo de concessão dos domicílios particulares permanentes	1991	%	2000	%	2010	%
Próprios e quitados	1616	95,51	2722	94,78	3390	91,97
Próprios em aquisição	0	0,00	17	0,59	22	0,60
Particulares permanentes alugados	38	2,25	78	2,72	172	4,67
Permanentes cedidos por empregador	1	0,06	14	0,49	7	0,19
Cedidos de outra forma	37	2,19	31	1,08	90	2,44
Condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos)	0	0,00	10	0,35	5	0,14
<b>Total</b>	<b>1692</b>	<b>100</b>	<b>2872</b>	<b>100</b>	<b>3686</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Organizado pela autora.

A quantidade de pessoas por domicílio, durante o período analisado, fica em média de 3 a 4 moradores, quando comparado os Censos 1990, 2000 e 2010 (IBGE) referente à quantidade de morador por domicílio. Verificaram-se também domicílios com 10 ou mais moradores, sendo uma média de 30 domicílios por Censo analisado.

As casas na Ilha, hoje, apresentam diversas formas, acredita-se que essa dinâmica seja reflexo da condição financeira dos moradores. Em observação local foi verificado, desde casebres até casas com piscina, conforme figuras abaixo.



Figura 36. Casebre. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 37. Casa de três cômodos. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 38. Casa com arquitetura antiga. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 39. Casas com arquitetura popular. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 40. Casa com dois pavimentos. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 41. Casa considerada de luxo na periferia. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.

Descrevendo sobre as construções na Ilha, Oliveira (2005, p. 01) cita que:

As construções presentes na ilha passaram de antigos casebres e casas simples com as características de chácaras, a casas de alvenaria com terrenos menores, muitas delas com dois ou mais pavimentos, o que demonstra que não só a população da Ilha aumentou, mas também a qualidade de algumas moradias da população residente.

A qualidade das construções melhorou, mas ainda existem pessoas vivendo em casas de construção precária, principalmente nas partes marginais da Ilha. Aquele morador que consegue investir na moradia constrói um lugar mais confortável para habitar. Verificou-se casos na Ilha de casas de segunda moradia, pessoas que compraram terrenos para fazer da Ilha seu espaço de lazer e descanso

nas horas vagas. A heterogeneidade das construções contrasta na paisagem do espaço construído da Ilha dos Valadares.

#### 4.4.1 Energia elétrica

Existem na ilha aproximadamente setecentos consumidores de luz elétrica, que há onze anos, estão sendo servidos por cabos aéreos. O projeto de instalação elétrica é dinâmico, sendo acrescentados pequenos postos a cada mês, à medida que se tornem necessários. Existe um programa de auxílio aos carentes, para financiamento de caixas e postes de luz, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento. (CONSENTINO, *et al.*, 1982, p.18)

Desde início da década de 1970, os domicílios da Ilha dos Valadares são atendidos em termos de fornecimento de energia elétrica através da companhia distribuidora de energia COPEL. Nessa década teve início o processo de instalação dos primeiros cabos de energia elétrica. Antes, nas casas utilizavam de lampião a gás, velas, etc.

De acordo com pesquisa de Consentino *et al.* (1982) das 836 casas, 700 tinham energia elétrica. No Censo de 2010, dos 3.686 domicílios, 3.628 estavam recebendo energia elétrica pela companhia distribuidora, outros 43 declaram estarem sem energia elétrica, e 15 domicílios tinham outras fontes de energia (não especificado). Na Ilha ainda persiste a instalação de energia elétrica em domicílio através do “gato”, um risco a população. No processo de vivência na Ilha foi possível identificar um caso em que uma residência fornecia energia elétrica através do “gato” para oito quitinetes.

Dentre os entrevistados pelo IBGE (Censo, 2010) que tinham energia distribuída pela COPEL, 83,79% citaram ter um medidor exclusivo para o domicílio, já 15,35% dos domicílios tinham um medidor comum para mais de um domicílio, e outros 0,85% sem medidor.

Outro aspecto interessante da Ilha dos Valadares faz menção a denominação que os moradores antigos deram a certos espaços da Ilha conforme um evento que ocorreu no lugar. Quando a energia elétrica chegou a Ilha, primeiro foram instalados dois grandes postes, dessa maneira, o lugar ficou conhecido como

vila dos dois postes (Figura 42). E a área onde demorou a receber energia elétrica, ficou denominada vila beco escuro.

Hoje, quase todas as ruas são atendidas com energia elétrica pública nas ruas e caminhos, mesmo que deficiente o serviço (Figura 43). O local com a melhor iluminação pública fica na parte central, denominada Vila Bela, e também nas ruas principais. Nos campos de futebol foram instalados refletores.

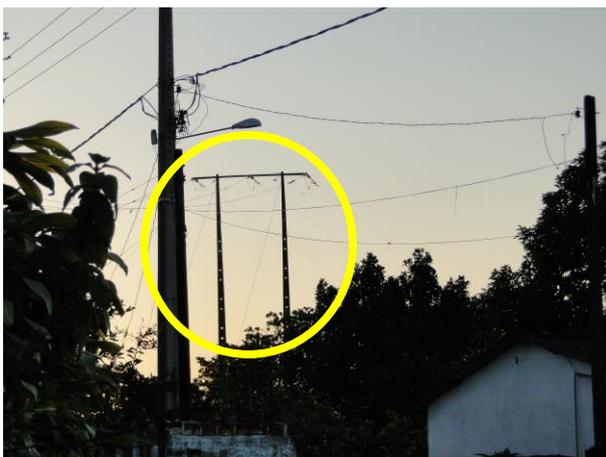


Figura 42. Vila dos dois postes. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Set./2011.



Figura 43. Postes com energia pública. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.

#### 4.5 Saneamento Básico na Ilha dos Valadares

O saneamento básico é um dos indicadores mais importantes, senão o mais importante, para análise e avaliação de impacto ambiental e social no ambiente urbano. Tal indicador aponta a injustiça ambiental vivida pelas classes sociais de baixa renda, mesmo estando estes contemplados de maneira igualitária nas políticas públicas, tais como o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 - BRASIL) e a Política Federal de Saneamento Básico, Lei Federal nº 11.445 de 2007 (BRASIL). No artigo 1º-I da Lei Federal nº 11.445 fica estabelecido à universalização do acesso ao saneamento básico.

A pesquisa do Censo Demográfico realizada pelo IBGE é um banco de dados confiável, entretanto, vale salientar, que valorizar somente a dimensão

quantitativa desses dados secundários podendo camuflar uma realidade. O desconhecimento da população sobre um serviço público pode induzir a assinalarem uma opção “não real” no questionário do Censo Demográfico, e sem perceber, estão mascarando um problema, como foi o caso na Ilha dos Valadares no último Censo de 2010 no indicador de esgotamento sanitário.

“As ações de saneamento estão relacionadas às intervenções físicas do homem no meio, para seu conforto, bem-estar e proteção de sua salubridade, e vão evoluindo à medida que as civilizações tornam-se mais complexas” (REZENDE E HELLER, 2008, p. 86). O saneamento básico é visto como forma de proteção do ambiente e saúde humana. No Brasil colônia não existia a valorização de saneamento básico nas cidades, o que fazia aparecer epidemias, como a varíola, e a diminuição da expectativa de vida da população. Rezende e Heller (2008) comentam que os dejetos das casas eram retirados pelos escravos e despejados em áreas próximas as casas, aumentando as chances de contaminação e doenças.

“A saúde e o saneamento não foram objetos de atenção na colonização, o que, graças à imensidão do território brasileiro e sua grande disponibilidade de recursos naturais, não resultou em maiores problemas sanitários ambientais” (REZENDE E HELLER, 2008, p. 358). Com o crescimento da população e a expansão do território, principalmente urbano, os problemas com o saneamento básico ganharam maiores proporções. O saneamento nas áreas rurais também continuou precário.

Rezende e Heller (2008, p.359), realizaram um estudo histórico sobre o saneamento básico no Brasil, e citam que foram os ingleses “os primeiros a constituírem a partir de meados do século XIX, companhias prestadoras de serviços de saneamento, que beneficiavam apenas aqueles que poderiam pagar pelos serviços”. O saneamento básico tornou-se serviço público, a partir da consolidação da Carta Constitucional de 1934, “dentro da nova ordem instaurada pelo governo Vargas, estava o compromisso do Estado em zelar pelo bem-estar sanitário da população” (REZENDE E HELLER, 2008, P. 201).

Como nota de curiosidade, a identidade sanitária brasileira é proveniente da miscigenação da cultura de cada grupo étnico que vivia no Brasil, os costumes dos

povos indígenas foram incorporados pela sociedade brasileira. Contam Rezende e Heller (2008, p. 358):

Os povos indígenas brasileiros são conhecidos pelo uso de água pura para o consumo e higiene pessoal, além de destinarem um lugar específico para a realização de suas necessidades fisiológicas e disposição do lixo produzido. Sua expressão foi muito forte na formação da cultura e identidade sanitária brasileira.

A Lei Federal nº 11.445 (BRASIL) traz no seu artigo 3º o conceito de saneamento básico, sendo este, o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O município de Paranaguá dispõe de um Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, sendo este, exigido aos municípios pela Lei Federal nº 11.445/2007 (BRASIL). O PMSB foi aprovado pela Lei Complementar nº 166/2014 (MUNICÍPIO) que estabeleceu diretrizes sobre a política municipal de saneamento básico, criou o conselho municipal de saneamento básico e o fundo municipal de saneamento básico e dá outras providências.

Para a presente pesquisa foram analisados os seguintes fatores: abastecimento de água, esgotamento sanitário e a limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

#### **4.5.1 Abastecimento de água potável**

Na Lei Federal nº 11.445/2007 (BRASIL), está definido no seu artigo 3º- que o abastecimento de água potável é “constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição”.

Na Ilha dos Valadares, em 1991 (IBGE) o abastecimento de água por rede geral atendia 1.442 domicílios. No ano de 2000 (IBGE), 1.948 domicílios, e 2010 (IBGE), 3.021 domicílios. Analisando em porcentagem (Quadro 04), observa-se uma queda no ano de 2000 de domicílios atendidos por rede geral, em 1991 era 85,22%

e caiu para 67,83%, em 2000. Contudo, no ano de 2010, ocorreu o aumento dos domicílios com rede geral, 81,96%.

Quadro 4. Tipo de abastecimento de água nos domicílios permanentes particulares na Ilha dos Valadares, 1991-2010

<b>Tipo de abastecimento de água</b>	<b>1991</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
<b>Rede geral</b>	1442	85,22	1948	67,83	3021	81,96
<b>Poço/Nascente</b>	189	11,17	852	29,67	621	16,85
<b>Outra forma</b>	61	3,61	72	2,51	44	1,19
<b>Total</b>	1692	100	2872	100	3686	100

Fonte: IBGE. Organizado pela autora

A rede geral de distribuição de água na Ilha foi inaugurada em 1977, conforme cita Consentino *et al.* (1982, p. 18):

Há cinco anos a Cagepar inaugurou o sistema de abastecimento de água para a Ilha. O transporte de água é realizado através de uma adutora subaquática; na Ilha, a distribuição é feita por uma linha mestra de duas polegadas de diâmetro.

Há aproximadamente quinhentos beneficiários, podendo esse número ser aumentado quando a linha mestra for substituída por um diâmetro maior, o que implicará no aumento do volume de fornecimento de água.

No período anterior a 1977, a população utilizava poços e não eram todos os moradores que tinham em sua residência um poço individual (Figura 44 e 45). No Censo Demográfico de 1991, 11,17% dos domicílios eram abastecidos por poço, em 2000, 29,67% e 2010, 16,85%.

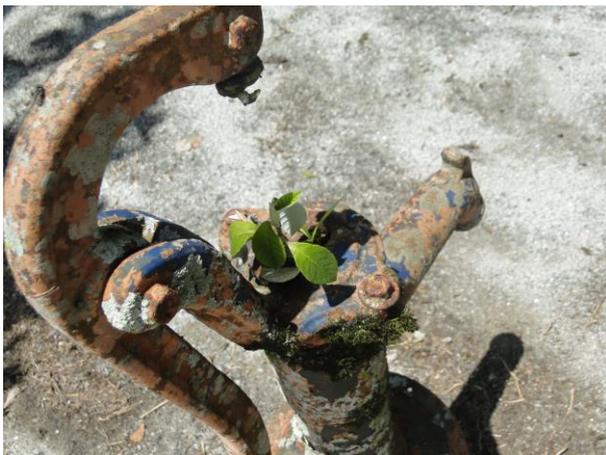


Figura 44. Antiga bomba manual de poço -1.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 45. Antiga bomba manual de poço- 2.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.

O entrevistado 01 lembrou como realizava o abastecimento de água na sua residência antes da chegada da água tratada:

*A água de poço aquele bomba de fazer assim oh (gestos), bomba mesmo que tira a água do chão, puxa da terra assim. Quanto eu vim aqui conheci um homem, acho que era parente nosso, polaco, ele era vermelho e tinha o cabelo bem branco, um homem forte, nós ia pegar água lá na casa dele, Napoleão, aí ia lá, e puxava aquela água.*

A canalização da água potável quando foi instalada estava por baixo do rio Itiberê, e por vezes se rompia, ficando a população sem água tratada, conforme menciona o entrevistado 03:

*Água, água, quando nós se mudamos para cá, que era um cano por dentro da água, por baixo do mar, era só estourando, estourando. Eu cheguei aqui fiz um reservatório ali de 5 mil litros da água, tá ali. Naquele tempo então, nos acumulava água, que quando estourava lá, tudo mundo ia para a cidade buscar água, e atravessando naquele sacrifício.*

Em plenária (audiência pública - 2011) para discussão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a população dos Valadares elencou cinco prioridades para o melhoramento do abastecimento de água:

- 1) Ampliar o abastecimento de água tratada para atender a população;
- 2) Educação para redução do consumo e desperdício de água;
- 3) Melhorias da qualidade da água tratada distribuída;

- 4) Redução da burocracia e agilizar a execução de novas redes de abastecimento de água; e
- 5) Instalação de um reservatório de água tratada.

Conforme análise do documento da plenária do PMBS (2011) certifica-se que a população participante estava ciente das deficiências do abastecimento de água na Ilha dos Valadares. Muitos moradores ainda utilizam água do poço (16 85% IBGE, 2010). A qualidade da água dos poços é influenciada pela qualidade do solo, a proximidade com as fossas, dentre outros fatores. Quanto mais adensado o solo, e com o uso da fossa rudimentar, maior a probabilidade de contaminação do lençol freático. E, por ser uma ilha e estar sobre influência da junção da água doce (rios) e salgada (mar), a água tende a ser salobra.

Em pesquisa de Hindi *et al.* (2003) sobre o sistema aquífero da Ilha dos Valadares, realizando análise em 12 poços, constataram que muitos poços-ponteira<sup>18</sup> apresentavam “contaminação por coliformes fecais e totais, causada por efluentes domésticos. Os poços situados nas margens mais baixas e de declive suave captam águas com indícios de contaminação por intrusão salina” (2003, p. 20).

Hindi *et al.* (2003, p. 30), chegaram a conclusão que:

O processo desordenado de ocupação urbana da ilha, com o parcelamento do terreno em lotes pouco maiores que as dimensões das residências, concentração populacional elevada, sistema de saneamento básico inexistente e a disposição dos efluentes líquidos diretamente no terreno, somados à permeabilidade do solo, são os principais fatores de degradação da qualidade da água subterrânea na ilha.

Também no processo de observação *realizado no local*, provou-se da água de um poço localizado próximo ao Mar de Lá (Rio dos Correias), e foi possível constatar a água salobra. Tornando-se desagradável bebê-la.

---

<sup>18</sup> “Os poços ponteiros são feitos de tela de cone metálico que permite a perfuração, por meio de golpes, em formações arenosas onde não há problemas de entupimento da tela” (KONRAD *et al.*, 2003, s/p.). A água dos poços ponteiros podem ser retirada com bomba de sucção.

#### 4.5.2 Esgotamento sanitário

O esgotamento sanitário é “constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente”, conforme descrito na Lei Federal nº 11.445/2007, artigo 3º - b.

Em análise dos dados do IBGE sobre o esgotamento sanitário da Ilha dos Valadares (Quadro 05), verificou-se que em 1991 não havia ligação de rede geral de esgoto nos domicílios, em 2000, 22,45% dos entrevistados responderam ter ligação com a rede geral de esgoto e em 2010, 54,83% já acreditava ter o domicílio ligado à rede de esgoto.

Quadro 5. Tipo de esgotamento sanitário por domicílio particular permanente na Ilha dos Valadares, 1991- 2010

<b>Esgotamento Sanitário</b>	<b>1991</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	-	-	659	22,95	2123	54,83
<b>Fossa séptica</b>	415	24,53	1221	42,51	661	17,07
<b>Fossa rudimentar</b>	911	53,84	401	13,96	655	16,92
<b>Vala</b>	27	1,60	49	1,71	31	0,80
<b>Rio, lago ou mar</b>	-	-	406	14,14	155	4,00
<b>Outro escoadouro</b>	5	0,30	5	0,17	8	0,80
<b>Sem banheiro de uso exclusivo do domicílio</b>	-	0,00	131	4,56	53	4,00
<b>Comum a mais de um</b>	69	4,08	-	-	-	0,21
<b>Não tem</b>	265	15,66	-	-	-	1,37
<b>Total</b>	1692	100	2872	100	3686	100

Fonte: IBGE. Organizado pela autora.

A Ilha ainda não possui rede geral de esgoto e estação de tratamento. O trabalho vinha sendo realizado pela Companhia de Águas de Paranaguá – CAB. Em observação local, fevereiro/2015, averiguou-se que a obra da estação de tratamento estava em andamento, logo, na visita realizada em maio/2015 constatou-se que o terreno tinha virado um campo de futebol, segundo informação de morador local: a

obra foi embargada. O bate-estaca<sup>19</sup> da construção estava causando danos na estrutura das residências, como rachaduras. A obra estava sendo realizada em área de manguezal que recebeu aterro há aproximadamente 20 anos, por isso a área foi denominada pela população como mangue seco.

Conforme relato em rede social (Facebook) do vereador Jacizinho da Ilha<sup>20</sup> em 05 de maio de 2015, o mesmo faz esclarecimento sobre a obra e pede resposta sobre pagamento das indenizações aos moradores que tiveram suas casas danificadas pelas obras:

No final de novembro de 2014, o bate estaca da construção estava causando inúmeros danos na estrutura das residências vizinhas à obra. Intervimos junto a Empresa e esta imediatamente paralisou a obra até que outra forma de colocar as estacas fosse viabilizado. Com a comunidade local mobilizada fizemos reunião com os moradores e a Direção da Empresa e esta se propôs fazer a indenização a todos os moradores, mediante perícia das casas que já aconteceu. Ocorre que com a paralisação definitiva da obra e até o presente as reformas nas casas não terem acontecido, nossa solicitação está sendo em saber quem vai pagar a conta a conta. Por esse motivo estamos pedindo esclarecimentos à CAGEPAR que é o órgão fiscalizador para poder informamos aos nossos cidadãos qual será a orientação.

Observo que além do não pagamento da supramencionada indenização, vamos perguntando sobre como fica o tratamento de esgoto da comunidade, haja visto o encanamento para o tratamento do esgoto já ter sido instalado em quase 100% das residências da Ilha.

A CAB é uma empresa terceirizada contratada pela Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá – CAGEPAR ficando responsável pela fiscalização das atividades da CAB. As figuras 46 a 51 mostram as obras em andamento e a obra paralisada na Ilha dos Valadares.

---

<sup>19</sup> Instrumento de perfuração profunda no solo para inserção de fundações para grandes construções.

<sup>20</sup> Relato do vereador Jacizinho da Ilha disponível em rede social, mensagem postada em 05 de maio às 11h35min. Disponível em <<https://www.facebook.com/pages/Vereador-Jacizinho-da-Ilha/299082066917461?fref=ts>> acesso em 23/05/2015.



Figura 46. Obras para a tubulação do esgoto -1.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Nov./2012.



Figura 47. Obras para a tubulação do esgoto-2.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Dez./2012.



Figura 48. Obras para a tubulação do esgoto -3.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 49. Área da construção da estação de tratamento de esgoto (mangue seco).  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 50. Terreno da obra da estação de tratamento esgoto, hoje, campo de futebol.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 51. Terreno da obra da estação de tratamento de esgoto -2.  
Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.

As valas ainda são utilizadas para o esgotamento sanitário dos domicílios na Ilha dos Valadares, principalmente, nas áreas marginais mais afastadas da área central. De acordo com análise da distribuição das valas pelos setores censitários – 2010 (Figura 67), no setor 164, constataram-se 12 valas e no setor 153, 11 valas.

No geral, 31 (0,80%) domicílios utilizavam vala para o escoamento do esgoto, realidade verificada nos terrenos próximos do Canal do Cidrão, onde as ruas não apresentam calçamento (Figura 52 a 55).

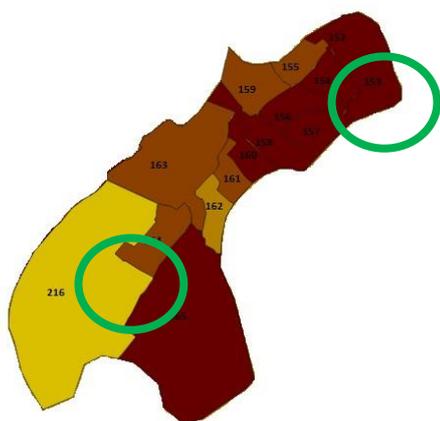


Figura 52. Mapa dos setores censitários 2010. Fonte: Organizado pela autora.



Figura 53. Vala 1. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 54. Vala 2. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 55. Vala 3. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.

Outra questão recorrente são as ligações do esgoto doméstico na rede de drenagem que têm ligação direta com os rios, que causam um sério impacto

ambiental ao ecossistema de manguezal e dos rios, como também, a saúde da população que se apropria dos rios para o lazer, tornando-os vulneráveis às doenças.

Pessoas que residem na parte mais baixa, lado norte, conhecido como Itiberê, nas áreas de manguezal, são as mais prejudicadas pelo despejo irregular do esgotamento sanitário. Isso porque, em período de maré alta, a água contaminada invade seus terrenos e casas, colocando em risco a saúde das famílias que residem nas margens do rio Itiberê. As figuras 56 a 59 mostram a situação do esgoto nas margens dos rios.



Figura 56. Manilha da drenagem desaguando no rio Itiberê. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2012.



Figura 57. Rede de Drenagem desaguando no rio Itiberê. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 58. Manilha da drenagem em meio ao sedimento e animais em área de manguezal. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 59. Manilha da drenagem desaguando em área de manguezal. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.

No Censo de 2000 (IBGE), 406 pessoas declaram que despejavam seu esgoto sanitário no rio, em 2010, o número diminuiu para 155 domicílios. Com as ações efetivas de saneamento na Ilha, espera-se que no próximo Censo este problema faça parte do passado, como registrado no processo de observação (Figura 60).



Figura 60. Esgoto a céu aberto no Rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Abr./2013.

Na entrevista realizada com a entrevistada 08, perguntada sobre seu esgotamento sanitário: *“eu não tenho, vai direto, tem uma manilha daqui, desde daqui até lá em baixo, lá no rio [...], lá nesse rio, fidido que tá ui”*. O esgoto da entrevistada 08 era despejado no rio dos Correias.

Sobre o andamento do sistema de esgoto, o entrevistado 06 falou que *“fizeram esgoto aí ó, fizeram só o encanamento, mas, esgoto que é bom... E tá sendo despejado lá no mar”*.

Analisou-se o documento da plenária para elaboração do PMSB (2011), e verificou-se que a população propôs que fosse realizado o projeto e implantação do sistema de esgotamento sanitário para toda a população; implantação de programa de educação ambiental para conscientização sobre os danos do lançamento de

esgoto sem tratamento no mar e nos rios; e o fechamento das ligações de esgoto à rede de drenagem.

#### 4.5.3 Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos

A Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é entendida pela Lei Federal nº 11.445/2007 (artigo 3º-c) como um “conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas”.

O serviço público de saneamento básico que mais teve expansão de atendimento significativo foi à coleta de lixo (Quadro 06). Em 1991 o serviço de limpeza atendia a minoria da população do Valadares, 4,67% (IBGE). Uma década depois, 43,05% (IBGE) dos domicílios estavam sendo beneficiados, chegando em 2010, atendendo a 99,08% (IBGE) dos domicílios. Com a expansão do atendimento da coleta de lixo, diminuiu-se o despejo inadequado de lixo nos rios e a queima. De acordo com os dados de 1991, é verificável o quanto era precário o serviço de coleta de lixo, obrigando os moradores a realizarem procedimentos inadequados que comprometiam o meio ambiente.

Quadro 6. Atendimento do serviço de coleta de lixo na Ilha dos Valadares, 1991-2010

<b>Lixo Coletado</b>	<b>1991</b>	<b>%</b>	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
<b>Serviço de limpeza</b>	79	4,67	1236	43,04	3652	99,08
<b>Caçamba de serviço de limpeza</b>	-	-	1397	48,64	16	0,43
<b>Queimado na propriedade</b>	803	47,46	162	5,64	15	0,41
<b>Enterrado na propriedade</b>	513	30,32	28	0,97	-	0,00
<b>Jogado em terreno baldio ou logradouro</b>	170	10,05	25	0,87	1	0,03
<b>Jogado em rio, lago ou mar</b>	125	7,39	10	0,35	-	0,00
<b>Outro destino</b>	2	0,12	14	0,49	2	0,05
<b>Total</b>	1692	100	2872	100	3686	100,00

Fonte: IBGE. Organizado pela autora.

O lixo coletado pelo caminhão na Ilha é transportado via balsa para ser destinado ao aterro sanitário no continente. Na Ilha existia um Lixão que foi desativado há aproximadamente 20 anos, devido aos impactos ambientais que causava.

Em visita à área do antigo Lixão, constatou-se a presença de lixo e odor proveniente da emissão de gases<sup>21</sup>. Além disso, havia presença de animais e pessoas (Figuras 61 a 64). Como a área não era cercada verificou-se duas crianças em meio ao lixo pegando objetos para brincar e um casal trabalhando na coleta de materiais recicláveis, o que confirma que o espaço ainda exerce a função de despejo de resíduos sólidos.



Figura 61. Montanha de lixo no antigo lixão. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 62. Crianças e animais em meio ao lixo. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 63. Área do Lixão- 1. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 64. Área do lixão. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.

<sup>21</sup> O chorume produz um odor desagradável, o líquido da decomposição do material orgânico é absorvido pelo solo e os gases emitidos para atmosfera, como o metano, altamente poluente.

Em busca de resposta para a situação, informação de um funcionário da prefeitura que estava no local informou que o Lixão estava desativado, mas a área era utilizada em “caráter emergencial” para despejo do lixo coletado, nos dias, quando a balsa não está funcionando por problemas técnicos, e solucionado o problema, o lixo é retirado da área e enviado ao aterro no continente.

Dois aspectos são relevantes e merecem ser destacados sobre o local do lixão: se trata de uma área com densidade considerável de moradores, e, as ruas de areia, acumulam ao longo do caminho lixo não biodegradável, causando poluição no solo e poluição visual.

Sobre a questão do lixão na Ilha dos Valadares, o entrevistado 05 relatou que:

*[...] a prefeitura não tinha onde jogar o lixo, então jogavam lá, faziam o buraco, e depois veio uma proibição, proibiram né. Não tinha caminhão de lixo. Era coleta em carretinha, em caçamba, nas coisas assim, então a maioria na carretinha. Tinha uma carretinha, era coletado assim, e jogado lá, o pessoal da reciclagem, reciclavam e vendiam pro pessoal que vinham buscar.*

As limpezas das áreas públicas ocorrem com mais frequência na Praça Cyro Abalem que fica localizada em frente à passarela que dá acesso da Ilha ao continente, e vice-versa. De forma geral, o processo de observação permite afirmar que a limpeza pública é precária. Os entulhos que os moradores acumulam em frente de suas casas e esquinas são recolhidos pelo serviço de limpeza pública, com autorização da Administração local da Ilha. Um melhor planejamento do sistema de limpeza urbana e um acordo entre a Administração da Ilha e população solucionaria este problema, o que evitaria o acúmulo de lixo nas vias públicas, que por vezes, vão se espalhando, poluindo o visual da Ilha.

Por onde se anda na Ilha, observa-se lixo espalhado nas ruas (Figuras 65 a 68): copos descartáveis, embalagens de bala, embalagens de salgadinho, papel, garrafa pet, chinelo, sacolas, roupa, e outros objetos.



Figura 65. Lixo espalhado pelos caminhos. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2012.



Figura 66. Entulho na encosta do Rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2012.



Figura 67. Lixo em vias públicas. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 68. Lixo na esquina de um campo de Futebol. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.

*“Eu falo pra minha filha, de primeiro que a gente morava aqui não tinha lixeiro, mas você não via o lixo jogado assim na rua né essa lixarada, nós queimava ou enterrava o lixo. Agora tudo quanto é cantinho tem um monte de lixo”* (ENTREVISTADA 04). Com o aumento da população, aumentou também os problemas relacionados com o lixo.

Analisando o registro documental da plenária ocorrida para o PMSB (2011) a limpeza urbana e manejo dos resíduos foi assunto de pauta para discussão. As propostas levantadas, pela população participante, para amenizar o problema do lixo na Ilha dos Valadares, foram:

- 1) Ampliar as lixeiras públicas;
- 2) Implantar sistema de coleta seletiva em comunhão com a associação dos moradores;
- 3) Melhorias na estrutura, equipamentos e capacitação dos trabalhadores da coleta seletiva;
- 4) Programa de educação ambiental conscientizando sobre as consequências de jogar lixo nas ruas e terrenos baldios;
- 5) Programa de educação ambiental sobre a correta separação dos resíduos recicláveis para garantir a eficiência da coleta seletiva;
- 6) Serviço de coleta de lixo prestado de forma eficiente e com periodicidade;
- 7) Priorizar o transporte de resíduos pela balsa para agilizar o processo.

Como se vê, o sistema de coleta de lixo necessita ser melhorado em toda a Ilha, trata-se de uma questão de planejamento e investimento. Tem lugares pelos quais o caminhão da coleta não circula e/ou demora, fazendo com que os moradores queimem os seus lixos como forma de evitar a proliferação de vetores e o mau cheiro.

Um programa de educação ambiental com a população é necessário para que as pessoas se sensibilizem sobre os problemas causados pelo lixo e os benefícios da coleta seletiva. Um programa de longo prazo, nas escolas e associações de bairro.

Na figura 69, observa-se uma iniciativa de um morador local (não entrevistado) que voluntariamente realizou a limpeza e mantém limpa a área da encosta do rio dos Correias que fica em frente a sua residência. Foram colocadas lixeiras de manilha e placa de conscientização: “Preserve: não jogue lixo”.



Figura 69. Iniciativa do morador local na limpeza e conservação da encosta do rio dos Correias que fica em frente ao seu domicílio. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Jan/2015.

Não basta esperar somente que a prefeitura realize a limpeza das ruas e encostas da Ilha dos Valadares, como menciona o entrevistado 03 contando sua experiência:

*Porque, minha filha nós temos que respeitar o ambiente que nos moramos, não é caso da prefeitura. Eu desde que me mudei, era terra, era barro, era areia, mas todo dia eu varria, o lixo que jogam pra lá, para tudo aqui em frente, sabe que eu varro tudo, queimo, e todo dia eu tiro areia, pego o carrinho, vou lá e varro, ponho pra dentro.*

#### 4.6 Solo: características, uso e ocupação

Para Rocha (2005, p. 486) o solo, “é um recurso natural renovável de importância semelhante à da água, componente do planeta Terra, e com base de um ciclo orgânico é pré-requisito para a existência da vida”. O homem desde que deixou a vida nômade e começou a fixar moradia, foi transformando o espaço natural em espaço construído (materializado). Essa transformação foi gerando impactos ambientais negativos no solo, desde a fertilidade, impermeabilidade através do uso excessivo do concreto até a densidade com as moradias. No espaço urbano, quando não ocorre o devido planejamento do uso e ocupação, o solo tende a ficar mais vulnerável a ação antrópica. Sánchez (2008, p.43) define impacto ambiental como a “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana”.

O solo é um elemento sensível que em sintonia com os demais elementos naturais, proporciona vida saudável ao meio ambiente, este, onde as pessoas habitam e realizam todas as suas atividades. Para Rocha (2009, p.489), o conceito de solo é descrito como sendo “uma massa natural inconsolidada que compõe a superfície da terra, resultante da ação climática sobre as rochas, sendo influenciada pelo tipo de relevo, origem das rochas etc.”

#### **4.6.1 Características do solo e os impactos ambientais**

Sobre as características do solo da Ilha dos Valadares: na parte emersa predominam “solos resultantes de alterações dos sedimentos marinhos, como podzólicos e parapodzólicos (espodossolos) (FLÓREZ, 2005, p.14)”. A principal característica do espodossolo é a arenosidade, que segundo Flórez (2005, p. 46), no Valadares é composto por “sedimentos inconsolidados do Quaternário”. O espodossolo facilita a infiltração da água e apresenta baixa fertilidade. Devido a estas características é considerado um solo sensível já que pode ser facilmente contaminado, o que pode comprometer o lençol freático, e também, suscetível a processos erosivos.

Na Ilha dos Valadares, o processo de erosão é visível nas encostas, conforme mostra a figura 70, principalmente nas partes mais altas, como no Canal do Cidrão. Em outras partes da Ilha verificaram-se erosões sendo ocasionadas principalmente pelos abrigos<sup>22</sup> de barcos (Figura 71) e pelo impacto das construções de casas (Figuras 72 a 75).

---

<sup>22</sup> Também denominado pelos pescadores como rancho.



Figura 70. Erosão no Barranco no Canal do Cidrão. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013



Figura 71. Abrigo dos barcos – Rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 72. Casas próximas a encosta (Correias). Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 73. Casas próximas à encosta (Itiberê). Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 74. Muro para supostamente conter a erosão e delimitar a propriedade. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 75. Contenção supostamente conter a erosão na encosta do rio. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.

Durante a conversa com o entrevistado 02, foi perguntado se no passado era retirada areia do canal do Cidrão para construção das moradias, respondendo que [...] às vezes tiravam sim. Antigamente também não tinha material de construção aqui no Valadares para comprar, aí ia lá no rio. Lá às vezes eles iam buscar de canoa. Mas ninguém faz isso mais, agora é fácil, o carro já põe na porta.

O entrevistado 05 relata sua percepção sobre a degradação das encostas dos rios ocasionada pelos abrigos das embarcações:

*Hoje tá acabado tudo. Arruma um lugarzinho para colocar embarcação, então acaba com o meio ambiente [...] Agora que tem mais embarcação, antigamente tinha pouco né, [...] hoje tem muito, quem trabalha por aí quer ter para ter o seu lazer né. A maioria pra sustento.*

Na Ilha dos Valadares o solo é “muito arenosos, hidromórficos, com horizontes A, B e C diferenciados” (FLÓREZ, 2005, p.14)<sup>23</sup>. O mesmo autor constatou que “o horizonte húmico não existe na maior parte da Ilha, passando diretamente para a porção arenosa. Esse fato favorece tanto a infiltração da água de chuva quanto à ação de agentes erosivos” (Ibidem, p.14). No processo de observação verificaram-se muitas áreas com a exposição direta da porção arenosa, denominado Horizonte B (figuras 76 e 77).

---

<sup>23</sup> Os horizontes são as camadas de transição da estrutura do solo. Na Ilha dos Valadares três foram identificadas por Flórez (2005): A, B e C. O horizonte A húmico é a parte superficial do solo (EMBRAPA, 2006, p.47), onde concentra-se a matéria orgânica em decomposição. O horizonte B apresenta a porção arenosa (fração mais grosseira). O Horizonte C é a camada onde concentra-se o material (piçarra) em processo de intemperismo da rocha que dá a estrutura para todas as outras camadas desenvolverem-se. O nível categórico do espodossolo da Ilha não há, já que seriam necessárias análises químicas.



Figura 76. Caminho com a exposição da parte arenosa. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 77. Exposição da parte arenosa. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.

Para identificar um horizonte no perfil do solo, tem-se como um dos métodos a análise da cor do solo. Em processo de observação na Ilha dos Valadares, encontrou-se solo de cor preta, cinzento até amarelo, as tonalidades variam resultado do processo de desenvolvimento do solo.

No horizonte A observou-se que a cor varia de preta a cinza claro, quanto mais próximo do horizonte B (transição), mais claro vai tornando-se a coloração. O horizonte B tem coloração de amarelo a alaranjada, devido a concentração de hidróxido de ferro (FLÓREZ, 2005). O horizonte A de cor preta está presente em áreas onde há maior quantidade de matéria orgânica de raízes e folhas, cenário este localizado, próximo a área do canal do Cidrão, onde ainda se encontra uma parte concentrada de vegetação. Nas encostas, onde a vegetação foi suprimida, o horizonte B fica exposto, e por ser arenoso fica suscetível à erosão causado pela atividade humana e aspectos naturais, vento e chuva.

No registro fotográfico da figura 78, observaram-se duas cores de solo na mesma amostra, resultado da transição do horizonte A para B. Logo, na figura 79, o horizonte B de cor amarelada, exposto, localizado na encosta do Rio Correias, na área conhecida como Mar de Lá.



Figura 78. Amostra de solo - coloração. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.



Figura 79. Parte arenosa com coloração amarelada – Mar de Lá. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.

Às margens do Rio dos Correias, em alguns pontos, foram encontrados o substrato rochoso conhecido como piçarra, “termo utilizado para indicar material semi-decomposto de Granito, Gnaiss ou outras rochas, que conservam ainda sua textura e uma certa consistência”(MINEROPAR, s.p). Na figura 80, em processo de observação local, localizaram-se fragmentos de piçarra dentro do rio e nas encostas (figura 81). A exposição da piçarra mostra a inexistência de horizontes A e B, que protegem a rocha base para a realização do intemperismo na formação do solo, e, todavia, por não ter solo, a vegetação não desenvolve.



Figura 80. Fragmentos de piçarra dentro do Rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 81. Piçarra exposta na encosta do rio dos Correias. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.

Devido à presença das áreas de manguezais na Ilha dos Valadares encontra-se também sedimento acinzentado e úmido, devido à influência das marés. As áreas de Manguezais, próximas ao Canal do Cidrão, encontram-se mais preservadas (Figuras 82 e 83), o que está diretamente associado ao reduzido número de habitações no entorno. O inverso ocorre no lado norte, conhecido como Itiberê (Figuras 84 e 85).



Figura 82. Caranguejo encontrado no manguezal no canal do Cidrão. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 83. Área de Manguezal, canal do Cidrão. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mar./2013.



Figura 84. Área de manguezal, lado norte. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 85. Área de Manguezal com habitação, lado norte. Pesquisa de campo. Ano: Mai./2013.

Segundo definição da EMBRAPA (2006, p. 48) sobre o horizonte A Antrópico:

É um horizonte formado ou modificado pelo uso contínuo do solo, pelo homem, como lugar de residência ou cultivo, por períodos prolongados, com adições de material orgânico em mistura ou não com material mineral, ocorrendo, às vezes, fragmentos de cerâmicas e restos de ossos e conchas.

No horizonte A Antrópico da Ilha dos Valadares, encontrou-se a adição de material mineral (conchas – Figura 86), pedras e pedaços de construções (Figura 87 e 88), aterro (areia mais grossa que descaracteriza o solo original) destacado na figura 89 e implantação de bloquetes de concreto (figura 90 e 91).



Figura 86. Fragmentos cascalho de concha. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 87. Fragmentos de pedra. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 88. Fragmentos de material de construção. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Fev./2015.



Figura 89. Adição de aterro. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2012.



Figura 90. Bloquetes em meio a areia. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 91. Bloquetes soltando-se do solo. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.

As adições de materiais, mostrados nas figuras acima, são realizadas para conter a lama e estabilizar o solo arenoso. A adição de aterro resolve o problema temporariamente, já que quando chove a lama aumenta. As pedras que foram trituradas em pedaços medianos são desconfortáveis e relativamente perigosos para pedestres e ciclistas. Além de ser um empecilho para as brincadeiras das crianças nas ruas, como jogar bolinha de gude, futebol, correr. Os bloquetes, devido ao solo instável, afundam e movem-se em meio a areia, ficando a rua em nível irregular.

No processo de observação, constatou-se que quando ocorriam às chuvas, as ruas que não tinham calçamento ficavam feito 'piscinas de lamas', resultado da adição de aterros que dificultavam a drenagem rápida da água depositada no solo.

#### 4.6.2 Uso e Ocupação do solo e os impactos socioambientais

Por meio do processo de observação, averiguou-se que o uso e ocupação do solo da Ilha dos Valadares, na grande parte da totalidade da porção territorial, é ocupado por domicílios particulares, são 3.686 domicílios (IBGE, 2010). Outros tipos de uso e ocupação estão em áreas concentradas, como o comércio, cemitério, lixão. Além das áreas onde se concentram as chácaras. Conforme localizados e destacados no mapa abaixo (Figura 92):

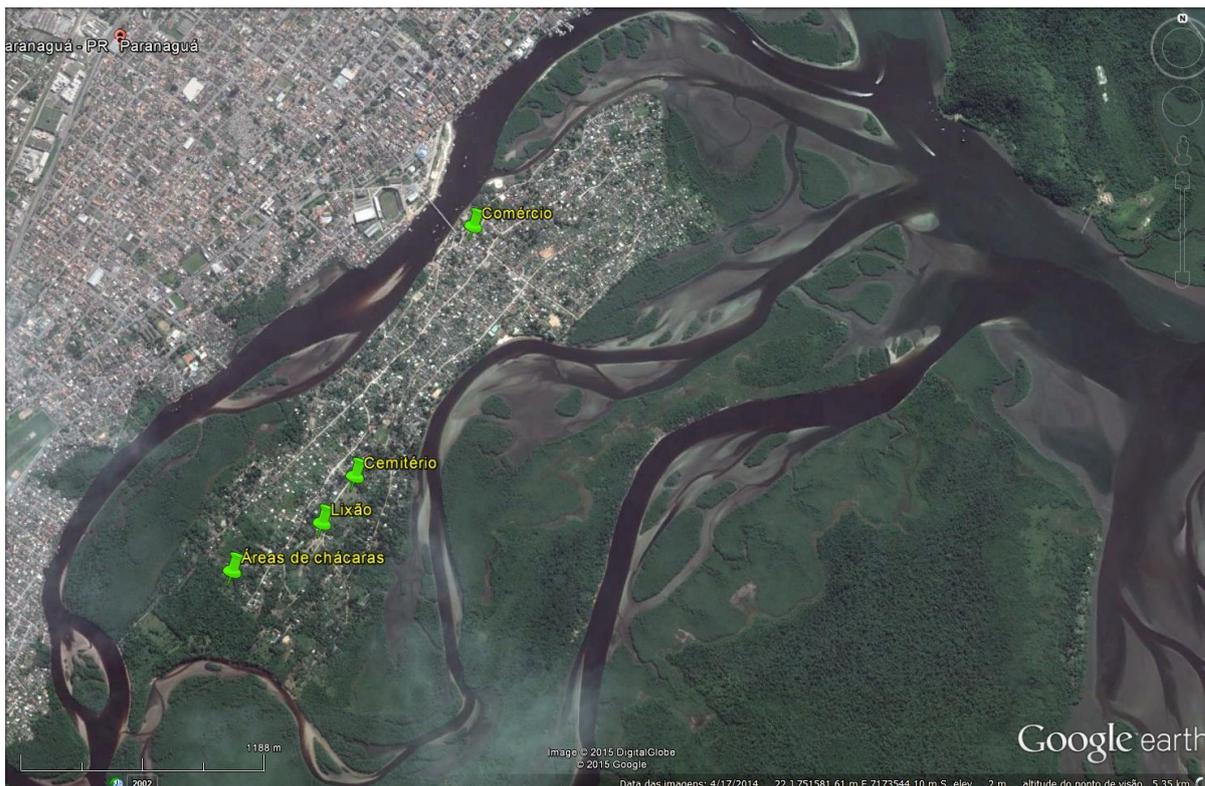


Figura 92. Mapa de uso e ocupação do solo. Fonte: *Google Earth*. Organizado pela autora. Ano: 2015

Como visto na história (Capítulo 3), o processo de uso e ocupação na Ilha dos Valadares remonta ao século XIX, mas a ocupação em ritmo acelerado aconteceu a partir dos anos de 1980. O processo de ocupação e degradação foi tão rápido que a entrevistada 04 narrou *“Tinha um morro aí menina, um morro alto. E a gente nem percebeu quando sumiu”*.

Nas entrevistas com os moradores antigos da Ilha escutou-se o relato que antes do avanço das moradias plantava-se mandioca e que ali existiam várias pessoas que realizam a produção da farinha de mandioca, principalmente na parte mais alta do Valadares, no bairro Sete de Setembro: *“era o Valadar inteiro, meu Senhor, aquele alto lá, era tudo mandioca que tinha, agora é só casa”* (ENTREVISTADA 08).

O entrevistado 01 em conversa relembrou que:

*No Sete de Setembro tinha muitos sítios, plantações. Lá quando eu fui com meu parente lá, eles plantavam lá, tinha mais que trabalhava naquela roça. Tinha aquele ali que faz a farinha, aquele que rodava o coisa ali. É fábrica*

*de farinha, tinha as casas, era uma coisa feito de palha, coberta em cima, eu vi lá, quando eu ia lá.*

O espodossolo tem baixa aptidão para a agricultura, pois concentra mais areia do que matéria orgânica, tornando seu solo pobre em nutrientes. Dessa forma, a cultura da mandioca e do caju foram as que mais desenvolveram na Ilha dos Valadares, já que se adaptam a este tipo de solo. As populações vindas dos sítios puderam continuar exercendo seu modo de vida rural na plantação de mandioca e produção da farinha.

Evangelista (1953, p.81-82) nos seus escritos relatou sobre a farinha de mandioca produzida na Ilha dos Valadares:

Arthur Passos, Norberto Costa, Sebastião, Arthur dos Santos, João Fernandes, José Costa e outros com suas famílias se dedicaram à cultura da mandioca. São velhos fabricantes da melhor farinha do mundo. Farinha torrada, doce com a de aipim. Uma delícia esse produto que só por si recomenda a Ilha dos Valadares e me faz querer bem seus fabricantes. É muito pouca a farinha. Cada lavrador produz apenas 4 alqueires por semana, 2 sacos. Duas vezes por semana, aos sábados e domingos, as bancas do nosso Mercado enchem-se de farinha não só do Valadares, como do Emboguassú onde também se fabricam bijus excelentes, de todos os tipos. Na Ilha é só farinha. Mas farinha, como frisei: a melhor do mundo.

Valadares é considerada zona urbana, mas na porção sul (Sete de Setembro) da Ilha existem pequenas chácaras (Figuras 93 e 94), ambiente com características rurais.



Figura 93. Terreno de Chácara. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 94. Área de Chácara. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.

No processo de observação, foi possível verificar nos terrenos, patos, gansos, galinhas e plantas de pequeno porte e médio. O ar que se respira nesta área é diferente da área com alta densidade habitacional. Devido à maior quantidade de vegetação o ar é fresco. Nesta área que a infraestrutura e serviços públicos são mais precários.

Na Ilha dos Valadares há uma área destinada para sepultamento, cemitério público municipal “São Francisco de Assis”, que funciona desde a década de 1990. A área do cemitério foi desapropriada pela prefeitura em 1963 (Lei 477/63).

A área do cemitério foi doada para a prefeitura, por uma moradora que utilizava o terreno como roça de mandioca, segundo o entrevistado Seu Nelson Pedroso, que relembrou o caso:

Ah faz mais de 10 anos que fizeram o cemitério, mais. Arranquemo tudo a mandioca. Numa roça lá fizeram o cemitério. A dona da roça vinha aqui e falava pra mim: Seu Nelson vá arranca a mandioca lá, que vai sair um cemitério lá, aí eu ia lá, arrancava, arrancava, arrancava poco né, daqui a pouco ela vinha novamente e voltava aqui e falava pra mim: Seu Nelson vá arranca o resto da mandioca que vão fazer um cemitério lá. Só que eu não acreditava né. E fui indo, fui indo, vinha aqui, vinha aqui, então tirminemo. Aí quando foi um dia ia plantar lá, já puseram unzinho morto lá.

Atualmente, observa-se que é emergencial a revisão da condição do cemitério da Ilha, uma vez constatado, que existem túmulos de alvenaria e covas abertas diretamente no solo. O funcionário do cemitério explicou que os caixões eram enterrados a sete palmos da terra (no caso das covas), ou seja, entre 1,5 metros a 2 metros de profundidade. Contudo, não se pode afirmar, sem estudos químicos, se estas sepulturas estariam causando contaminação da água armazenada no lençol freático (Figura 95).

O sepultamento, realizado diretamente no solo, causa a contaminação pelo excesso de necrochorume, provocado por diversas substâncias orgânicas, inorgânicas e micro-organismos patogênicos (SILVA E MALAGUTTI FILHO, 2009). Com a chuva, o solo é lavado, facilitando a contaminação através do necrochorume atingindo os terrenos dos domicílios pela proximidade das mesmas com as sepulturas (Figura 96).



Figura 95. Sepultamento em covas. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.



Figura 96. Sepultamento em covas próximas as casas. Fonte: Pesquisa de campo. Ano: Mai./2015.

Sabe-se, no entanto, que desde 2003, conforme está disposto na Resolução CONAMA nº 335, existe a obrigatoriedade do licenciamento ambiental para esta atividade (para os novos e antigos cemitérios em atividade), medida para evitar a degradação do solo e do lençol freático com a utilização de procedimentos adequados para o sepultamento.

Ao longo deste capítulo, verificou-se que, um dos elementos mais atingidos pela degradação, em decorrência do uso e ocupação, foi o solo da Ilha dos Valadares, objeto de um longo período de antropização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como tema principal a ocupação irregular em áreas ambientalmente vulneráveis (periféricas), a partir de um olhar socioambiental, apresentando como estudo de caso, a Ilha dos Valadares/PR. Para atender as expectativas, necessário se fez, analisar o processo de formação e transformação do espaço para identificar e compreender os impactos socioambientais, reflexos do adensamento recente, concluindo, o quão complexa é a ocupação humana nas áreas periféricas nas cidades, pois esse processo envolve a relação não só social, mas ambiental, econômica e política.

Do espaço natural ao espaço construído, à sociedade como transformadora da natureza, mestre de obra do seu habitat e a vida que o anima, como citou Santos (2012), dessa forma, a sociedade vai moldando o lugar conforme seu modo de vida e sua visão de mundo, como não é um processo estático, a cada período, formas diferentes de se relacionar com o meio vão surgindo, transformando o espaço material e a forma de se relacionar com o espaço vivido.

Na Ilha dos Valadares o processo de mudança do espaço, está visível através do comportamento da população, lembrando que a ocupação nos anos de 1980 era de gente simples (4.340 habitantes, IBGE-1980), composta principalmente pela população migrante, oriundas das zonas rurais e ilhas do litoral do Paraná, que realizavam atividade de pesca e agricultura, e assim, mantinham a relação mais próxima com a natureza, com o lugar e com as pessoas que habitavam o mesmo espaço. Vivia-se aos moldes de vida rural. Mesmo estando na cidade, esta população continuou conectada com as atividades rurais, já que a Ilha proporcionava um ambiente próximo do destino de origem. Com o crescimento em ritmo acelerado da população (13.798 habitantes, IBGE-2010) nas últimas três décadas o modo de vida da população foi se modificando gradativamente, pelas influências culturais urbanas. Hoje a Ilha está numa transição do modo de vida rural para o urbano, já que sua população jovem nasceu e foi absorvida pelo urbano.

A população que foi chegando ao Valadares não se instalou ali porque era bonito, mas sim, por necessidade. Essa população de baixa renda, sem recursos financeiros para comprar um terreno no continente do Município, habitou na Ilha, que

fica próxima ao centro urbano. Sem luz, sem água potável, sem coleta de lixo, sem comércio local.

A população 'pioneira', utilizou-se da parte mais alta da Ilha, próximo ao canal do Cidrão, de terrenos mais enxutos, para plantação de mandioca, e assim, fabricavam a farinha de mandioca, para consumo próprio e comercialização, mas devido à expansão das habitações, as roças de mandioca deixaram de existir na década de 1990, e hoje, somente uma família produz a farinha de mandioca, tendo que buscar a matéria-prima em outro lugar.

A população que exercia a atividade pesqueira construía seus abrigos para os barcos e canoas nas encostas, a fim de facilitar a saída para o rio para pescar no mar ou na baía de Paranaguá, não diferentemente dos tempos atuais, entretanto, dividindo o espaço com embarcações destinadas ao lazer.

Outros optaram por morar na Ilha e trabalhar na cidade, tornando-se parte integrante da mão-de-obra portuária, da Prefeitura, de empresas da cidade de Paranaguá, autônomos, ambulantes e assim por diante. Era uma população que estava segregada do ponto de vista socioespacial, mas absorvida pelo mercado de trabalho de Paranaguá.

Na Ilha dos Valadares, mesmo com a melhoria e intensificação na prestação de serviços públicos e infraestrutura (vale lembrar que não atende a toda a população), outros impactos socioambientais surgem em decorrência da densidade demográfica acelerada como: o aparecimento das erosões nas encostas, poluição e adensamento do solo e, principalmente, a violência urbana.

Sobre a violência urbana, conclui-se que pela dificuldade de acesso das viaturas policiais nas ruelas e becos da Ilha, tornou-se lugar atrativo para o tráfico de drogas e esconderijo de pessoas mal-intencionadas. Assaltos e mortes estão tornando-se 'comum' na Ilha, assustando a população nativa que estava acostumada a viver na calma e com segurança do lugar.

Outro fato questionado é que com a ocorrência do crescimento da população, não foram realizadas ações efetivas para controlar a urbanização desordenada o que causa sérios problemas para o planejamento e efetivação da urbanização nos tempos atuais. Muitos terrenos têm habitações múltiplas, triplas e

até quintuplas, de constituição familiar. Como realizar a regularização com mais de uma moradia? As moradias são individuais, porém, o terreno coletivo, desse modo, fica a cargo da Prefeitura, que está realizando o processo de regularização fundiária, buscar alternativas junto aos moradores.

Evidencia-se que o espaço natural deu lugar a um espaço construído, ficando a natureza do lugar fragmentada. Somente próximo ao Canal do Cidrão existe maior concentração de vegetação, mas em processo de observação local, verificou-se novas moradias avançando na área, o que significa que a área está sendo loteada irregularmente como acontece também nas áreas de manguezais no bairro Itiberê.

Com o novo zoneamento da Ilha, Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), devido o aforamento da área, repassada da União para Paranaguá, espera-se que sejam implementadas ações, para conter o desequilíbrio ambiental, urbanístico e fundiário, não permitindo e ou gerando a expulsão da população carente do lugar, para outras áreas periféricas do município, uma vez que, estarão expostos a novas taxas, impostos e a exploração imobiliária.

Muitas mudanças, certamente ocorrerão na Ilha dos Valadares, uma vez que, após análise deste presente estudo, outros impactos socioambientais, sejam positivos ou negativos, aparecerão e se acentuarão devido o adensamento do solo, crescimento populacional e a própria mudança do modo de vida da população. De modo que, não haveremos de desconsiderar, que o espaço vivido está em constante transformação, ou seja, analisou-se apenas um estágio do processo da transformação, que irá continuar.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; Mello, Cecília Campello do Amaral; Bezerra, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ABRAHÃO, Cinthia M. de Sena. Periferias Urbanas – território de complexidades: o caso da Vila Santa Maria em Paranaguá. In: **Litoral do Paraná: reflexões e interações**. Valdir Frigo Denardin; Cinthia M. de Sena Abrahão; Diomar Augusto de Quadros (organizadores). Editora UFPR Litoral, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de modernização capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, setor Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011b.

BARBOSA, Michelle Sanches. Breves notas sobre o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana frente o conflito entre o direito à moradia e o direito ao meio ambiente. **Doutrina- Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico** - nº33 - Dez-Jan/2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> acessado em abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - **Estatuto das Cidades**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm) > acessado em abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007- **Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)> acessado em maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Federal nº 9.760, de 05 de setembro de 1946. **Bens imóveis da União**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm)> acessado em abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9.636, de 15 de maio de 1998. **Regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L9636.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9636.htm)> acessado em maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº39, de 5 de fevereiro de 2010. Diário Oficial da União, 2 fev. de 2010, pág.46. ISSN 1676-2339.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº298, de 4 de julho de 2012. Diário Oficial da União, 5 jul. de 2012, pág. 99. ISSN 1677-7042.

CARVALHO, Janaína. **Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos** (reportagem). Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html> > acessado em janeiro de 2015.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (coleção primeiros passos).

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Antônio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Cunha (org.) 9ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CONSENTINO, André et al. **Ilha dos Valadares (baía de Paranaguá)**. Curitiba, Imprensa da UCP, 1982. Trabalho efetuado por um grupo de alunos do Curso de Administração de Empresas da UFPR.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008 – ISSN 1980-7031.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 33ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DIAS, Daniella S. Direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista Eletrônica do CEAFF**. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. Vol. 1, n.1, out.2011/jan. 2012.

DIEDRO. Construção e Empreendimento Ltda. **Ilha dos Valadares estudo de urbanização**, 1988. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação do Solo**. 2ªed; Brasília-DF, 2006.

EVANGELISTA, Caetano. **Crônicas**. Curitiba: 1978. Conselho Municipal de Cultura.

FLÓREZ, William Vargas. **Caracterização Hidrogeológica da Ilha dos Valadares Paranaguá –PR**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

FREITAS, Mariana Almeida Passos de. Ilhas Marítimas. In: **Zona costeira e meio ambiente**. 1ª ed. (ano 2005), 4ª tir./ Curitiba: Juruá, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso: fundamentação científica- subsídios para coleta e análise de dados- como redigir o relatório.** São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Anderson. **As danças típicas que embalam os paranaenses.** Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/curiosidades/as-dancas-tipicas-que-embalam-os-paranaenses-9jue0a0pp4t8a9q2w4u1tpk5q>> acessado em maio de 2015.

HENRIQUE. Wendel. **O direito à natureza na cidade.** Salvador: EDUFBA, 2009.

HINDI, E.C. *et al.* Caracterização hidrogeológicas do aquífero costeiro da Ilha dos Valadares, PR (Brasil) e sua utilização para abastecimento público. **Revista Latino-Americana de Hidrogeologia**, n.3, p.19-31, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados agregados por setores censitários 2000/2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em 20 de fev.2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paranaguá.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411820&search=parana|paranagua>> acesso em 20 de mai.2015.

JACOB, Pedro. Impactos socioambientais urbanos – do risco à busca de sustentabilidade. In: **Impactos socioambientais urbanos.** Francisco Mendonça (org.) Curitiba, PR: Editora UFPR, 2004.

KONRAD, Carlos Gilberto *et al.* **Estudo e avaliação da vulnerabilidade das águas subterrâneas no município de não-me-toque-RS.** Disponível em <<http://www.cibergeo.org/XSBGFA/eixo3/3.3/221/221.htm>> acessado em maio de 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. 3º reimpr. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** Coordenação: Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997. (Espaço & Debate). 7º ed., 4º tiragem- 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias Da. **Geografia crítica: A valorização do espaço.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

NASCIMENTO JÚNIOR, Vicente. **História, Crônicas e Lendas.** Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Itiberê.** In: Coisas Nossas I, 1966. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

MINEROPAR. Glossário. Piçarra. Disponível em <<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php?conteudo=P>> acesso em 20 de maio de 2015.

MUNICÍPIO. **Plano Municipal de Saneamento Básico. Diagnóstico dos Serviços de Saneamento**. Plenária: 1º Audiência Pública. Disponível em: <<http://www.pmpgua.com.br/conteudo/secretarias-e-orgaos/meio-ambiente/plano-municipal-de-saneamento-basico>> acessado em maio de 2012.

MUNICÍPIO. Lei Complementar nº 062, de 27 de agosto de 2007. **Zoneamento de uso e ocupação do solo do município de Paranaguá**, e dá outras providências. Disponível em < <https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2007/7/62/lei-complementar-n-62-2007-institui-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-paranagua-e-da-outras-providencias?q=062%2F2007>> acessado em abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 477/63 **Desapropria área de terras na Ilha dos Valadares para nela ser construído um cemitério**, e dá outras providências. Disponível em <<http://camara-municipal-da-paranagua.jusbrasil.com.br/legislacao/678650/lei-477-63>> acessado em abril de 2015

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1406, de 17 de março de 2014. **Criação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) - Ilha dos Valadares**. Disponível em < <https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/decreto/2014/141/1406/decreto-n-1406-2014-dispoe-sobre-a-criacao-da-zona-especial-de-interesse-social-zeis-ilha-dos-valadares-em-areas-constantas-das-matriculas-n-55120-n-55121-n-56514-e-n-56459-do-registro-de-imoveis-de-paranagua?q=1406%2F2014>> acessado em abril de 2015.

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: **Território, Globalização e Fragmentação**. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira (org.). 5ªed. 1ªreimpr. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

PEREIRA, Patrícia Junqueira. **Degradação ambiental em área de periferia**. Estudo de caso: Bacia Hidrográfica do Ribeirão Rancho Alegre, São José dos Campos – SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2004.

REZENDE, Sonaly Cristina, HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. 2.ed.rev. e ampl. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.

ROCHA, Aristides Almeida. Controle da qualidade do solo. In: **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Arlindo Philippi Jr., (editor). Baueri, SP: Manole, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo no e do espaço**: Problemática Ambiental Urbana. Disponível em: domínio público. Acesso em:

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos).

SANTOS, Antônio Vieira dos. **Memória histórica de Paranaguá**. Vol. II. Curitiba: Vicentina, 2001. Instituto Geográfico e Histórico de Paranaguá (IGHP), copiado e digitalizado P/316FF 20090502.

SANTOS FILHO, Benedito Nicolau. História de um rio (1944). In: **Coisas Nossas: Paranaguá nos seus aspectos histórico, cultural, folclórico, poético e Anedótico**. Vol. II. IHGP. Paranaguá: 1967

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13º ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. 6º ed. 2 reimp. São Paulo: Editora de São Paulo, 2014.

SERPA, Ângelo (org.) **Fala Periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2011.318p.il.- (Série UFBA em campo; Estudos).

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991. – (Caminhos da geografia).

SOARES, Carlos Roberto, LANA, Paulo da Cunha. **Baía de Paranaguá**: mapas históricos. Curitiba: Ed. UFPR, 2º ed. 2009 (p.19).

TRIVIÑOS. Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. Ed.14.reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

TUAN, Yi-fu. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**. v.1, n.2, 2004, p. 259-774.

VIANA, Manoel. **Paranaguá na história e na tradição**. Curitiba: 1976. Conselho Municipal de Paranaguá.

**ANEXOS**

ANEXO 01- Roteiro das entrevistas com os moradores antigos.

ANEXO 02- Roteiro da entrevista enviado por e-mail a SEMHAF.

ANEXO 03 – Memorial de autoavaliação: ICH'S, P.A & VIVÊNCIAS.

**ANEXO 01**

## **Roteiro das entrevistas com os moradores antigos**

### **Indivíduo**

Há quanto tempo o Sr/Sra mora na Ilha do Valadares?

Fale um pouco sobre sua família! Bisavós, avós e pais moravam aqui na Ilha? O que levaram a escolher a Ilha como lugar de moradia?

**Caso tenha nascido na Ilha:** Como foi sua infância, adolescência e vida adulta morando aqui? E agora (na velhice)?

**Caso tenha vindo adulto:** Como era sua vida “cotidiana” no começo em que veio morar aqui? E agora (na velhice)?

**Perguntar caso a pessoa não cite:** Qual era sua atividade econômica?

### **Cultura**

O Sr/Sra ou sua família tinha a cultura de plantar? Eles comercializavam no mercado local ou era somente para consumo próprio?

Quais histórias que você já ouviu, conhece sobre a Ilha? Seja contada por seus familiares ou amigos.

O Sr./Sra já escutou a história da família Valadares que habitaram a Ilha e deram o seu nome ao lugar?

Qual a sua relação com a cultura local? O Fandango, Barreado, festa do divino, produção de farinha de mandioca, dentre outras.

### **Socioambiental**

Descreva-me como era a Ilha quando o Sr/Sra veio morar aqui (ou na sua infância), a sua vegetação, os animais, as festas, a agricultura e as relações sociais? Como você observa as relações sociais hoje, como elas se dão?

Quais as mudanças ambientais e sociais (educação, segurança, saúde, saneamento básico) que o Sr/Sra vem observando ao longo destes anos?

A ponte que liga a Ilha ao continente foi construída em 1991. Quais as mudanças sejam elas positivas ou negativas, que o Sr/Sra observou a partir deste momento?

**ANEXO 2**

## **Roteiro da entrevista enviado por e-mail a SEMHAF**

Como a secretaria analisa o problema da alta densidade demográfica na Ilha dos Valadares?

De acordo com o IGBE (Censo, 2010), na Ilha residiam 13.798 habitantes. A prefeitura utiliza-se deste dado? Se não, qual é a população atualmente residente na Ilha? De que forma houve apuração desta informação?

Quantos lotes há na Ilha?

Já está finalizada a Planta de Valores Genérica da Ilha no loteamento?

Quais são as principais dificuldades encontradas pela Prefeitura para o planejamento/implantação do zoneamento territorial?

Como está o andamento da regularização fundiária da Ilha? Existe um prazo para finalização?

Procede a informação que os moradores que já estavam residindo na Ilha até 2006 terão prioridade a regularização de seus imóveis? Se sim, por quê? E como ficará a situação dos outros?

A Ilha é considerada o maior bairro residencial de Paranaguá, sendo dividida em sub-bairros: Vila Itiberê, Sete de Setembro e Vila Bela. Pelos moradores há mais divisões de bairro. Oficialmente pela prefeitura quantos bairros têm na Ilha e quais são eles? Como é feita esta divisão?

Como está o andamento do Plano Diretor da Ilha? Tem prazo para a finalização? As audiências referentes à discussão do Plano diretor da Ilha estão ocorrendo? Com que frequência? Há possibilidade de acompanhar?

Na Portaria SPU 39/2010 está especificado que devem ser destinadas áreas para implantação de atividades institucionais. Onde se localizam estas áreas? Já há planejamento para o que será implantado?

Existe um Projeto de criação de um Parque Municipal, no bairro Sete de Setembro? Já existe delimitação desta área?

Há planos para a exploração da Ilha como atrativo turístico? Se sim, quais ações/obras estão sendo projetadas?